

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PRÁTICA
DAS ONGs NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM MANAUS

ANA RAFAELA GONÇALVES DE LEMOS

MANAUS-AM
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA

ANA RAFAELA GONÇALVES DE LEMOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PRÁTICA
DAS ONGS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira

MANAUS
2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lemos, Ana Rafaela Gonçalves de

L557e Educação Ambiental na Política de Assistência Social: a prática das ONGs no âmbito da proteção social básica em Manaus / Ana Rafaela Gonçalves de Lemos. 2016

182 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Marinez Gil Nogueira

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Gestão Social. 2. Assistência Social. 3. Educação Ambiental.

4. ONGs. I. Nogueira, Marinez Gil II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PRÁTICA
DAS ONGS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira – Presidente
Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Edilza Laray de Jesus – Membro
Docente da Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Profa. Dra. Debora Cristina Bandeira Rodrigues – Membro
Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo pelo Amor a mim dedicado, o Senhor foi minha luz, meu refúgio e minha fortaleza, pois me destes a confiança nos momentos em que pensei que não seria possível seguir.

A toda a minha família, a começar pela minha mãe Alzinete e a meu pai Rafael, pelo apoio e dedicação e, por tantas vezes, terem aberto mão de suas vidas em detrimento da minha. Meus pais essa vitória é de vocês também. E aos meus irmãos Anerson e Ana Paula que sempre dividiram tudo comigo, a vida e todos os momentos, fossem eles bons ou ruins. Meus irmãos, estamos juntos e dessa maneira será, até o fim.

Ao Márcio, meu marido querido, pelo amor, pelo carinho, por ter sido tão parceiro nesses dois anos, foram tantos os momentos que deixastes os teus afazeres para se dedicar aos meus mim. Amor, sem você tudo seria mais difícil.

Aos meus avós queridos, *in memoriam*, em especial meus avós maternos, Maria e Manoel, pelo exemplo de humilde e valorização dos estudos. Avós, eu sinto muito que não estejam aqui para dividir mais essa alegria comigo, um sonho que eu sei que era de vocês também.

À minha querida orientadora Marinez Gil Nogueira, por ter acreditado, pelo desafio lançado, pela paciência, por ter me ensinado os caminhos da pesquisa, professora tu fostes a minha inspiração, eu dei o meu melhor por você.

A todos os colegas da turma de Mestrado 2014, principalmente Jéssica, Leiliane, Hudson e Camila, por dividirem tantos momentos de conhecimento, angústias e brincadeiras. Meus colegas, felizmente tudo deu certo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade – PPGSS pela a oportunidade de cursar o Mestrado.

As instituições *locus* da pesquisa, por terem aberto suas portas para nós, principalmente aos sujeitos da pesquisa pela colaboração e por terem contribuído de forma tão significativa conosco.

RESUMO

A crise ambiental evidencia várias consequências sociais e ambientais que se configuram como demandas da questão socioambiental, as quais são vistas como expressões da questão social, já que resultam das contradições do sistema capitalista e seu modo de produção e reprodução. A Educação Ambiental é considerada um importante instrumento no enfrentamento das questões socioambientais e para o alcance da sustentabilidade. O objeto desta pesquisa está inserido na discussão sobre a *Gestão Social em rede de políticas sociais* na atualidade, qual traz à tona um novo formato de relação entre Estado e sociedade civil na gestão das políticas sociais. A *política foco do estudo é a Política de Assistência Social (PNAS)*, em que se verifica que as ONGs (enquanto parte da sociedade civil) vêm tendo acesso ao fundo público para operacionalizar ações, serviços e/ou projetos no âmbito da proteção básica e especial. Nesse sentido, a pesquisa teve como foco *as ações das Organizações Não Governamentais - ONGs na proteção básica voltadas para a prática da Educação Ambiental*, tendo como objetivo analisar a prática da Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da Assistência Social em Manaus. Em relação aos procedimentos metodológicos, no primeiro momento, foi realizado um levantamento documental a partir do banco de dados da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), os quais evidenciaram que em 2014, um total de 26 ONGs acessaram o fundo público para desenvolver ações em Manaus, e por meio dessas informações foi possível identificar dezoito ONGs que prestavam serviços socioassistenciais no âmbito da proteção básica e, dentre estas, três desenvolviam a prática da Educação Ambiental. No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo nas três ONGs, em que foram feitas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa nas ONGS, que foram os agentes de gestão (coordenadores), agentes técnicos (monitores) e usuários. No que diz respeito aos resultados da pesquisa, foi evidenciado que no âmbito da proteção social básica, as ONGs pesquisadas desenvolvem a prática da Educação Ambiental de forma transversal. Nessas circunstâncias, a inserção da Educação Ambiental nos serviços socioassistenciais acontece, principalmente, mediante a abordagem de temas transversais e estão relacionados diretamente com as atividades socioeducativas. Os aspectos teórico/práticos que permeiam a prática da Educação Ambiental se baseavam na perspectiva conservadora. Contudo, neste estudo se entende que a prática da Educação Ambiental deve ser inserida em todas as atividades desenvolvidas pelas ONGs. Destaca-se que foi verificado que o contexto da proteção social básica se constitui como um espaço propício para a prática da Educação Ambiental, a qual deve ser desenvolvida na perspectiva crítica, emancipatória e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Social, Assistência Social e Educação Ambiental.

ABSTRACT

The environmental crisis shows several social and environmental consequences that are seen as demands of the socio-environmental issue, which are seen as expressions of the social question, since they result from the contradictions of the capitalist system and its mode of production and reproduction. Environmental Education is considered an important instrument in addressing socio-environmental issues and achieving sustainability. The object of this research is inserted in the discussion on Social Management in social network of the present time, which brings up a new format of relationship between State and civil society in the management of social policies. The policy focus of the study is the Social Assistance Policy (PNAS), in which it is verified that NGOs (as part of civil society) have access to the public fund to operationalize actions, services and / or projects in the scope of basic protection and special. In this sense, the research focused on the actions of Non-Governmental Organizations - NGOs of basic protection and practice of Environmental Education, aiming to analyze the practice of Environmental Education that is being developed by NGOs in the basic protection of Social Assistance in Manaus. Regarding methodological procedures, a documentary survey was carried out from the State Department of Social Assistance (SEAS) database, which showed that in 2014, a total of 26 NGOs accessed the public fund to develop Actions in Manaus, and through this information it was possible to identify eighteen NGOs that provided social assistance services in the scope of basic protection, and among these, three developed the practice of Environmental Education. In the second moment, field research was carried out in the three NGOs, where semi-structured interviews were conducted with the research subjects in the NGOs, which were the management agents (coordinators), technical agents (monitors) and users. Regarding the results of the research, it was evidenced that in the scope of basic social protection, the NGOs surveyed develop the practice of Environmental Education in a transversal way. In these circumstances, the insertion of Environmental Education in social-welfare services happens mainly through the approach of cross-cutting themes and is directly related to socio-educational activities. The theoretical / practical aspects that permeate the practice of Environmental Education were based on the conservative perspective. However, in this study it is understood that the practice of Environmental Education should be inserted in all activities developed by NGOs. It should be noted that the context of basic social protection constitutes a space conducive to the practice of Environmental Education, the Which must be developed in a critical, emancipatory and transformative perspective.

Keywords: Social Management, Social Assistance, Environmental Education.

LISTA DE SIGLAS

ACTB - Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique
ADCAM - Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia
AM - Amazonas
CEAS - Conselho Estadual de Assistência social
CETAM - Centro de Educação Tecnológico do Amazonas
CF/88 - Constituição Federal de 1988
CIBs - Comissão Inter gestores Bipartite
CDI – Comitê para Democratização da Informática
CIT - Comissão Inter gestores Tripartite e
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSELA - Centro Social e Educacional Lago do Aleixo
FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
FSC - Forest Stewardship Council
GACC- Grupo de Apoio à Criança com Câncer
GTA- Grupo de Trabalho Amazônico
IACAS - Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio
IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEE - Instituto Esporte e Educação
ISAT- Instituto Silvério de Almeida Tundis
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MCVE - Movimento Comunitário Vida Esperança
NOB - Norma Operacional Básica
OELA - Oficina Escola Luthera da Amazônia
ONG - Organização Não Governamental
PAIF - Programa de Atenção Integral a Família
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
ProNEA- Programa Nacional de Educação Ambiental
PCU - Plataforma dos Centros Urbanos
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAS - Secretaria de Estado da Assistência social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS - Unidade Básica de Saúde
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Classificação das ONGs que atuam na Assistência Social em Manaus, conforme a concepção de Gohn (<i>apud</i> KAUCHAKJE, 2011)	40
Figura 02 - Proteção afiançada pelas ONGs segundo sua classificação.....	46
Figura 03 – Número de atendimentos por proteção afiançada.....	47
Figura 04 – Público alvo das instituições que atuavam na proteção básica.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – ONGs que acessaram o Fundo Público Estadual em 2014, em Manaus.....	39
Quadro 02 – ONGs que atuavam na Proteção Social Básica em Manaus.....	50
Quadro 03 – Índícios da prática da Educação Ambiental nos objetivos das ONGs, visualizados em seus Estatutos	53
Quadro 04 – Riscos e vulnerabilidades socioambientais apontados pelos monitores e usuários das ONGs.....	57
Quadro 05 – Títulos dos Projetos das ONGs submetidos a SEAS e financiados pelo FEAS.....	79
Quadro 06 – Identificação dos projetos das ONGs voltados para a proteção social básica	81
Quadro 07 – Os objetivos dos projetos das ONGs.....	83
Quadro 08 – O Público alvo das ONGs.....	84
Quadro 09 – Características do Atendimento Socioassistencial das ONGs.....	85
Quadro 10 – As ações desenvolvidas pelas ONGs na Proteção Social Básica.....	87
Quadro 11 – As ações das ONGs em que se desenvolvia a prática da Educação Ambiental.....	91
Quadro 12 – A transversalidade da prática da Educação Ambiental nas ações desenvolvidas pelas ONGs na proteção social básica	101
Quadro 13 – Percepção dos usuários sobre as atividades das ONGs voltadas para a identificação dos problemas socioambientais da comunidade.....	108
Quadro 14– Concepção de Ambiente dos monitores.....	126
Quadro 15 – Concepção de Ambiente dos usuários.....	128
Quadro 16– Concepção de Sustentabilidade dos usuários.....	135
Quadro 17 – As atividades relacionadas a temática Meio Ambiente que os usuários relataram ter participado.....	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –Identificação dos problemas socioambientais na percepção dos usuários entrevistados.....	107
Tabela 02 –Avaliação das atividades voltadas para a prática da Educação Ambiental nas ONGs.....	124
Tabela 03 – A percepção dos usuários sobre os significados da natureza.....	132
Tabela 04 – Aspectos sobre a relação sociedade e natureza e sua conexão com a degradação socioambiental.....	134
Tabela 05–A prática da Educação Ambiental nas ONGs.....	137
Tabela 06 –A forma como a Educação Ambiental estava sendo desenvolvida nas ONGs.....	138
Tabela 07 – A ideia da inter-relação entre as questões sociais e ambientais, aspectos da dimensão socioambiental na prática da Educação Ambiental das ONGs.....	140
Tabela 08 – O enfrentamento das questões socioambientais a partir da prática da Educação Ambiental nas ONGs.....	134
Tabela 09 – Simulação sobre a postura dos usuários frente à hipótese de morar próximo a um igarapé poluído.....	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – GESTÃO SOCIAL EM REDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: CARACTERIZAÇÃO DAS ONGs QUE COMPÕEM A REDE COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS EM MANAUS	20
1.1 Tendências da Gestão Social: A intervenção do Estado nas expressões da questão social por meio das políticas sociais	20
1.2. Gestão social em rede no Brasil: a especificidade do Sistema único da Assistência Social – SUAS.....	28
1.3. A atuação das ONGs na Rede Complementar de Serviços Socioassistenciais em Manaus	37
1.3.1. Classificação das ONGs.....	38
1.3.2. Proteção afiançada pelas ONGs segundo sua classificação.....	45
1.3.3. ONGs que atuavam na proteção social básica e que desenvolviam a prática da Educação Ambiental.....	51
CAPÍTULO II – A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	57
2.1. Questões socioambientais: expressões da questão social	57
2.2. A Educação Ambiental e sua transversalidade na Política de Assistência Social.....	63
2.3. Caracterização das ONGs pesquisadas	71
2.3.1. Breve histórico das ONGs.....	71
2.3.2. Os serviços socioassistenciais prestados pelas ONGs na proteção social básica e a inserção da prática da Educação Ambiental.....	80
CAPÍTULO III – ANÁLISE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DAS ONGS NA PROTEÇÃO BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MANAUS.....	94
3.1. Aspectos teóricos e práticos da Educação Ambiental: as singularidades desta prática na proteção social básica.....	94
3.2. Caracterização da prática de Educação Ambiental (não formal) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) prestados ONGs pesquisadas.....	100
3.3. A prática pedagógica de Educação Ambiental dos monitores das ONGs.....	108
3.4. A concepção de ambiente dos monitores e usuários das ONGs: a complexidade da questão socioambiental.....	127
3.5. A percepção socioambiental dos usuários das ONGs.....	133
3.6. As potencialidades e fragilidades existentes na prática de Educação Ambiental das ONGs.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153

REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICES.....	166
Apêndice A – Quadro de definição de indicadores e variáveis.....	167
Apêndice B – Roteiro de entrevistas.....	169
ANEXOS	
Anexo A – Autorização do Comitê de Ética.....	176
Anexo B – Os Termos de Anuência da ONGs que consentiram a realização da pesquisa.....	180

INTRODUÇÃO

O caráter global e complexo da questão socioambiental trouxe a necessidade de se encontrar mecanismos capazes de articular as questões sociais e ambientais, em diferentes escalas espaciais e temporais, com diferentes prismas conceituais, em enfoques compreensivos que expliquem a complexidade ambiental, e seus agravantes na sociedade (LEFF, 2001). É nesse contexto que se apresenta a Educação Ambiental, na busca por estratégias de sustentabilidade capazes de transformar as problemáticas da realidade socioambiental vivenciadas na contemporaneidade.

Por esse ângulo, o nosso *objeto de estudo* - a *prática de Educação Ambiental desenvolvida por ONGs na proteção social básica da Política de Assistência Social (PNAS)*, está inserido nas contradições engendradas pelo sistema capitalista e sua irracionalidade socioambiental, que levaram à configuração da crise ambiental e seus efeitos destrutivos, os quais demandam ações de enfrentamento concretas a serem realizadas pelo Estado por meio de políticas públicas.

Neste estudo, a política pública focalizada foi a PNAS (2004), que na sua forma de operacionalização por meio da rede de serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS¹, vem desenvolvendo algumas práticas de Educação Ambiental no âmbito da proteção básica, por intermédio de sua rede complementar que é composta por Organizações Não Governamentais – ONGs. Assim sendo, o nosso objeto de pesquisa está inserido na discussão sobre a *Gestão Social em rede* de políticas sociais na atualidade.

No âmbito da PNAS (2004) verificou-se que as ONGs (enquanto parte da sociedade civil) vêm tendo acesso ao fundo público para operacionalizar ações, serviços e ou/projetos no âmbito da proteção básica e especial.

O *foco do estudo* centra-se na prática da Educação Ambiental, visando realizar uma análise das potencialidades e dificuldades existentes na prática da Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção social básica da Assistência Social em Manaus.

Dessa forma, a pesquisa tem como *questão norteadora central do estudo*: Quais as potencialidades e dificuldades existentes na prática da Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da Assistência Social em Manaus? Para responder essa questão central se faz necessário o desdobramento em outras *questões específicas*: Quais os serviços, programas e projetos que materializam as ações de Educação Ambiental

¹ Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em julho de 2005 através da Norma Operacional Básica/SUAS/2005.

desenvolvido pelas ONGs? Quais os objetivos, o público alvo e a metodologia dos serviços, programas e projetos de Educação Ambiental? Quais são as perspectivas teórico/prática de abordagens da Educação Ambiental subjacentes no formato documental e operacional que embasa a ação dos mesmos?

Coerente com as questões norteadoras do estudo, o *objetivo geral* da pesquisa foi: Analisar a prática da Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da Assistência Social em Manaus. E seus *objetivos específicos* foram: **1)** Caracterizar a rede socioassistencial complementar composta por ONGs que acessaram o Fundo Público Estadual de Assistência Social em 2014; **2)** Identificar os objetivos, o público alvo e a metodologia dos serviços, programas e projetos de Educação Ambiental que são desenvolvidos pelas ONGs na proteção básica; **3)** Desvelar as perspectivas teórico/prática da Educação Ambiental implícitas no formato documental e operacional que embasa as ações das ONGs.

Em relação aos *procedimentos metodológicos*, a pesquisa se configura como um *estudo de caso*², cujo processo envolveu uma abordagem quanti-qualitativa mediante três percursos interdependentes e complementares:

Pesquisa Bibliográfica – Efetuada durante todo o processo da investigação para subsidiar a discussão das principais categorias teóricas³ do estudo, que são: *Gestão Social, Assistência Social e Educação Ambiental*.

Pesquisa Documental – Nesta, foram feitos levantamentos de dados primários e secundários, sendo o foco a identificação de quais ONGs tiveram acesso ao Fundo Público Estadual de Assistência Social em Manaus (FEAS) em 2014.

O *universo da pesquisa documental* abarcou 57 instituições, que se encontravam cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em 2014, sendo que apenas 42 acessaram os recursos do FEAS, sendo que destas, somente 26 desenvolviam suas atividades em Manaus.

² *Estudo de caso* é compreendido como “uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora” (CHIZZOTTI, 2005, p. 102). O estudo de caso fundamenta-se na ideia de que “a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa” (GIL, 1989, p. 79).

³ Ver no apêndice A, o quadro que articula categorias teóricas, objetivos, indicadores e variáveis da pesquisa, que foi construído para organização metodológica da pesquisa e serviu de guia para construção dos instrumentais das pesquisas documental e de campo.

Pesquisa de campo - Realizada a partir da técnica da entrevista semiestruturada (dados primários), que possibilitou interpretar as narrativas dos entrevistados (sujeitos da pesquisa) por meio da técnica de *análise de conteúdo*.

O *universo da pesquisa* de campo foi composto por 26 ONGs que acessaram o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) em 2014 em Manaus (informação obtida a partir do levantamento documental feito na SEAS em 2015). Dessas instituições apenas 04 desenvolviam ações de Educação Ambiental. A *amostra* focalizou apenas as três (03) ONGs que estão vinculadas à proteção social básica. À vista disso, serão destacadas as instituições *locus da pesquisa*: Movimento Comunitário Vida Esperança – MCVE (ONG 1); Oficina Escola Luthéria da Amazônia – OELA (ONG 2); Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - ADCAM (ONG 3).

Os *critérios de seleção das instituições* foram os seguintes: 1) Encontrar nas finalidades das instituições, visualizadas nos Estatutos, se havia objetivos voltados para realização de ações para conservação do Ambiente; e 2) Desenvolver ações de Educação Ambiental na área de Proteção Social Básica, que tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os *sujeitos de pesquisa* foram divididos em três tipos de sujeitos: 1) Agentes de gestão das ONGs; 2) Agentes técnicos das ONGs; e 3) Os usuários das ONGs. Os sujeitos 01 e 02 têm vínculos com as instituições *locus* da pesquisa. Cabe ressaltar, que a escolha dos usuários (sujeito 03) foi subordinada à escolha da ação de Educação Ambiental que foi objeto de análise em cada ONG. É necessário ressaltar que a pesquisa de campo foi realizada mediante a assinatura, por parte dos sujeitos entrevistados, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual é uma exigência do Comitê de Ética de Pesquisa da UFAM.

Em relação às *técnicas de coleta de dados e/ou informações*, destaca-se a utilização do diário de campo, da observação direta e da entrevista semiestruturada (técnica que foi utilizada para a abordagem de todos os sujeitos na pesquisa de campo).

Cumprido destacar, que a *pesquisa de campo* foi *qualitativa*, haja vista que esse tipo de pesquisa amplia as possibilidades de interpretação e compreensão do contexto em que está inserido o objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa (MINAYO, 1994).

Isso possibilitou compreender como essas ONGs, em suas práticas de Educação Ambiental, fundamentavam o enfrentamento das demandas socioambientais no âmbito da proteção social básica.

Por isso, reafirma-se a escolha metodológica pela modalidade da pesquisa qualitativa, acredita-se que é a única modalidade “capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1994, p.10).

Sobre o Método: essa pesquisa buscou seu suporte no *método dialético-marxista*, que segundo Marx (1977) evidencia um duplo processo na abordagem do objeto de estudo que seria: o movimento constitutivo do real, a articulação dos elementos históricos para a configuração de conceitos e categorias, e o movimento constitutivo do pensamento, apreensão do concreto pensado.

Isso significa dizer que para pesquisar de acordo com o método de Marx (1977) é necessário entender o contexto em que é produzido o fenômeno (o objeto de estudo), o movimento real, ou seja, os vários tipos de relações concretas estabelecidas em uma sociedade.

De forma mais resumida, as categorias de análise são:

A *categoria totalidade* (que expõe as contradições do sistema capitalista e seus efeitos ambientais e sociais), a qual desvela o fenômeno, o concreto pensado, que neste estudo trata-se da prática da Educação Ambiental na proteção social básica da PNAS (2004), que em sua totalidade faz parte do sistema de proteção social no Brasil, qual não pode ser compreendido sem se remeter a própria totalidade do significado da *Gestão Social no contexto da sociedade capitalista*.

A *categoria causa – efeito* que é explicada por Richardson (1989, p. 23) da seguinte forma: “a causalidade é objetiva, inerente à realidade, revelada ao homem no conhecimento e na prática. [...] conhecendo as causas, o homem pode contribuir para a ação dos fenômenos, acelerar fenômenos úteis (colheita) e restringir os nocivos (doenças)”.

Baseado nisso, tem-se como causa-efeito nesse estudo: *causa* - a Gestão Social das políticas sociais e a relação Estado e Sociedade Civil, o novo formato de Gestão Social, a gestão em rede e como *efeito* – a qualidade dos serviços prestados pelas ONGs na PNAS (2004) (um olhar para a prática da Educação Ambiental desenvolvidas pelas ONGs).

Em relação à *categoria essência – aparência*, - destaca-se que “a aparência é o conjunto de características superficiais. Quanto a essência, é o mais profundo do fenômeno. Richardson (1989 p. 23) destaca que “[...] ao mesmo tempo, porém, têm características essenciais que determinam a natureza do fenômeno”.

Logo, acredita-se que todo objeto ou fenômeno se apresenta como um conjunto de aspectos exteriores que possui características essenciais. Nesse estudo, buscou-se desvelar quais

aspectos teórico/práticos que caracterizam a abordagem da Educação Ambiental (a essência) que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção social básica em Manaus, desvelando as potencialidades e fragilidades.

Em relação aos procedimentos de tabulação e/ou sistematização dos resultados: os dados/e informações foram organizados e analisados a partir dos seguintes procedimentos: 1) Construção de um banco de dados (grupo de pesquisa⁴); 2) Transcrição das falas dos entrevistados; e 3) Análise dos dados coletados pautada no conhecimento teórico adquirido.

A apresentação dos resultados da pesquisa foi estruturada em três capítulos:

No *primeiro capítulo* foi apresentada a Gestão Social no contexto da sociedade capitalista, discutindo as tendências da Gestão Social na atualidade de modo mais amplo, enfatizando a lógica da *gestão em rede*. A proposta do estudo foi evidenciar a relação entre *Estado e sociedade civil* na gestão do SUAS, com ênfase na rede complementar da Assistência Social em Manaus composta pelas ONGs, na operacionalização dos serviços socioassistenciais. Além disso, foi caracterizada a rede socioassistencial complementar composta pelas ONGs que acessaram o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) em 2014 em Manaus, em que foram apresentadas as ONGs que atuavam no âmbito da proteção social básica e desenvolviam a prática de Educação Ambiental.

O *segundo capítulo* disserta, primeiramente, sobre o contexto em que se apresenta a crise ambiental na sociedade capitalista e seus efeitos sociais e ambientais, os quais imprimem as demandas da questão socioambiental enquanto expressão da questão social, uma vez que suas configurações são resultado do modo de produção e reprodução do capital e suas contradições. Logo depois, apresenta-se uma análise evidenciando *a Educação Ambiental e sua transversalidade na PNAS (2004)*. E por fim, realiza-se a caracterização dos serviços socioassistenciais operacionalizados na rede complementar pelas ONGs, no âmbito da proteção social básica em Manaus, na qual identifica-se de que forma a prática da Educação Ambiental estava inserida nas suas ações.

No *terceiro capítulo* o foco das análises é sobre os aspectos teórico/práticos da Educação Ambiental implícitos no formato documental (pesquisa documental) e operacional (pesquisa de campo) que embasam as ações das ONGs *locus* da pesquisa. Inicialmente, apresenta-se uma

⁴ Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos humanos e Sustentabilidade na Amazônia (CNPq), vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFAM, que tem a orientadora deste trabalho como líder. Cabe destacar que essa pesquisa de dissertação de mestrado está vinculada a uma pesquisa guarda-chuva (macro) que tem por título do projeto: A trilha da vigilância socioassistencial sobre a atuação das ONGs na Política de Assistência Social em Manaus-AM: Acesso ao Fundo Público e Desenvolvimento de Ações Transversais e Inovações Socioambientais. 2015 /2016.

abordagem sobre a prática da Educação Ambiental e suas singularidades na proteção social básica. Em seguida, faz-se a caracterização da prática de Educação Ambiental (não formal) das ONGs. Depois, aborda-se a prática pedagógica de Educação Ambiental dos monitores. Logo após, analisamos a concepção de “Ambiente” dos monitores e usuários. Mais adiante, evidencia-se a percepção socioambiental dos usuários. E, por fim, serão evidenciadas as potencialidades e fragilidades existentes na prática de Educação Ambiental das ONGs.

CAPÍTULO I

GESTÃO SOCIAL EM REDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: CARACTERIZAÇÃO DAS ONGs QUE COMPÕEM A REDE COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS EM MANAUS

Neste capítulo será realizada uma abordagem mais geral sobre *Gestão Social* no contexto da sociedade capitalista, a começar por discorrer sobre o papel do Estado enquanto responsável pela formulação e implementação de políticas sociais, visando o enfrentamento das expressões da questão social. Então, inicia-se este capítulo discutindo as tendências da Gestão Social na atualidade de modo mais amplo, enfatizando a *lógica da gestão em rede*.

A partir da compreensão do enfoque da *gestão em rede*, a discussão volta-se para o contexto brasileiro, com o foco na PNAS (2004), que tem como modelo de gestão o SUAS. A ideia é enfatizar a relação entre Estado e sociedade civil na gestão do SUAS, destacando o papel da rede complementar da Assistência Social que é composta por ONGs, que conforma a chamada parceria entre público e privado na operacionalização dos serviços socioassistenciais.

Após a contextualização da lógica da *gestão em rede do SUAS* no Brasil, volta-se para o contexto local do objeto de estudo em Manaus, visando caracterizar a rede socioassistencial complementar composta pelas ONGs que acessaram o Fundo Público de Assistência Social em 2014, enfatizando as ONGs que atuam na operacionalização dos serviços socioassistenciais no âmbito da proteção social básica e que desenvolvem a prática de Educação Ambiental.

1.1. Tendências da Gestão Social: A intervenção do Estado nas expressões da questão social por meio das políticas sociais

Entende-se que o conceito de *Gestão Social* não surge por acaso na literatura, está existência do seu termo, falar disso exige uma abordagem que examina outros parâmetros, já que estes dão forma ao que se discute por Gestão Social.

À vista disso, *para adentrar no tratamento conceitual sobre Gestão Social é necessário antes realizar uma discussão sobre o papel do Estado, enquanto gestor e provedor das políticas sociais*, dado que é nessa conjuntura que se configura a Gestão Social.

Desse modo, *a princípio será feita uma breve discussão sobre o Estado e seu papel na gestão das políticas sociais*, considerando as contradições do sistema capitalista, uma vez que segundo Yazbek (2009, p.04) “o papel do Estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e à dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa sociedade”.

Segundo Yazbek (2009, p.04), o *Estado na sociedade capitalista*, “é perpassado pelas contradições do sistema e, assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações”.

Nesse conjuntura, o Estado intervém na mediação dos conflitos que se instalam nas contradições entre capital e trabalho – para amenizar os efeitos das manifestações das expressões da questão social⁵. Assim, o Estado atua nas correlações de forças entre as classes sociais, que de um lado expõem os interesses da classe dominante (a burguesia) e de outro as demandas da classe dominada (os trabalhadores).

Esse cenário é explicado por Behring (2003, p. 40), que afirma que o sistema capitalista para “[...] alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo”, impõe aos trabalhadores “[...] um processo de super exploração da força de trabalho, para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes”.

Esse papel do Estado, enquanto *regulador* e *fiador*, foi consolidado na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista⁶. Nesses termos, o Estado desempenha um papel para “[...] a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente” (NETTO, 2001, p.22). Além disso, funciona como um mecanismo econômico de intervenção extra, garantindo concomitante ao capital a “[...] maximização dos lucros pelo controle dos mercados” (Ibdem).

Na explanação anteriormente se buscou esclarecer as questões que caracterizavam o papel do Estado, como *regulador* e *fiador* na dinâmica capitalista, explicitando os fatos que justificam a intervenção do Estado nas demandas sociais, as manifestações da questão social

⁵ De acordo com Netto (2001, p.45) “a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio da relação capital/trabalho – exploração”.

⁶ Segundo Paulo Netto (2001, p. 19), este período é de profundas modificações na estrutura política, social e econômica, por isso “[...] trata-se de um período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global [...] conhecido como estágio imperialista”.

que enraizada nas contradições advindas do próprio sistema, possui diversas expressões, dentre as quais nessa pesquisa destaca-se as demandas da questão socioambiental.

É nessa conjuntura que se configura o debate sobre a *Gestão Social*. Sendo assim, esse estudo volta-se primeiramente para a análise da intervenção do Estado no contexto da Política Social⁷, (contexto em que está inserida a PNAS (2004), foco dos nossos estudos).

Assim, antes de nos aprofundarmos nessa questão *é importante esclarecermos o que se compreende por Política Social*, visto que é no contexto de sua implementação pelo Estado, que esse estudo apresenta a Gestão Social.

Dessa maneira, ao se recorrer ao esclarecimento dessa questão cita-se Pastorini (1997), que ao investigar a Política Social, pressupõe *duas concepções*, as quais são:

Na primeira, denominada pela autora de *perspectiva tradicional*, a Política Social é “concebida como um conjunto de ações por parte do aparelho estatal, que tende a diminuir as desigualdades sociais” (PASTORINI, 1997, p. 81). Sob essa perspectiva, a sua função principal é a “correção” dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista.

Segundo a autora, nesta concepção, a Política Social é entendida como concessão por parte do Estado para melhorar o bem-estar da população, cuja solução para os problemas seria uma melhor redistribuição de renda ou uma distribuição “menos desigual” dos recursos sociais. A política social nesta ótica teria o papel de restabelecer o equilíbrio social, via redistribuição de renda.

Na segunda concepção, denominada por Pastorini (1997) de *perspectiva marxista*, a Política Social é vista como uma unidade contraditória, em que pode realizar concessões, como conquistas, já que nessa perspectiva a análise da Política Social parte de três elementos ou sujeitos protagônicos: “classe hegemônica, o Estado intermediador e as classes trabalhadoras” (Idem, 1997, p. 86).

Nota-se, mediante as referências de Pastorini (1997), que o conceito de política social pode ser compreendido a partir do que se determina enquanto parâmetro de análise. Pastorini (1997), destaca que sob a *perspectiva tradicional*, a política social assume características que de formas mascaradas defendem os interesses do capital na perpetuação de sua hegemonia. E, se sob a *perspectiva marxista*, a política social expressa sua função de forma mais evidente, em razão de estar diretamente relacionada as contradições do sistema capitalista e o papel do Estado na mediação dos conflitos de classes da relação entre capital e trabalho.

⁷ [...] Não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrente de processo de acumulação particular de capital. O contrário também precisa ser observado: não se pode examinar a política econômica sem se deter na política social (VIEIRA, 1992, p.21).

Destaca-se que, neste estudo, compreende-se a Política Social a partir da *perspectiva marxista* (PASTORINI, 1997), isto é, entende-se que as ações do Estado, no enfrentamento das expressões da questão social, são materializadas por meio da implementação de políticas sociais, que tem no âmbito de suas características um papel determinante na emergência e expansão da provisão por intervenção estatal face às demandas sociais.

Em relação a Política Social e suas configurações no contexto brasileiro, Yazbek (2009, p 02) afirma,

O Estado brasileiro, [...], se construiu como um importante aliado da burguesia, atendendo à lógica de expansão do capitalismo e nesse sentido, as emergentes Políticas Sociais no país, devem ser apreendidas no movimento geral e nas configurações particulares desse Estado.

Nesta perspectiva, a Política Social no Brasil emerge no contexto das relações sociais que caracterizaram a sociedade brasileira nos anos de 1930, representando uma estratégia de Gestão Social da força de trabalho (YAZBEK, 2009).

A seguir, iremos aprofundar o conceito de Gestão Social, a partir das considerações de alguns autores que debatem esse assunto, visto que considera-se que a Gestão Social, quando se refere as suas características e atribuições organizacionais, pode ser definida a partir de diferentes ângulos de análise.

Dowbor (1999, p.36), afirma que “os paradigmas da Gestão Social ainda estão por ser definidos, ou construídos. É uma gigantesca área em termos econômicos, de primeira importância em termos políticos e sociais, mas com pontos de referência organizacionais ainda em elaboração”.

Como afirma Carvalho (1999, p.19) “a Gestão Social é, na realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas”. Nesse contexto, Carvalho (1999) enfatiza o protagonismo da sociedade civil na identificação das necessidades e demandas, tal como proposição e controle de ações e políticas a serem assumidas pelo Estado.

Dowbor (1999) remete a Gestão Social à transformação da sociedade, em que a atividade econômica deve passar a ser o meio e o bem-estar social o fim do desenvolvimento. Para isso, indica a necessidade da construção de um novo paradigma organizacional, a partir da redefinição da relação entre o político, o econômico e o social. Para tanto, Dowbor (1999) propõe a articulação entre empresários, administradores públicos, políticos, organizações não-

governamentais, sindicatos, pesquisadores, movimentos sociais, universidades, representantes comunitários, entre outros.

Dessa maneira, tem-se um consenso em relação às questões pontuadas por Carvalho (1999) e Dowbor (1999) sobre *a forma como a Gestão Social é concebida pelo Estado*, no que corresponde aos vários mecanismos utilizados pelo Estado para atender às necessidades sociais, os quais incluem as políticas sociais, os serviços, os programas e projetos.

Nesse ponto, concorda-se com Carvalho (1999), de que a *Gestão Social deve ser estratégica no sentido de sua operacionalização*, que em concordância com as ideias de Dowbor (1999) quanto as parcerias, as redes e a descentralização são formas para operacionalizar a Gestão Social.

Portanto, a lógica de análise deste estudo parte da ideia de que a *Gestão Social* tem suas referências organizacionais *nas intervenções do Estado, no contexto das estruturas da sociedade capitalista*, em respostas às mazelas sociais (*manifestações da questão social*) e *a forma de gerir-las, seja no âmbito público ou no privado*.

Conjectura-se que a Gestão Social assume características que varia de acordo com as *respostas do Estado aos problemas sociais*, e que tais respostas sejam adequadas às estruturas do capital.

Conforme destaca Carvalho (1999, p. 20),

As compressões políticas e econômicas globais, as novas demandas de uma sociedade complexa, os déficits públicos crônicos, a revolução informacional, a transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho, a expansão da pobreza, e o aumento das desigualdades sociais *são alguns dos tantos fatores que engendram demandas e limites e pressionam por novos arranjos e modo de gestão da política social (grifos nossos)*.

Carvalho (1999) faz um breve resumo e destaca mais detalhes sobre elementos que caracterizam a forma como a *Gestão Social* se consolidou no âmbito das políticas sociais, tendo em vista as performances do sistema capitalista e o entendimento das novas roupagens da questão social.

Então, a seguir será apresentada uma síntese das reflexões Carvalho (1999) as quais compartilham mais detalhes sobre essa questão:

A Gestão Social no Welfare State, que compreende o período dos chamados anos dourados do capitalismo (pós segunda-guerra mundial / 1945-1970), se caracterizava por uma *gestão centralizada no Estado*. Isto é, havia a primazia do Estado regulador, visto como Estado Nação, um pacto entre as classes conciliando capitalismo e democracia, assegurando pleno emprego e políticas sociais universalistas (CARVALHO,1999).

Nesse contexto, as políticas sociais eram de caráter universalista, processadoras de serviços padronizados, inspirados nos ideais igualitaristas de atenção ao cidadão, sua gestão era hierarquizada e setorializada. Desse modo, há a consolidação da sociedade salarial, com a generalização e mundialização da figura do trabalhador assalariado (CARVALHO,1999).

Enquanto que a *Gestão Social no contexto Neoliberal* (a partir dos anos de 1980 nos países de capitalismo avançado e dos anos de 1990 no Brasil) se caracteriza por um Estado Mínimo e pela primazia do mercado, enfatizava o mercado livre e sem controle como solução para as crises (CARVALHO, 1999).

Com isso, ocorre uma desconcentração e descentralização das ações governamentais e a privatização das atividades econômicas e sociais, mesmo as exercidas pelo Estado(CARVALHO,1999). Por conseguinte, acontece a substituição do *Welfare State* por um *Welfare dualizado*, um sistema de bem-estar social no qual o mercado cuida daqueles com poder de compra e os grupos mais vulneráveis ficam sob a responsabilidade da solidariedade privada (CARVALHO,1999).

Esse modelo de Gestão Social como explica Montañó (2002) se estabeleceu na conjuntura (projeto neoliberal) a partir da década de 80, pois a

Crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto terceiro setor. Nesse contexto da crise neoliberal, destaca-se as iniciativas de auto-ajuda, solidariedade e alternativas para suprir a ausência do Estado no enfrentamento dos problemas sociais (MONTAÑO 2002 p.01).

Nessas circunstâncias, a perspectiva neoliberal concebe o pauperismo como resultado de um problema individual e, assim concebido, recorre a filantropia (individual ou organizacional) nos processos de intervenção social: é nesse contexto que surge o debate sobre o “Terceiro Setor”⁸, nas rédeas da filantropia e do voluntariado. Assim, a autoajuda, a solidariedade local, o benefício, a filantropia substituem o direito constitucional do cidadão de resposta estatal (tal como no keynesianismo) (MONTAÑO, 2002).

Segundo Montañó (2002, p.06), a estratégia neoliberal tende, sobretudo, “a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado ‘Terceiro Setor’, os valores altruístas de ‘solidariedade individual’ e do ‘voluntarismo’ e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam”.

⁸ Montañó afirma que o Terceiro Setor, “[...] é o conjunto de instituições, ONGs, fundações, etc. que, desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém sem declarar fins lucrativos” (MONTAÑO, 1999, p.06).

Como o neoliberalismo não cumpriu sua promessa de salvar o capitalismo de sua crise dos anos de 1970, houve um descrédito na perspectiva neoliberal. No entanto, teve-se a certeza de que depois da crise não haveria mais condições para o retorno em sua íntegra do *Welfare State*.

À vista disso, no final dos anos de 1990, teve início um movimento que priorizava a necessidade de se implementar um outro modelo de gestão, este não pode ficar baseado nas máximas do *Estado neoliberal*, mas também não poderia se estruturar sob o modelo universalista do *Welfare State*.

Dessa maneira, diante da pressão dos novos atores sociais pela garantia de direitos, surge a proposta de uma *Gestão Social Emergente ou o chamado Welfare Mix* (gestão em rede e compartilhada). E então, aquilo que ficou conhecido como modelo de Estado-Nação (visto na gestão do *Welfare State*) tornou-se fragilizado.

Nesse cenário, ocorre um novo pacto de governabilidade, por meio da defesa das diretrizes de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade civil, o que culminou com a expansão das organizações da sociedade civil e de fundações empresariais sem fins lucrativos - o chamado Terceiro Setor (o foco da Gestão não estava nem no Estado e nem no Mercado).

Quanto a Gestão Compartilhada ou *Welfare Mix*, Carvalho (1999, p.25) destaca que:

Há uma clara percepção de que os atores sociais/sujeitos coletivos presentes na arena política são co-responsáveis na implementação de decisões e respostas às necessidades sociais. Não é que o Estado perca a centralidade na gestão do social, ou deixe de ser o responsável na garantia de oferta de bens e serviços de direito dos cidadãos; o que se altera é o modo de processar a responsabilidade. A descentralização, a participação, o fortalecimento da sociedade civil pressionam por decisões negociadas, por políticas e programas controlados por fóruns públicos não-estatais, *por uma execução em parceria* e, portanto publicizada.

Observa-se que esse novo formato de Gestão Social (Gestão Compartilhada ou *Welfare Mix*) que permeia a sociedade contemporânea, o qual incorpora novas estratégias e características organizacionais no desenvolvimento de políticas e programas sociais, pressupõe, cada vez mais, a articulação entre os atores sociais com a *formação de redes e parcerias* – na qual as organizações da sociedade civil vêm ganhando mais visibilidade e importância na agenda pública.

Esse cenário marca a reconfiguração do Estado diante da crise fiscal e do desenvolvimento do capitalismo internacional, que foi acompanhada da redefinição da relação entre o público e o privado (sistema de parceria entre ambos) e de uma nova forma de reprodução capitalista, em perfeita harmonia com o projeto neoliberal de reformas do Estado.

Diante desse contexto, o que se consagrou como conquista no campo dos direitos sob a garantia do Estado, foi transferida às organizações sociais, consolidando “[...] novos modelos de regulação social em substituição ao clássico papel do Estado como provedor de bens públicos” (LÉLIS, 2005, p. 02).

Dessa forma, evidencia-se o novo modelo de gestão das políticas sociais, *a gestão em rede* baseada na parceria entre o Estado e a sociedade civil. É nesse cenário que se configura a *gestão da PNAS (2004)* (mediante o modelo de gestão do SUAS), que é uma gestão compartilhada, descentralizada, que estabelece uma parceria entre o Estado e as Organização Não Governamentais na operacionalização dos serviços socioassistenciais.

Quanto ao modelo de Gestão Social e suas configurações no âmbito da parceria entre Estado e Sociedade Civil, cita-se a seguir a compreensão de alguns autores que discutem essa temática:

Tenório (1998) concebe a *Gestão Social* enquanto um processo gerencial que se dá de maneira dialógica, em que a autoridade para a tomada de decisões é partilhada por todos (as) aqueles (as) que participam da ação, aonde quer que esta ocorra, seja em organizações públicas, privadas ou organizações não-governamentais.

De acordo com França Filho (2008, p.29),

a expressão Gestão Social tem sido usada de modo corrente nos últimos anos servindo para identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores não apenas governamentais, mas, sobretudo, de organizações não governamentais, associações, fundações, assim como, mais recentemente, algumas iniciativas partindo mesmo do setor privado e que se exprimem nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa.

Os pressupostos de Tenório (1998) e França Filho (2008) apontam diferentes perspectivas de análise sobre o formato organizacional da Gestão Social. Nessas circunstâncias, considera-se que a Gestão Social pode ser entendida como uma “ação gerencial que se desenvolve por meio da interação negociada entre o setor público e a sociedade civil”, como enfatizou França Filho (2008), o que pressupõe a inter-relação constante entre o poder público, os cidadãos e as organizações que os representam.

Nessa perspectiva, concorda-se com França Filho (2008), quando afirma que a Gestão Social apresenta desafios, tais como: a “construção de referências teórico-metodológicas e superação de uma cultura política clientelista e personalística” e inovações como a “irreduzibilidade do político ao governamental e do econômico ao mercantil” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 35).

Desse modo, em relação as atribuições da Gestão Social no contexto das ONGs, discute-se que é necessário que se crie uma dinâmica organizacional que inclua todo o aparelhamento do Estado na operacionalização dessas ações. Esse *processo de gestão* “inclui as funções de organização, direção, programação, execução, monitoramento e avaliação de impacto” (COHEN e FRANCO, 2007, p.110).

Assim, esse novo modelo de gestão se configura como uma gestão em rede, sobre o qual será dissertado no tópico a seguir.

1.2. Gestão social em rede no Brasil: as especificidades do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

As diretrizes previstas na Constituição de 1998, na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, expõem um novo modelo de gestão para a Assistência Social, o qual denomina-se Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS permitiu novas referências organizacionais para a gestão da Assistência Social no Brasil, a qual se volta para uma gestão em rede, e que se caracteriza, principalmente, por ser um sistema descentralizado, participativo e que invoca a parceria entre Estado e Sociedade Civil.

Por isso, neste item do trabalho será apresentada uma caracterização do formato organizacional do SUAS. Por conseguinte, para uma melhor compreensão das particularidades do SUAS, julga-se importante a princípio, esclarecer o que é uma *gestão em rede*, visto que é nesse contexto que o SUAS se organiza.

Ao se discorrer sobre a *concepção da gestão em rede*, nesse estudo concorda-se com Carvalho (1999), que esclarece que a gestão em rede:

se caracteriza como sinérgica, convergente e movente: interconecta serviços similares e complementares, organizações governamentais e não governamentais, comunidades locais, regionais, nacionais, mundiais; mobiliza parcerias e ações multisetoriais; constrói participação; mobiliza vontades, adesões e implementa pactos de complementaridade entre atores, organizações, projetos e serviços (CARVALHO, 1999, p.26).

Baseado em Carvalho (1999), compreende-se que “o fazer social ocorre no entrelaçamento das redes alimentadas por fluxos contínuos de informação e interação”. Dessa maneira, entende-se por *gestão em rede a interconexão dos atores sociais*, tal como dos serviços, entidades governamentais e não-governamentais, que se vinculam em torno de interesses comuns, seja na prestação de serviços ou na produção de bens, estabelecendo vínculos horizontais de interdependência e complementariedade entre si, e, “portanto está ancorada em princípios democráticos e na participação ampla, negociada e propositiva” (Idem, 1999, p.26).

Nessa conjuntura, nota-se que *uma das características organizacionais das diretrizes do SUAS é a efetivação da parceria entre Estado e sociedade civil*, com um discurso que enfatiza a *qualidade dos serviços prestados e resolutividade dos sistemas*, com clara definição de mecanismos, estratégias de ação, papéis e responsabilidades entre prestadores de serviços, usuários e gestores (previstos na LOAS em 1993 e na PNAS em 2004).

Montão (2002) destaca que:

A “parceria” entre o Estado e o “terceiro setor” tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital –, e fetichizá-lo em “transferência”, levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (MONTÃO, 2002, p. 227).

Montão (2002) destaca que a lógica neoliberal e seus desdobramentos trouxeram para o cenário político, uma nova forma de entendimento entre a parceria público e privado. Em outras palavras, a atuação do Estado na execução direta das políticas sociais foi reduzida, esta responsabilidade foi dividida com a sociedade civil organizada no papel das instituições Não-Governamentais.

Essa nova conjuntura trouxe à tona o discurso de que o Estado tornou-se “ineficiente” no tratamento das expressões da questão social. Montão (2002) se contrapõe a isso, e afirma que essas novas configurações não ocorreram por motivos de inabilidade do Estado, nem apenas por razões financeiras, *resulta em uma das medidas de orientação dessa lógica (neoliberal), como “parte da estratégia de reestruturação do capital”*.

Quanto a isso, Montão (2002, p.23) enfatiza que:

o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-la à esfera do “terceiro setor”, não é por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões econômicas, como reduzir os custos necessários para sustentar esta

função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Montãno (2002) argumenta que, no âmbito da proteção social, esse discurso se aprofunda e se estabelece fundamentado na percepção de que havia a configuração de uma “nova questão social” e que por isso exigia-se a renovação das estratégias de enfrentamento, o que justificaria tais mudanças. Fato refutado por Montãno (2002), que esclarece não haver uma *nova questão social*, as expressões mudaram por que as estruturas do sistema capitalista são outras (o neoliberalismo), mas a questão social continua a mesma, mudou apenas suas manifestações.

Portanto, esses discursos que se baseiam na *ideologia neoliberal* buscam descaracterizar a noção da Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado, tendo em vista que nessas condições, a Assistência Social, segundo Montãno (2002), direciona-se para os rumos da *filantropia*.

A seguir evidencia-se as configurações da parceria público-privado no contexto da gestão em redes prevista nas diretrizes da PNAS (2004), e que se refere a gestão do SUAS (2005).

O SUAS destaca que as atribuições da PNAS (2004) são desenvolvidas a partir de *ações compartilhadas com a sociedade civil*, por meio de uma *rede de serviços de atenção à população* (saúde, educação, Assistência Social, proteção à criança e ao adolescente, e outras).

Com base no *modelo de gestão do SUAS*, o Estado deve assumir a responsabilidade enquanto órgão gestor pelo exercício das funções de planejamento, coordenação, organização e avaliação dos serviços socioassistenciais prestados pelas ONGs.

Por conseguinte, o Estado deve garantir que a operacionalização da rede socioassistencial complementar da PNAS (2004) esteja de acordo com os princípios previstos na Constituição de 1998, que enfatiza a Assistência Social como um direito do cidadão e um dever do Estado (o direcionamentos das ações são no sentido de romper definitivamente com a filantropia).

Este estudo se configura no contexto da parceria público-privado na operacionalização da rede socioassistencial da PNAS (2004) (na qual as ONGs são parte integrante). Por isso, acredita-se que é importante compreender a consolidação da PNAS (2004) e sua trajetória no Brasil, aspectos que caracterizam a implementação e consolidação do SUAS, os quais serão expostos no tópico a seguir.

Sobre as configurações da Assistência Social no Brasil, Sposati (2006) destaca-se três momentos que foram primordiais para a sua consolidação no país, os quais são:

1) *A Constituição de 1988*, cuja Assistência Social passa a integrar o tripé da Seguridade Social, e assegura em seus artigos 203 e 204 a Assistência Social como um direito de todos, integrada à seguridade social brasileira e, também, passa a ser entendida como uma política que deve ser provida com recursos financeiros públicos, sendo responsabilidade de toda a sociedade e de primazia do Estado, de modo a garantir a proteção, a promoção, o amparo a habilitação e reabilitação de pessoas em distintas condições de vulnerabilidade e risco social (SPOSATI, 2006).

Nesse cenário, a Assistência Social, “marcada historicamente pela benemerência – considerada um “favor” aos “pobres incapazes”, e pela subordinação aos interesses econômicos de nossas elites” (PEREIRA, 2007), passa a ser vista como um direito e um dever do Estado, resguardando o acesso aos direitos sociais e à cidadania.

2) *A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*⁹, em 1993, que no Cap. I, art. 1.º define “a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Como explica Yazbek (2009), a LOAS traz para o campo da Assistência Social algumas inovações ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na Gestão e execução da PNAS (2004).

3) *A aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*, em 2004, a qual “busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (BRASIL, 2004, p. 08).

Assim sendo, é preciso compreender que *a PNAS (2004) expressa o conteúdo da Assistência Social no sistema de proteção social brasileiro*, no âmbito da Seguridade Social. Em outras palavras, busca transformar em ações diretas as normativas previstas para a Assistência Social na Constituição Federal de 1988 e na LOAS (1993), por meio de definições de princípios e de diretrizes.

⁹ Lei 8.742

Nesse sentido, a PNAS (2004) *estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Assistência Social*. A seguir cita-se os principais fundamentos que embasam a atuação da PNAS (2004), trata-se dos seguintes:

- *Territorialização*: localização socioespacial das vulnerabilidades e exclusão social por meio da caracterização dos municípios e da complexidade dos serviços;
- *Descentralização*: responsabilidade dos entes federados - União (coordenação nacional); Estado (coordenação regional e execução de serviços de alta complexidade); Municípios (coordenação local e proteção social básica);
- *Intersetorialidade*: construção de Redes mediante organização e articulação de serviços de proteção, inclusive com outras políticas setoriais;
- *Matricialidade na família*: foco nas relações intrafamiliar.

É necessário destacar ainda que a PNAS (2004) determina de forma como os serviços socioassistenciais devem ser operacionalizados a partir do *novo modelo de gestão da política pública de Assistência Social* por meio da instituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O SUAS organiza a gestão e a operacionalização da PNAS (2004), e no que diz respeito à forma como a proteção social assegura dois tipos de proteções à população: *a proteção social básica e a proteção social especial*.

Essas *proteções afiançadas* (básica e especial) têm suas ações materializadas pela *rede socioassistencial* que segundo a NOB/SUAS (2005) trata-se de um “conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que oferecem e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade” (BRASIL, 2005, p.94).

Nessa conjuntura, *é imperativo destacar que esse estudo focaliza os aspectos da proteção social básica e sua operacionalização pelas ONGs, que compõem a rede socioassistencial complementar de Manaus*, visando analisar a prática da Educação Ambiental disseminada em suas ações.

Segundo Yazbek (2009), a PNAS (2004), na perspectiva do SUAS, introduz mudanças profundas nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gerenciamento e controle das ações de Assistência Social. Segundo a autora, no *novo modelo socioassistencial*

é reafirmada a primazia do papel do Estado como principal agente construtor e implementador das bases operacionais necessárias à realização dos serviços socioassistenciais.

O SUAS, por sua vez normatiza a PNAS (2004) por meio das seguintes regulamentações:

- Norma Operacional Básica da Assistência Social: que disciplina a descentralização político-administrativa da Assistência Social, o financiamento e a relação entre os três níveis de governo;
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos: que disciplina os recursos humanos necessários para a execução dos serviços e programas relacionados às proteções sociais: básica e especial (de média e alta complexidade). Publicada no DOU através da Resolução nº1 de 25/01/2007 (BRASIL, 2006).

Em seguida, aborda-se o modelo de gestão da PNAS (2004), ou seja, as especificidades do SUAS, seus pontos de referência organizacionais e os aspectos que caracterizam a parceria público-privado (situação em que está inserida as ONGs).

O SUAS, conforme definido na NOB/SUAS (2005, p. 86) “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”.

De acordo com Mota (2010), o SUAS viabilizou a “normatização, organização, racionalização e padronização dos serviços, bem como a superação da história cultural assistencialista brasileira”, consolidado os parâmetros técnicos e a profissionalização em sua execução.

Portanto, *o SUAS é constituído por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos no âmbito da Assistência Social, prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos –, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (YAZBEK, 2008).*

Segundo a NOB/SUAS 2005, o SUAS tem como diretrizes:

- *Descentralização político-administrativa* para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e comando único das ações em cada esfera de governo;
- *Participação da população*, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- *Primazia da responsabilidade do Estado* na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

- *Centralidade na família* para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2005, p.14).

O SUAS, regula e organiza os aspectos essenciais da PNAS (2004), os quais dizem respeito à normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e os eixos estruturantes e de subsistemas.

Nessa sequência, *destaca-se os principais eixos que orientam o SUAS* evidenciados na PNAS (2004, p.86), que são:

- ✓ Precedência da gestão pública da política;
- ✓ Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- ✓ Matricialidade sociofamiliar;
- ✓ Territorialização;
- ✓ Descentralização político-administrativa e reordenamento institucional;
- ✓ Financiamento partilhado entre os entes federados;
- ✓ Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- ✓ Articulação da rede socioassistencial;
- ✓ Valorização da presença do controle social;
- ✓ Participação popular/cidadão usuário;
- ✓ Qualificação de recursos humanos;
- ✓ Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.

Quanto as características do SUAS, a NOB/SUAS (BRASIL, 2005) destaca as seguintes:

- ✓ *Pacto federativo* - com definição de competências dos entes das esferas de governo;
- ✓ *Nova lógica de organização das ações* - por níveis de complexidade, por território, considerando regiões e portes de municípios;
- ✓ *Forma de operacionalização da LOAS* - que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a regulação, em todo o território nacional;
- ✓ *Sistema articulador e provedor de ações* - em diferentes níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- ✓ *Regulação da hierarquia* - dos vínculos e das responsabilidades do sistema, de serviços, benefícios e ações de Assistência Social;
- ✓ *Alteração da história de fragmentação programática* - entre as esferas do governo e das ações por categorias e segmentos sociais.

Couto (2009) afirma que o SUAS estrutura-se a partir das necessidades básicas da população, e responde de forma concreta às expressões da questão social (as quais incluem também as demandas socioambientais), devendo ser consideradas as particularidades de cada região (neste sinaliza-se as especificidades da Amazônia).

Destaca-se que esse *novo modelo de gestão*, o SUAS configura-se como um modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social. Já que é baseado na descentralização político-administrativa, na responsabilização do Estado como provedor das políticas sociais e na participação da sociedade civil na formulação e no controle das ações de atenção à população em todos os níveis de governo, *um modelo que pressupõe uma gestão em rede*.

O SUAS volta-se para a articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquias, do sistema de serviços, benefícios e ações de Assistência Social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, com base nas diretrizes de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em *articulação com a sociedade civil* (YAZBEK, 2008).

Em outras palavras, o SUAS estrutura-se a partir da integração entre os entes federativos, pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas *Entidades e Organizações de Assistência Social*, abrangidas conforme definido pelo parágrafo 2º do artigo 6º da LOAS.

Segundo Yazbek (2009), essa integração é um importante elemento para a PNAS (2004) e *institui novas bases de relação entre o Estado e a sociedade civil*.

De acordo com a autora, essa característica do SUAS

Introduz uma concepção de sistema orgânico, em que *a articulação entre as três esferas de governo* constitui-se em elemento fundamental para a política. Como sabemos, é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Assistência Social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (YAZBEK, 2009, p. 12).

Apesar disso, conforme afirma Yazbek (2009, p. 12), “as entidades prestadoras de Assistência Social, de caráter privado, não são vistas apenas como repassadoras de serviços”. Conforme destaca a PNAS (2004), devem ser consideradas *parceiras estratégicas* e corresponsáveis na luta pela garantia de direitos sociais.

Tal princípio organizativo aponta para a ruptura com o assistencialismo e a benemerência, uma vez que suas bases se consolidam na perspectiva da Assistência Social como sendo uma política pública, e, portanto, um dever do Estado e direito de todos os cidadãos e cidadãs, com a afirmação do controle social por parte da sociedade civil (YASBEK, 2010).

Destaca-se que o SUAS articula a descentralização com a intersectorialidade no âmbito da PNAS (2004), uma vez que a proposta principal de sua atuação é na promoção da inclusão social e/ou melhorar a qualidade de vida, então o foco é na resolução dos problemas concretos que se incidem sobre uma população de um dado território.

Carvalho (1999, p.27), afirma que:

Uma gestão intersectorial ou transectorial, exigindo a conjugação, convergência e integração das políticas e programas setoriais. Esta intersectorialidade pede um novo arranjo institucional e organizacional, particularmente em nível municipal. A velha estrutura da administração pública com inúmeras secretarias ou departamentos setoriais tornou-se pesada e um complicador a mais para a implementação de decisões e ações mais eficazes que exigem uma abordagem transectorial. Também os conselhos previstos nas leis que embasam a nova política de direitos precisam de estruturas facilitadoras de fluxos entre elas. Talvez uma câmara social que congregue os conselhos setoriais e os conselhos por segmentos, para decisões retotalizadoras do social.

A intersectorialidade, por sua vez, proposta pelo SUAS, requer:

[...] mais do que a articulação ou a comunicação entre os diversos setores sociais, tais como saúde, educação, habitação, emprego e renda, saneamento e urbanização, por exemplo. Ela aponta para uma visão integrada do problema da exclusão, em uma perspectiva que situa a pobreza como um problema coletivo, algo que diz respeito ao conjunto da sociedade e que deve ser coletivamente enfrentado (BRONZO; VEIGA, 2007, p. 11).

Sob esse ponto de vista, acredita-se que “a intersectorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual dos desiguais” (JUNQUEIRA, 2006, p. 27).

Esse caráter da PNAS (2004) permite sua conexão com outras políticas, dentre as quais focaliza-se a Política de Educação Ambiental (PNEA), considerando sua perspectiva de transversalidade na operacionalização dos serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS (sendo este o foco de nossas análises).

Em suma, declara-se que a proposta do SUAS concretiza um novo modelo de gestão que possibilita a efetivação dos princípios e diretrizes da PNAS (2004).

Essa *lógica de gestão* constitui-se na *regulação e organização* em todo o território nacional das ações socioassistenciais, os serviços, programas, projetos e benefícios, e têm como

foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização.

Com essa perspectiva de território são definidas as funções que o modelo deve desempenhar, tal como, o número de pessoas que se constituem alvo das ações conforme o grau de complexidade das necessidades que demandam proteções sociais.

Pressupõe, ainda, *gestão compartilhada*, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnicas e políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Destaca-se que essa *gestão compartilhada também se expressa na participação e mobilização da sociedade civil*, que tem um papel efetivo na operacionalização do SUAS.

Portanto, torna-se imperativo realizar uma abordagem sobre a rede complementar prestadora de serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS em Manaus, a qual é formada por entidades não governamentais (ONGs).

1.3. A atuação das ONGs na rede complementar de serviços socioassistenciais em Manaus

Neste faremos a caracterização das ONGs que compõem a rede socioassistencial complementar de Manaus¹⁰ tendo como foco principal a identificação das ONGs que desenvolvem a prática de Educação Ambiental no contexto da proteção social básica.

Para realizar essa análise foi considerado o conteúdo dos seguintes documentos: 1) *Estatuto das Instituições*, no que tange aos objetivos, missão ou finalidade; 2) *Plano de Ações e Relatório*, neste refere-se as atividades descritas, os objetivos e a metodologia a que se dispõe a proposta de cada ONG (projeto) o qual foi apresentado na SEAS, para concorrer na chamada pública do Edital de 2014 para o acesso ao FEAS.

Inicia-se essa abordagem fazendo a classificação das ONGs que compõe a rede socioassistencial de Manaus, focalizando os pressupostos políticos/ideológicos que compreendem sua atuação, conforme os critérios destacados por Gohn (*apud* KAUCHAKJE, 2011).

Em seguida, destaca-se a proteção afiançada pelas ONGs, segundo sua classificação, e o números de atendimentos.

¹⁰ Foi realizada por meio do levantamento documental de dados/informações que foram coletados na Secretaria de Estado da Assistência social (SEAS) no período de fevereiro a março de 2015.

E por fim, cita-se as ONGs que atuavam na proteção social básica e desenvolviam a prática da Educação Ambiental.

Dessa forma, essa caracterização será apresentada a partir de subitens, elencados a seguir:

1.3.1. Classificação das ONGs

Nesse tópico evidencia-se por quais pressupostos políticos/ideológicos, as ONGs que integram a rede socioassistencial em Manaus, embasam suas ações no campo da Assistência Social.

Mas antes, iremos discorrer sobre o significado do termo ONG (Organização Não Governamental), explicitando principalmente o contexto em que se engendrou sua atuação na dinâmica de execução das políticas sociais no Brasil. Para tanto, destaca-se as abordagens de Gohn (2000) e Landim (1993).

De acordo com Landim (1993, p.16), ONG, é uma “expressão antiga, que nasce na ONU no pós-guerra, mas nunca foi muito usada por aqui, seja em contextos políticos, ou sociológicos – é um termo que vem ganhando de poucos anos para cá visibilidade pública”.

Gohn (2000, p.60) destaca que o termo ONG “[...] relaciona-se a um tipo peculiar de organização da sociedade. Refere-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas”.

Nesse contexto, as ONGs assumem caráter público, na “medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade” (TENÓRIO, 2001, p. 07).

Em relação a atuação das ONGs no Brasil, Gohn (2000, p.10) destaca:

Essas entidades ganharam maior representatividade na virada do século XX para o XXI, especialmente porque, naquele momento, o contexto socioeconômico do Brasil estava fadado à instabilidade do governo Collor, as políticas neoliberais, à desativação do papel do Estado na área de serviços sociais, ao crescimento da economia informal;

Para Junqueira (2006), a configuração desse espaço de atuação das organizações do Terceiro Setor no Brasil foi favorecida pelo cenário de modernização do Estado, no qual o conceito de *descentralização* ganha força.

Nesse contexto, as Organizações Não Governamentais:

[...] ganham espaço na cena política, passando a constituir uma alternativa de eficácia à gestão das políticas sociais. O Estado, sem se eximir de sua responsabilidade, transfere algumas de suas competências para organizações da sociedade civil, as quais passam a assumir, em caráter complementar em parceria, as ações sociais que possibilitam oferecer à população melhores condições de vida (JUNQUEIRA, 2006, p. 199).

É nesta conjuntura, de desmonte das políticas sociais, que as ONGs ganharam espaço e se tornam uma opção para o Estado no enfrentamento das expressões da questão social. Sendo que se consolidam e se popularizam de maneira mais densa “a partir da década de 1980 e ganham importância mundial no decênio seguinte, sobretudo após a Eco-92” (MATOS, 2005, p. 23).

Dessa maneira, a partir de 1980 foram definidas como “organizações, associações e fundações de direito privado que realizam ações de interesse público, sem fins lucrativos” (KAUCHAKJE, 2011, p.97).

Sobre a atuação das ONGs, Coutinho (2005) destaca:

Se na década de 1970 associavam-se aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas à outra lógica: priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãs”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos (2005, p.58).

No cenário brasileiro, no âmbito da PNAS (2004) essa relação de parceria entre o Estado e as ONGs se consolidou a partir da NOB/SUAS (2005), a qual apesar de reafirmar o caráter público da PNAS (2004), propôs uma relação de articulação entre seus serviços e os das entidades e organizações¹¹. Assim, os serviços operacionalizados por essas instituições são vistos como complementares as ações da PNAS (2004).

Nessa conjuntura, a constituição do SUAS propõe um sistema participativo, descentralizado e em rede, que pressupõe a participação de entidades e organizações de Assistência Social, formando o que se denominou por rede socioassistencial.

¹¹ A Resolução CNAS n.º 16, de 15 de maio de 2010 Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Sendo assim, *é importante destacar-se o que significa rede socioassistencial*, ou seja, suas configurações no contexto do SUAS, visando entender as funções das ONGs integrantes da rede complementar de Manaus.

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativas estatais e da sociedade, que ofertam e operam serviços, benefícios, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, o *caráter público da rede socioassistencial* é reafirmado pela integração e articulação entre os serviços eminentemente estatais e aqueles complementares prestados pelas entidades e organizações de Assistência Social.

À visto disso, a rede socioassistencial está estruturada a partir de iniciativas do poder público e da sociedade civil; com primazia do Estado; para o cumprimento das funções de proteção social, básica e especial, de média e alta complexidade; com o objetivo de viabilizar a cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida, à dignidade humana e à fragilidade das famílias e dos indivíduos (BRASIL, 2004).

A NOB/ SUAS (2005), define que a rede socioassistencial deve ser organizada a partir dos seguintes parâmetros:

- a) oferta, de maneira integrada de serviços, programas e benefícios de proteção social;
- b) *caráter público de co-responsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não-governamentais de Assistência Social* evitando paralelismos, fragmentações e dispersão de recursos;
- c) hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade em face da demanda;
- d) porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica e para a rede de proteção especial;
- e) territorialização da rede de Assistência Social, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão;
- f) caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não-governamental;
- g) referência unitária em todo território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados da rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção quanto à presença ou agravamento e superação de vitimações, riscos e vulnerabilidades sociais (Grifo nosso). (BRASIL, 2005, p.95)

Nessa contextura, o Quadro 01 apresenta as ONGs que compõem a rede socioassistencial complementar de Manaus, trata-se das instituições que tiveram acesso ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)¹² em 2014.

¹² A Lei Orgânica da Assistência Social, art. 30, inc. II, a Resolução nº 207, do Conselho Nacional de Assistência Social, de 1998, e art. 6º do Decreto Federal nº 2.298, de 1997, condicionam o repasse de recursos federais aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal à existência de previsão orçamentária aos respectivos fundos.

Nº	ONGs
01	Associação de Apoio a Criança com HIV - Casa VHIDA
02	Instituto Beneficente Frei Izidório Irigoyen - NAF BRASIL
03	Instituto Novo Mundo
04	Inspetoria Missionária Laura Vicuña - Centro Social São Benedito
05	Grupo de Apoio a Criança com Câncer do Amazonas
06	Obra Social Fazenda Glória - Fazenda da Esperança
07	Associação de Apoio as Mulheres portadoras de Câncer - Lar das Marias
08	Centro de Formação Vida Alegre
09	Instituto Silvério de Almeida Tundis - ISAT
10	Associação Philippe Sociais Da Comunidade Católica Nova Aliança
11	Associação para o desenvolvimento Coesivo da Amazônia- ADCAM
12	Movimento Comunitário Vida Esperança – MCVE
13	Aldeias Infantis SOS Brasil
14	Cáritas Arquidiocesana de Manaus
15	Associação Amazonense do Campo de Atenção Psicossocial Chico Inácio
16	Jovens com uma missão - Abrigo Monte Salém
17	Oficina Escola Lutheria da Amazônia – OELA
18	Lar Batista Janell Doyle
19	ISMA- Pró-Menor Dom Bosco
20	Centro de Solidariedade São José Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos
21	Casa da Criança
22	Clube de Mães da Japiinlândia
23	Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio – IACAS
24	Inspetoria Laura Vicuña - Casa Mamãe Margarida
25	Associação de Idosos Paz e Bem – ASSIPAB
26	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia - São José Operário do Aleixo

Quadro 01 – ONGs que acessaram o Fundo Público Estadual em 2014, em Manaus.

Fonte: Elaboração da pesquisadora conforme dados coletados na pesquisa documental realizada junto ao Setor jurídico da Secretaria Estadual de Assistência social e Cidadania (SEAS), 2015.

Observa-se no quadro acima um total de 26 ONGs que tiveram acesso ao FEAS em 2014, e que portanto, compõem a rede socioassistencial complementar de Manaus.

Considerando os pressupostos de atuação de cada ONG, no âmbito de suas atribuições, analisa-se por qual perspectiva política/ideológica baseia-se suas intervenções no campo da Assistência Social, as quais determinam a forma como se constitui a operacionalização de seus serviços socioassistenciais junto aos usuários, ou seja, se era pela via do direito ou pelo viés da benemerência e solidariedade.

Para isso, utiliza-se os critérios de classificação citados por Gohn (*apud* KAUCHAKJE, 2011) os quais irão permitir enquadrar a atuação das ONGs em um foco de análise.

Nesse sentido, a classificação das ONGs considera os seguintes aspectos:

Movimentalista ou ativista: é um tipo de ONG engajada em mobilizações e movimentos sociais. Pode ter vínculos com setores de partidos políticos, igrejas e empresas cujos propósitos sociopolíticos são ligados à defesa de direitos e ao fortalecimento da participação social. Geralmente realizam projetos de assessoria e

educação popular. Exemplo: O Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase).

Filantrópica: As ONGs desse tipo podem ser laicas ou confessionais. Envolvem-se em ações e prestações de serviços sociais com caráter de beneficência, que são destinados, em geral, aos grupos sociais empobrecidos. Quando laicas, tais ações são desenvolvidas por motivações solidárias e humanitárias, ex: Associação de Pais e amigos Excepcionais (Apae); quando confessionais, as ações e prestações de serviços sociais são ligadas a igrejas e norteadas por princípios religiosos, caso da Pastoral da Criança.

Empresarial: São ONGs fundadas e apoiadas por empresas para realizar ações de responsabilidade social empresarial, geralmente na área socioambiental. Ex: Fundação Nokia, Fundação Bradesco e Fundação Roberto Marinho (KAUCHAKJE, 2011, p. 98).

Com base nisso, a figura 01 expõe o seguinte cenário de classificação dessas instituições:

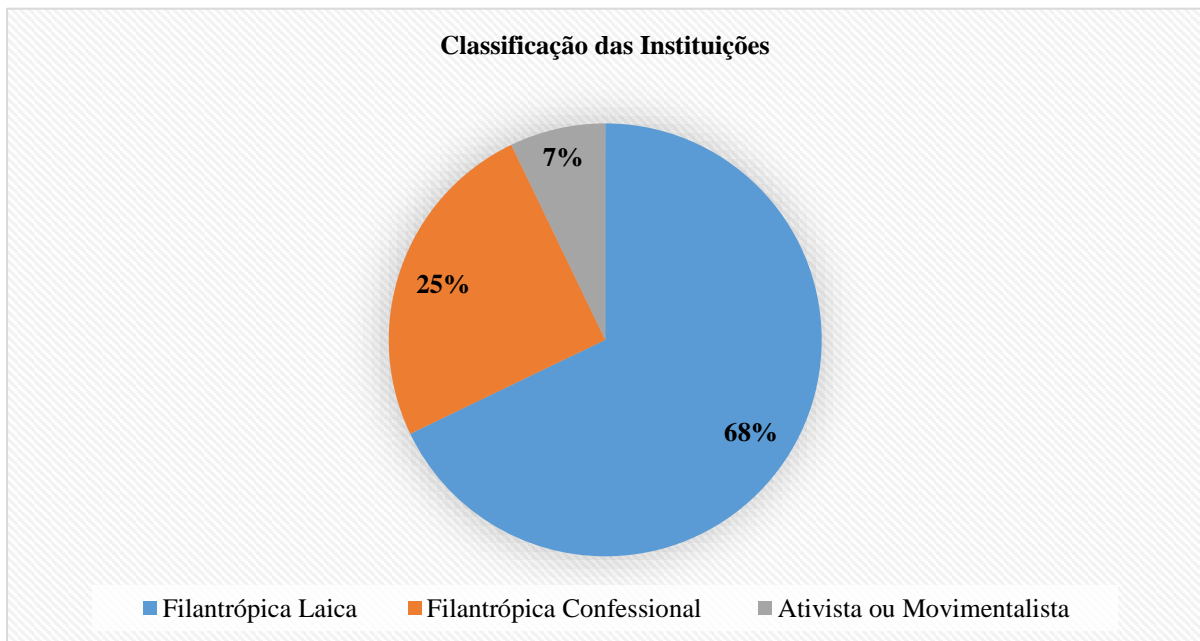


Figura 01 – Classificação das ONGs que atuavam na Assistência Social em Manaus, conforme a concepção de Gohn (*apud* KAUCHAKJE, 2011).

Fonte: Elaboração da pesquisadora conforme dados coletados na pesquisa documental realizada junto ao Setor jurídico da Secretaria Estadual de Assistência social e Cidadania (SEAS), 2015.

Notou-se na figura 01, um certo predomínio de ONGs que se classificam como Filantrópicas, conforme a concepção de Gohn (*apud* KAUCHAKJE, 2011), sendo que 68% podem ser consideradas filantrópica Laica e 25% Filantrópicas Confessionais. Destaca-se um percentual menor de ONGs, sendo apenas 7% que se enquadrem na perspectiva de Movimentalista ou Ativista.

Então, nesse primeiro momento não foram identificados indícios de que as ONGs, em suas ações, consideravam a Assistência Social enquanto direito, pelo contrário, observou-se que

as ONGs classificadas como *Filantrópicas Laicas e confessionais*, imprimem no contexto de suas perspectivas política e ideológica, um forte apelo à *filantropia*, com um viés particularmente religioso ancorados na concepção da benemerência e solidariedade.

É possível afirmar que esses pressupostos, que caracterizavam sua postura político/ideológico, vem desde sua criação, visto que auto intituladas como associações organizadas da sociedade civil (conforme a análise do Estatuto dessas instituições), esses aspectos permeavam todo o formato de suas ações, fato observado na descrição de suas atividades, programas, projetos, serviços (conforme a análise das metodologias e objetivos das ações dessas ONGs).

Dessa maneira, percebeu-se que as ações da ONGs na proteção social, baseavam suas ações na perspectiva *do assistencialismo*, fundamentado na benemerência por um discurso humanista de solidariedade e ajuda ao próximo. Isso demonstra que as ONGs tinham um certo desconhecimento da legislação que ampara a abordagem da Assistência Social no Brasil, em relação a perspectiva de direito (PNAS e SUAS).

Apesar disso, notou-se que as ONGs tinham uma preocupação em mostrar-se alinhadas aos critérios estabelecidos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009, mesmo que de forma pontual e restrita, dado a superficialidade¹³ com que as questões específicas aos serviços socioassistenciais eram explicitadas, isto é, sem muito aprofundamento e com muitas contradições.

À vista disso, arrisca-se afirmar que esses detalhes observados nos projetos das ONGs, em relação as adequações definidas na Tipificação (2009), não passava de um cumprimento a obrigatoriedade exigida no Edital divulgado pela SEAS, em razão do acesso aos recursos do FEAS.

Constatou-se a partir desse estudo (tanto nas referências bibliográficas, quanto na análise de conteúdo documental) maior afinidade das ONGs com o assistencialismo. Ainda que esse rompimento tenha sido definitivamente assegurado no campo da legislação, na prática não se vivencia essa condição de forma concreta nas ONGs (esses indícios ficam claros na descrição dos objetivos e metodologias das ações). Recomenda-se a efetivação da Assistência Social, no âmbito das ONGs (rede complementar socioassistencial) enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

Dessa forma, é importante observar que o fato dessas instituições obedecerem aos critérios estabelecidos na Tipificação (2009) não pode ser visto como único recurso, ou que seja

¹³ Percebeu-se uma linguagem muito técnica que se restringia a responder algumas perguntas do formulário estabelecido pela SEAS.

parâmetro suficiente para afirmar que suas ações pautavam-se numa abordagem da Assistência Social enquanto direito.

Em contraposição a isso, a atuação das ONGs da rede socioassistencial de Manaus mantinham uma forte ligação com o passado da Assistência Social marcado pelo ideário de benemerência e solidariedade. Visto que historicamente a forma de enfrentamento da questão social, pelo Estado e também pelas organizações da sociedade civil, por muito tempo se deu como ajuda, favor, benemerência, de forma paternalista e clientelista, marcas deixadas, que até hoje impendem que muitos a vejam como um direito.

Montaño (1999) destaca mais detalhes sobre essa forma de conceber a Assistência Social nas ações promovidas pelo *Terceiro Setor*,

[...], tendem a multifragmentação do trato da “questão social”, pois além da sua setorialização genética, elas são agora fragmentadas, dada à pequena área de abrangência das organizações deste setor em micro espaços [...] O chamado “terceiro setor” mal poderia compensar, em quantidade, qualidade variedade e abarcabilidade, as políticas sociais e assistenciais abandonadas pelo Estado, [...]. (Idem, 1999, p. 72-73).

Essas características apresentadas por Montaño (1999) são persistente na maioria das ONGs que compõem a rede socioassistencial de Manaus, contudo contraria os pressupostos em que se baseia a legislação que fundamenta a regulamentação da Assistência Social no país.

A LOAS (1993) destaca, no contexto de suas normatizações, a superação do viés de benemerência e do clientelismo que até então caracterizava a Assistência Social brasileira, e reafirma seus preceitos constitucionais, referindo-se a Assistência Social como política pública de direito de todo cidadão que dela necessitar; em outras palavras direciona a Assistência à extensão da cidadania e garantia de direitos sociais.

Diante disso, Sposati (2007) reafirma que a inscrição da Assistência Social no elenco dos direitos sociais constitutivos da cidadania, configura-se como um marco histórico de grande importância. Isso significa que, do ponto de vista formal, a Assistência Social se converte em direito reclamável pelo cidadão, devendo ser encarada não mais como concessão de favores, mas sim como prestação devida de serviços.

Yazbek (2009) enfatiza que:

Pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania, sob a vigilância do Estado, cabendo a este a universalização

da cobertura e garantia de direitos e de acesso para esses serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (YAZBEK, 2009, p13).

Dessa forma, evidencia-se que as ONGs deveriam atuar na Assistência Social em prol da mudança de paradigma: isso significa refutar as práticas de benemerência e prosseguir na construção/conquista de direitos pela superação da desigualdade; e realizar ações afirmativas de cidadania e de inclusão social. É preciso haver o reconhecimento por parte do *gestor de cada ONG*, de que a entidade compõe a rede socioassistencial no âmbito do SUAS, e deve atuar na perspectiva da prestação complementar de serviços socioassistenciais e que, portanto, deve resguardar o que está preconizado na Constituição de 1988 e na legislação da Assistência Social (LOAS, PNAS e SUAS).

1.3.2. Proteção afiançada pelas ONGs segundo sua classificação

Neste iremos evidenciar a proteção afiançada pelas ONGs que operam na rede socioassistencial complementar em Manaus, conforme sua classificação (abordada no tópico anterior) e a forma como eram distribuídos os serviços por proteção afiançada, enfatizado o número de atendimentos.

Nesse sentido, inicialmente retoma-se a discussão sobre o significado de proteção social, e de que forma está regulamentada na PNAS (2004).

De acordo com Jaccoud (2009, p. 58), “a proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais”.

No contexto brasileiro, a proteção social, no âmbito da PNAS (2004), consiste num conjunto de ações, cuidados, atenções, aquisições e benefícios ofertados por meio do SUAS, diretamente pelo agente público ou em parceria com associações/entidades sem fins lucrativos que compõem a rede socioassistencial (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a proteção social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória do seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofertas à dignidade humana (BRASIL, 2004).

A PNAS (2004) evidencia três vertentes de proteção social: *as pessoas, as suas circunstâncias* e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, *a família*.

Nesse contexto, a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (BRASIL, 2004, p. 10). Dessa forma, a proteção social de Assistência Social, segundo a PNAS (2004), opera sob três situações/eixos:

- Eixo 1: a proteção ao ciclo de vida do cidadão: a) oferta de apoio às fragilidades e vulnerabilidades etárias próprias ao ciclo de vida, conforme os direitos da criança, dos adolescentes, jovens e idosos; b) opera sobre as matrizes dos direitos ao desenvolvimento humano e social
- Eixo 2: respeito à heterogeneidade e à diferença sem discriminação e apartação: a) oferta de serviços que promovam a ruptura com as discriminações para com mulheres, índios, afrodescendentes, entre outros; b) proteção especial contra as formas predatórias da dignidade e cidadania em qualquer momento da vida e que causam privação, vitimização, violência e até mesmo o extermínio.
- Eixo 3: a) enfrentamento das fragilidades na convivência familiar como núcleo afetivo e de proteção básica a todo cidadão; b) ampliação das condições básicas de equilíbrio e resiliência do arranjo familiar; c) reconstituição do tecido social e o reforço do núcleo afetivo e de proteção básica de todo cidadão (BRASIL, 2004).

O trabalho com esses “eixos” permite que a proteção social ao ser operada pela Assistência Social envolva a garantia de um “conjunto de seguranças”, que segundo a NOB/SUAS (2010), são: a *segurança da acolhida* (ou seja, segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social); a *segurança social de renda* (isto é, segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais); e a *segurança do convívio* (ou seja, convivência familiar, comunitária e social).

Para garantir esse “conjunto de seguranças” da Assistência Social, no SUAS a proteção social foi dividida em: *Proteção Social Básica e Proteção Social Especial*.

Logo, visando elucidar, de modo mais aprofundado, como essas seguranças são promovidas no âmbito da PNAS (2004), retoma-se a seguir a abordagem sobre os níveis de proteção:

A *Proteção Social Básica* é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo

acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social - discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras (BRASIL, 2004). E tem como finalidade a prevenção de riscos sociais e de situações de vulnerabilidade social, e sua ação se materializa e tem como porta de entrada a unidade estatal chamada de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A *proteção social especial* é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004). E se caracteriza pelo foco em indivíduos e ou famílias em que o risco social já foi instalado. Ou seja, os direitos já foram violados, os vínculos familiar e comunitário dos indivíduos já foram enfraquecidos ou rompidos, o que exige atendimento especializado.

Nesse sentido, a proteção social especial divide-se em: *média complexidade* e *alta complexidade*:

Na *proteção social especial de média complexidade* a atuação se dá quando os direitos foram violados, porém, mesmo com os vínculos familiares enfraquecidos, os indivíduos ainda têm certa referência social. O atendimento é realizado na unidade estatal Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Na *proteção social especial de alta complexidade* a atuação volta-se para os casos em que os direitos foram violados e os vínculos familiares foram rompidos, em que os indivíduos necessitam de apoio institucional integral. É operacionalizada por instituições que realizam acolhimento institucional (PEREIRA, 2007).

Nessas circunstâncias, a operacionalização dos serviços socioassistenciais (seja na proteção social básica ou especial) também é feita pelas entidades de Assistência Social (chamadas ONGs), que são reconhecidas como membros participantes da rede complementar.

Em outras palavras, são entidades parceiras na prestação de serviços socioassistenciais e atuam tanto na proteção social básica quanto na proteção social especial, conforme a Lei n.º 8.742, de 1993, e respeitadas a PNAS (2004), a NOB/SUAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, estabelecida na Resolução CNAS n.º 109/2009.

Nesse sentido, a figura 02, traz o quadro da proteção afiançada pelas ONGs que fazem atendimento na rede socioassistencial complementar em Manaus, segundo sua classificação:

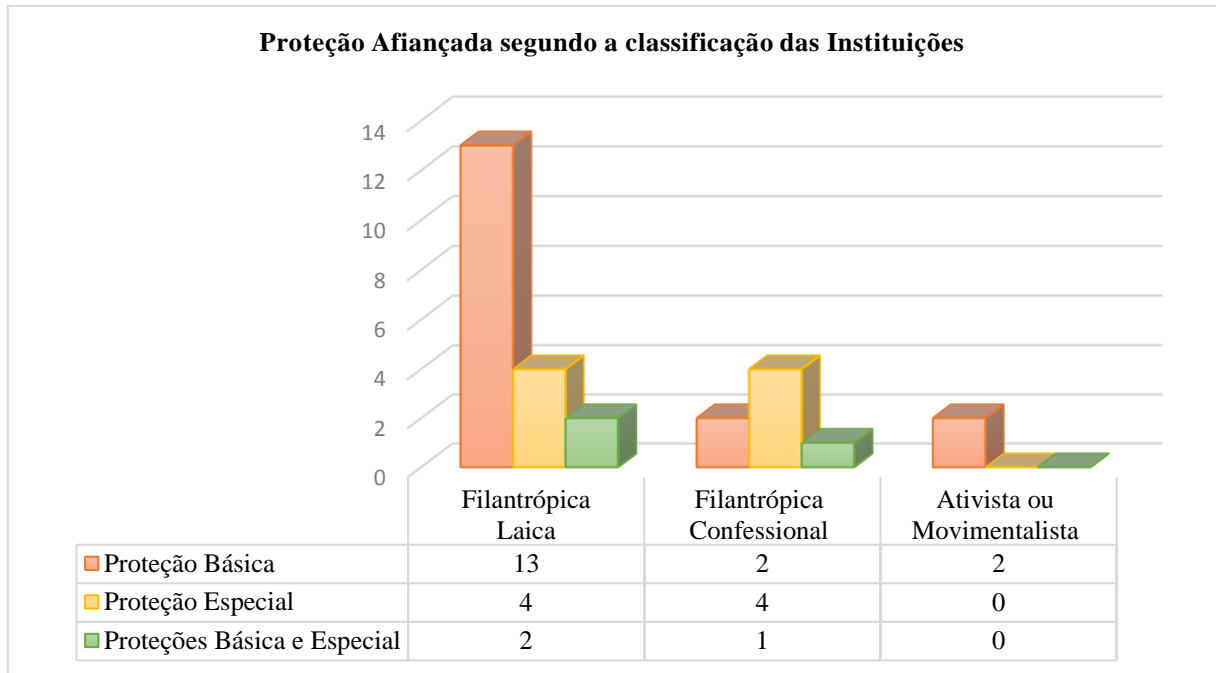


Figura 02 - Proteção afiançadas pelas ONGs segundo sua classificação.

Fonte: Elaboração da pesquisadora conforme dados coletados na pesquisa documental realizada junto ao Setor jurídico da Secretaria Estadual de Assistência social e Cidadania (SEAS), 2015.

É possível visualizar na figura 02 que a maioria das ONGs que se enquadram nessas características realizam seus serviços no âmbito da *proteção social básica*.

Diante do que foi analisado sobre os aspectos político/ideológicos predominantes nas ONGs (figura 01), evidencia-se que tais serviços, poderão, conseqüentemente, reproduzir ações assistencialistas, fragmentadas, circunstanciais, paliativas e emergenciais no âmbito da proteção social básica.

Isso contraria as orientações do SUAS quanto a organização dos elementos essenciais e imprescindíveis à execução da PNAS (2004), os quais se referem à normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial (BRASIL, 2013).

Todas essas questões foram regulamentadas na NOB/SUAS, em 2005, na NOB/RH em 2006 e, em 2009, a Resolução 109/2009, que apresenta a *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, os quais devem ser implantados em todos os municípios, padronizando os serviços a partir das especificidades de cada região.

Diante dessa constatação, sinaliza-se para a necessidade da efetivação de uma forte *vigilância socioassistencial*¹⁴ por parte do Estado, visando garantir a qualidade dos serviços na perspectiva do direito social do usuário.

A figura 03 traz um quadro que retrata o número de atendimentos das ONGs por proteção afiançada.

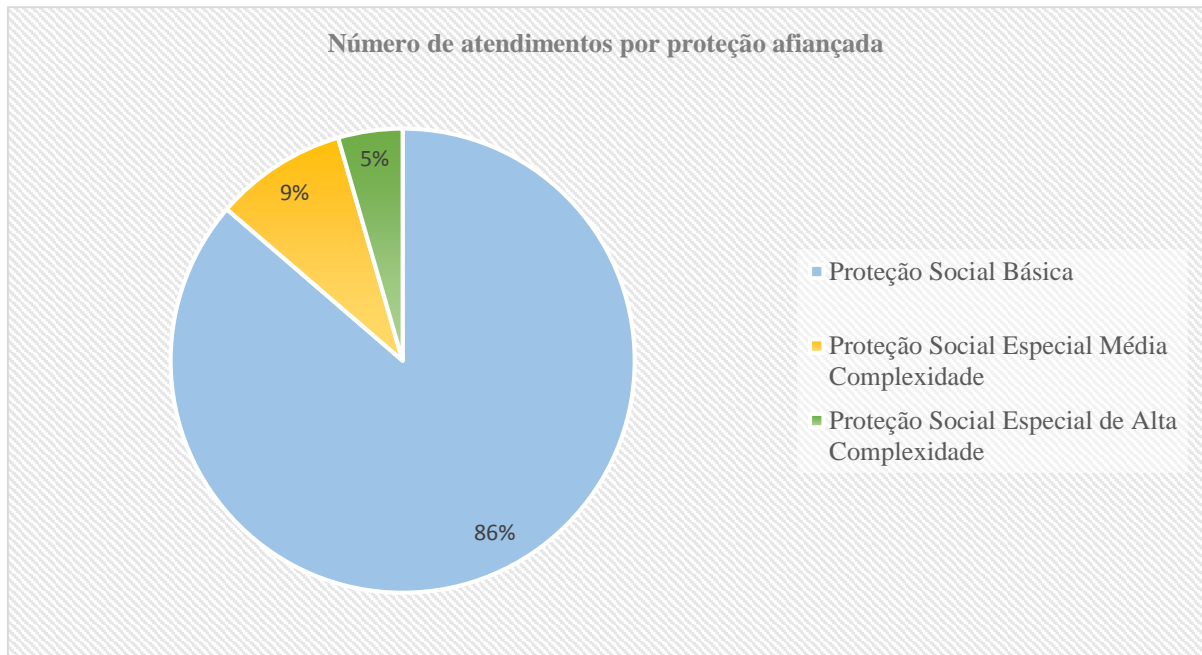


Figura 03 – Número de atendimentos por proteção afiançada.

Fonte: Elaboração da pesquisadora conforme dados coletados na pesquisa documental realizada junto ao Setor jurídico da Secretaria Estadual de Assistência social e Cidadania (SEAS), 2015.

Sobre os serviços socioassistenciais ofertados por essas ONGs, nota-se que 86% dos atendimentos são desenvolvidos no âmbito da proteção social básica.

Toda a regulamentação da prestação desses serviços está na legislação da PNAS (2004), que os define como:

¹⁴ Na PNAS (2004), a Vigilância Socioassistencial foi concebida como função a ser operacionalizada no âmbito do SUAS: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apatamento social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (BRASIL, 2004, p. 39-40).

- ✓ *Atendimento:* As ONGs prestam serviços socioassistenciais de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, conforme a LOAS/1993, e respeitadas a PNAS (2004), a NOB/SUAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, estabelecida na Resolução n.º 109/2009;
- ✓ *Defesa e garantia de direitos:* As ONGs realizam serviços socioassistenciais voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, conforme normas estabelecidas na LOAS/1993, e respeitadas a PNAS (2004) e a NOB/SUAS;
- ✓ *Assessoramento:* As ONGs executam serviços socioassistenciais voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, de acordo com as diretrizes previstas na LOAS/1993, e reconhecidas na PNAS (2004) e a NOB/SUAS.

As ONGs da *rede socioassistencial de Manaus* desenvolvem todos esses serviços citados acima. Contudo, o que mais se observou foram *as ações em defesa e garantia de direitos*. Quando se analisa os documentos das ONGs, tais como os relatórios, verifica-se que a maioria responde que suas atividades estão sendo realizadas de acordo com os serviços tipificados no SUAS.

Portanto, volta-se a afirmar que é indubitável a necessidade da *Vigilância Socioassistencial* por parte do Estado sobre o *padrão de qualidade dos serviços* prestados por essas ONGs, visto que, de acordo com a Tipificação (2009) essa *rede socioassistencial complementar* deve ser monitorada e avaliada, levando-se em consideração os seguintes itens:

- 1) avaliação das provisões ofertadas, da rotina de trabalho técnico, do gerenciamento do serviço e avaliação dos recursos humanos;
- 2) avaliação dos indicadores de resultados do serviço;
- 3) indicação das intervenções necessárias (conforme indicado na *Tipificação dos Serviços Socioassistenciais*, 2009).

1.3.3. ONGs que atuavam na proteção social básica e que desenvolviam a prática da Educação Ambiental

Neste item, serão identificadas as ONGs (que compõem a rede complementar de Manaus) que atuavam no âmbito da proteção social básica (conforme dados obtidos por meio do levantamento documental realizado na SEAS).

Tendo em vista o foco central deste estudo, o aprofundamento dessas informações é principalmente no sentido de desvelar quais as ONGs que desenvolvem a prática da Educação ambiental.

Pereira (2007, p.74) destaca que “a proteção social básica tem caráter mais preventivo enquanto, a especial, caráter mais reparador”.

Segundo a PNAS (2004), a proteção social básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Em outras palavras:

[...] são aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004 p. 29-30).

A proteção social básica tem como objetivos: prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de *potencialidades e aquisições*, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 1993).

Essas ações destinam-se à *população que vive em situação vulnerável* em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outros).

Dessa maneira, o SUAS prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais, visando o acolhimento, a convivência e a socialização de famílias e indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada (BRASIL, 2004).

Segundo a *Tipificação (2009)*, que reorganiza os *serviços* da PNAS (2004) de acordo com cada nível de proteção social, os serviços de proteção social básica são:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Esses serviços estão disponíveis nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que é uma unidade pública estatal localizada em áreas de maior vulnerabilidade social. Os CRAS organizam e gerenciam a rede de serviços socioassistenciais presentes no território de sua abrangência. O CRAS deve contar com uma equipe de referência composta por profissionais de nível superior, além do pessoal de apoio administrativo, dependendo do porte do município, conforme estabelecido na NOB/SUAS.

Além disso, esses serviços também são oferecidos pela rede socioassistencial complementar, composta por ONGs que devem atuar de acordo com as diretrizes estabelecidas no SUAS e na normatização da Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais.

No quadro a seguir evidencia-se as ONGs (dezoito) que atuam no âmbito da proteção social básica (informação adquirida a partir do levantamento de dados obtidos na SEAS).

Nº	ONGs que atuam na Proteção Social Básica em Manaus
01	Associação de Apoio a Criança com HIV - Cada Vhida
02	Inspetoria Missionária Laura Vicuña - Centro Social São Benedito
03	Grupo de Apoio à Criança com Câncer- GACC- AM
04	Centro de Formação Vida Alegre
05	Instituto Silvério de Almeida Tundis - ISAT
06	Associação para o desenvolvimento Coesivo da Amazônia- ADCAM
07	Movimento Comunitário Vida Esperança – MCVE
08	Cáritas Arquidiocesana de Manaus
09	Associação Amazonense do Campo de Atenção Psicossocial Chico Inácio
10	Oficina Escola Lutheria da Amazônia - OELA
11	Lar Batista Janell Doyle
12	ISMA- Pró-Menor Dom Bosco
13	Centro de Solidariedade São José Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos
14	Casa da Criança
15	Clube de Mães da Japiinlândia
16	Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio – IACAS
17	Associação de Idosos Paz e Bem - ASSIPAB
18	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia - São José Operário do Aleixo

Quadro 02 - ONGs que atuavam na Proteção Social Básica em Manaus

Fonte: Elaboração da pesquisadora conforme dados coletados na pesquisa documental realizada junto ao Setor jurídico da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SEAS), 2015.

Das dezoito ONGs citadas no quadro acima, verificou-se que todas desenvolviam ações voltadas para o *Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV)*. Refere-se a um

serviço da proteção social básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), reorganizado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013.

Conforme estabelece a Tipificação (2009) corresponde a um serviço realizado em grupos, organizados “de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (BRASIL, 2009, p.09).

Na figura 04 mostra-se informações sobre o público alvo das ações desenvolvidas pelas ONGs.

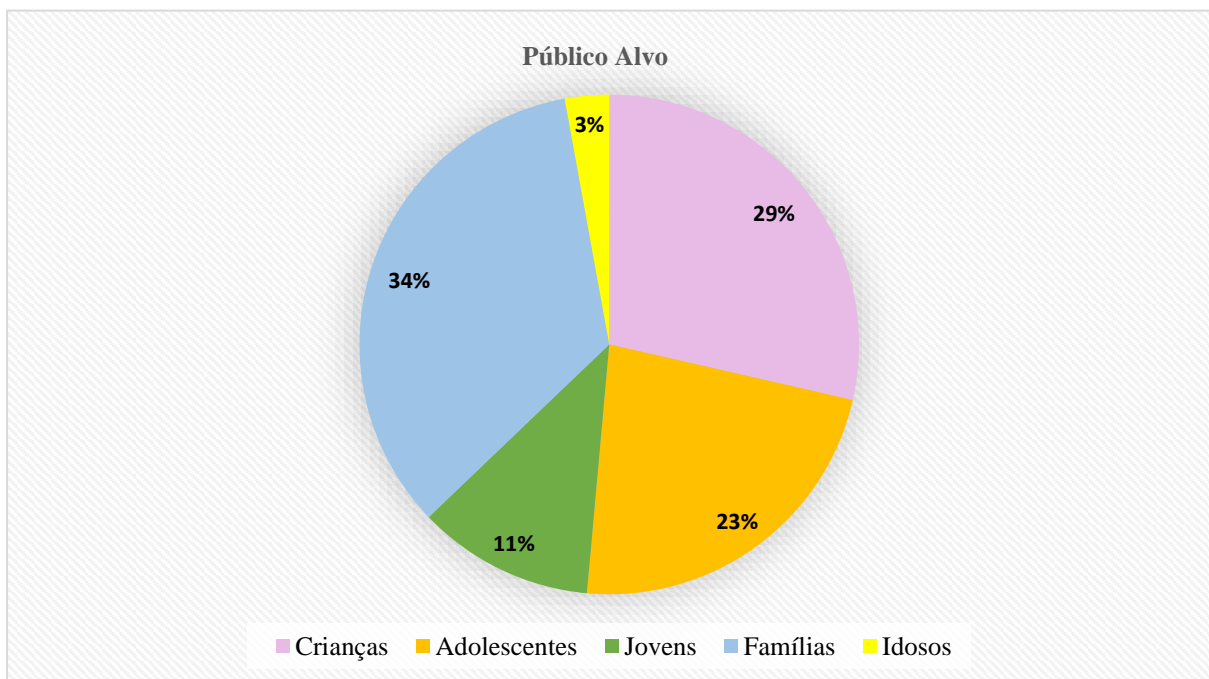


Figura 04 – Público alvo das ONGs que atuam na proteção social básica.

Fonte: Elaboração da pesquisadora conforme dados coletados na pesquisa documental realizada junto ao Setor jurídico da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SEAS), 2015.

A PNAS (2004) considera como sendo seu público alvo, os usuários cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade social, tais como:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e

informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

A PNAS (2004) destaca ainda, a *centralidade na família*, na territorialização da intervenção, assumindo a *prevenção* como principal ação a ser desenvolvida de acordo com as necessidades da população usuária, garantindo-lhes a proteção social, através de ações preventivas e promovendo atendimento aos usuários que se encontram com seus direitos violados (BRASIL, 2004).

Na proposta do SUAS é condição fundamental a *reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial*, com *centralidade na família*, sendo condensado o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, bem como a definição de *portas de entrada* para o sistema.

Contudo, observou-se que o público alvo da maioria das ONGs (figura 04) era definido de forma segmentada, isto é, envolviam segmentos específicos da sociedade. Conforme pode-se visualizar na figura 04, os mais citados foram: crianças 29% (10), adolescentes 23% (8), jovens 11% (4) e idosos 3% (1).

Portanto, verificou-se que *a matricialidade familiar ainda não é uma situação majoritária nas ONGs que compõe a rede socioassistencial em Manaus*, uma vez que apenas algumas ONGs (34%) mantêm um discurso de que suas ações tem a centralidade na família, conforme exige a legislação da PNAS (2004).

Contudo, destaca-se que é preciso um estudo mais aprofundado para averiguar *in locus* se realmente essas instituições tem a família como base para suas intervenções, ou se na verdade, essas afirmativas são apenas um discurso (para o cumprimento das exigências do edital), e o que predomina são ações direcionadas a um público alvo específico (tendo possibilidades de uma atuação segmentada).

Em seguida, cita-se as ONGs que atuavam na proteção social básica e desenvolviam a prática da Educação Ambiental em suas ações.

No decorrer da pesquisa documental, fez-se a identificação das ONGs que desenvolviam a prática da Educação Ambiental no âmbito da proteção social básica, as quais estão citadas no quadro abaixo:

NOME DA ONG	OBJETIVOS
	OBJETIVOS:

<p>MOVIMENTO COMUNITÁRIO VIDA ESPERANÇA – MCVE</p> <p>(ONG 1)</p>	<p>1- Incentivar os moradores da Área Missionária santa Helena e lideranças comunitárias a tomarem iniciativas e criarem atitudes que promovam e defendam a cidadania e a dignidade de todos dando, porém prioridade aos excluídos, marginalizados e economicamente carentes;</p> <p>2- Trabalhar em prol da comunidade e com a comunidade, em defesa de políticas públicas de interesse comunitário, garantidas a todos os cidadãos e cidadãs pela Constituição Federal Brasileira, com a participação dos comunitários;</p> <p>3- Promover atividades sociais, educacionais, culturais e desportivas;</p> <p>4- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da entidade, os recursos provenientes de convênios, doações, subvenções e arrecadações;</p> <p><u>5- Preservar o meio ambiente através da Educação Ambiental, de gestos e atitudes que se contrapõem a poluição e degradação da natureza;</u></p> <p>6- Realizar, organizar, promover e participar de eventos culturais, sociais por iniciativa própria ou em parceria com outras instituições;</p> <p>7- Desenvolver projetos sociais, visando à criação de espaços educativos, escolares educacionais e profissionais, de forma técnica, dentre outras;</p> <p>8- Integrar e fortalecer os vínculos de solidariedade e cooperação entre os comunitários, solidificando o espírito associativo;</p> <p>9- Manter política e organização adequadas ao desenvolvimento do seu patrimônio e à aplicação dos seus atendimentos.</p>
<p>OFICINA ESCOLA LUTHERIA DA AMAZÔNIA – OELA</p> <p>(ONG 2)</p>	<p>OBJETIVOS:</p> <p>1 - Divulgar, promover e implementar o fortalecimento da cidadania através do ensino profissionalizante na área do beneficiamento e processamento da matéria (como Lutheria, marchetaria, marcenaria, movelaria) e o fino acabamento;</p> <p>2 - <u>Estimular a prática do manejo florestal de impacto reduzido visando ao desenvolvimento sustentável, à conservação do meio ambiente e à adequada utilização dos recursos naturais do país, mediante:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção gratuita da educação profissional; • <u>Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;</u>
<p>ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COESIVO DA AMAZÔNIA - ADCAM</p> <p>(ONG 3)</p>	<p>OBJETIVOS:</p> <p>Promover o bem-estar social e a prosperidade dos povos amazônicos, pautada nos princípios universais e da universalidade do atendimento, tendo por finalidade:</p> <p>1- Promover a paz, a ética, a cidadania, os direitos humanos e os valores universais;</p> <p>2-Colaborar com Poderes Públicos e outras instituições na promoção da Assistência Social e educação nos limites do território Nacional;</p> <p><u>3- Defender, preservar e conservar o meio ambiente, promovendo o Desenvolvimento Sustentável;</u></p> <p>4-Zelar pelo bem-estar moral físico e psíquico das crianças, adolescente, mulheres, idosos, indígenas e outras pessoas da região amazônica.</p>

Quadro 03 – Índícios da prática da Educação Ambiental nos objetivos das ONGs, visualizados em seus Estatutos. Fonte: Elaboração da pesquisadora conforme dados coletados na pesquisa documental realizada junto ao Setor jurídico da Secretaria Estadual de Assistência social e Cidadania (SEAS), 2015.

Observou-se, a partir da análise dos objetivos das ONGs referenciados em seus “Estatutos”, que das 18 ONGs que atuavam na proteção social básica, apenas três abordavam aspectos da complexidade socioambiental em suas ações, sinalizando para atuação mediante a prática da Educação Ambiental.

Portanto, essas três ONGs são consideradas *locus* da pesquisa de campo, já que atenderam aos critérios de seleção deste estudo.

Por fim, destaca-se que ao realizar a apresentação das ONGs que compõem a rede socioassistencial na proteção básica em Manaus, este estudo cumpre com o alcance do *primeiro objetivo específico da pesquisa*, que buscou *caracterizar a rede socioassistencial complementar composta por ONGs que acessaram o Fundo Público Estadual de Assistência Social em 2014*.

Nessa caracterização evidencia-se o *modelo de gestão em rede* do SUAS, o qual preconiza a institucionalização da relação entre *Estado e ONGs* na operacionalização da Política de Assistência Social brasileira, uma vez que define que os órgãos gestores da política podem estabelecer parcerias com entidades e organizações de Assistência Social de natureza privada, criando com isso uma *rede socioassistencial*.

No próximo capítulo, será apresentada uma discussão mais aprofundada sobre a prática da Educação Ambiental e sua abordagem no contexto da PNAS (2004).

CAPÍTULO II

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo, primeiramente será desvelado o contexto em que se configura a crise ambiental e seus efeitos sociais e ambientais, os quais imprimem *as questões socioambientais enquanto expressões também da questão social*, visto que são resultado do modo de produção e reprodução do capital e suas contradições.

Em seguida, será apresentada uma análise retratando *a Educação Ambiental e sua transversalidade na PNAS (2004)*. Nesse cenário, foram explanadas as seguintes questões: a interface entre a PNEA (1999) e a PNAS (2004); e os aspectos que caracterizam a transversalidade da Educação Ambiental no contexto da PNAS (2004).

E por fim, evidencia-se a *caracterização dos serviços socioassistenciais operacionalizados pelas ONGs no âmbito da proteção social básica*. Nessa análise, fez-se um breve histórico das ONGs e *uma abordagem sobre a inserção prática da Educação Ambiental nas atividades desenvolvidas pelas ONGs no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*.

2.1. Questões socioambientais: expressões da questão social

Neste tópico será contextualizado o cenário da crise ambiental e seus impactos sociais e ambientais, configurações da questão socioambiental, vistos como manifestações da questão social.

Segundo Iamamoto (2006, p. 27), a questão social pode ser apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: “a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Este estudo parte dessa premissa de entendimento da questão social, e visa elucidar a necessidade de intervenção do Estado (mediante políticas públicas) nos agravantes socioambientais, por meio da *Prática da Educação Ambiental*. A política pública foco deste

estudo foi a Política de Assistência Social, uma vez que sua atuação está voltada para o enfrentamento das manifestações da questão social.

Os desdobramentos desse debate se iniciam por compreender a crise ambiental e suas configurações enquanto questão socioambiental.

A partir da década de 1960, os debates acerca da crise ambiental ganharam papel de destaque na sociedade, visto que tem se tornado cada vez mais evidente suas *consequências sociais e ambientais*.

Nesse sentido, compreende-se que o intenso processo de degradação do ambiente é resultado do modo de produção capitalista e sua relação de exploração com a natureza, uma vez que ao adotar a aceleração desenfreada nos ritmos de consumo como “mecanismo que visa possibilitar novo impulso à produção, o sistema capitalista impõe uma quantidade cada vez maior de produtos, vistos anteriormente como bens duráveis, deva ser descartada de forma mais rápida” (SILVA, 2010, p.62).

Ocorre que, isso resulta em uma pressão cada vez maior sobre os recursos naturais (a lógica de produção/reprodução do sistema capitalista não leva em consideração a condição de finitude dos recursos naturais, tratando-os como fontes inesgotáveis de matérias-primas) e, no aumento significativo de resíduos que contaminam a atmosfera, rios, igarapés etc (tais problemáticas trazem desequilíbrio a natureza).

Essas interferências na natureza geram impactos ambientais e sociais (configuração da questão socioambiental). De acordo com Guimarães (2004), esse cenário expõe:

De um lado, a opulência da riqueza e do consumo, com sua sede insaciável de exploração de recursos naturais a qualquer custo (socioambiental), transforma os recursos em bens materiais e descuida-se dos resíduos do processo e do descarte dos produtos consumidos. Do outro, a debilidade da miséria com sua insalubridade e um modo de vida sem oportunidades, em que só resta a luta pela sobrevivência a qualquer custo (socioambiental) (GUIMARÃES, 2004, p. 37).

Nesse cenário, a crise ambiental emerge em um processo dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos em curto prazo, decorrente de uma ordem econômica mundial marcada pela desigualdade social e pela degradação socioambiental (LEFF, 2001).

É nessa conjuntura que se configura as manifestações da questão socioambiental, pois nesse estudo, entende-se como um conjunto de transformações produzidas pelo desenvolvimento ilimitado do modo produção capitalista, marcada pela degradação do ambiente decorrente do consumismo que produz desperdício, opulência, exclusão social,

miséria e fome, culminando com a perda de direitos sociais (por meio da ofensiva neoliberal), visto que tais consequências incidem na garantia de sobrevivência do indivíduo (entendendo a miséria como expressão da questão social) e, também na sua qualidade de vida (degradação ambiental e suas consequências na saúde humana).

Por esse ângulo, neste estudo *concorda-se com o entendimento de que a questão ambiental é parte integrante e indissociável da questão social, devendo ser tratada como uma questão socioambiental.*

Esse argumento referencia a compreensão da questão socioambiental como objeto também de intervenção da PNAS (2004) e se explica da seguinte forma: *a)* acredita-se que a lógica de produção capitalista ao mesmo tempo em que produz a questão social, produz dentre suas manifestações as questões socioambientais; *b)* essa afirmação apoia-se na ideia de que ambas (questão social e questão ambiental) estão inseridas em um duplo processo de produção/reprodução do capital, ou seja, por um lado, há a relação contraditória entre capital e trabalho¹⁵ e, por outro, há a relação contraditória entre crescimento econômico e conservação da natureza¹⁶.

Por conseguinte, observa-se que no modo de produção capitalista há uma relação dupla de exploração: 1) a exploração entre os homens (relação contraditória entre capital/trabalho), que constitui a questão social; 2) a exploração da natureza pelos homens (racionalidade de crescimento ilimitado do capitalismo) que culmina na questão ambiental.

Nesse ponto de vista, esse *fio condutor de análise* explica a questão socioambiental como decorrente da natureza contraditória do modo de produção capitalista. No desdobramento para a compreensão dessa questão, corrobora-se com Silva (2010), quando afirma que o estabelecimento da ordem de produção capitalista na sociedade, ao mesmo tempo em que gera riqueza também gera a pobreza e aprofunda a divisão entre a classe dominante – a qual detém os meios de produção – e a classe dominada – que possui apenas sua força de trabalho como meio de sobrevivência.

Portanto, evidencia-se que *a crise ambiental e seus efeitos sociais e ambientais na contemporaneidade culminam com a reprodução e propagação de novas configurações da questão social, traduzindo-se em expressões da questão socioambiental.*

¹⁵ “Estas relações entre capitalistas e trabalhadores implicam a confrontação de interesses opostos na luta entre as exigências dos capitalistas, por aumentar a riqueza, e as necessidades dos trabalhadores, por garantir seus salários e seus meios de vida” (FALEIROS, 2004, p.59).

¹⁶ De acordo com Leff (2001), as contradições entre a racionalidade ambiental e a racionalidade capitalista é uma confrontação de interesses opostos arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais.

A partir dessa lógica de análise, buscar-se-á expor as consequências disso na região amazônica.

Na Amazônia o agravamento da questão socioambiental assume características alarmantes, que segundo Serre (2001, p.06) “são as péssimas condições de vida e de saúde, as ocupações ilegais, que traduzem conflitos pelas terras, e as lutas da população para melhorar as condições de vida”. A autora afirma que “a disponibilidade de infraestruturas urbanas na Amazônia é muito precária. [...] os índices de atendimento dos serviços urbanos públicos estão muito abaixo da média brasileira. A especificidade da Amazônia vem também da generalização destas carências” (SERRE, 2001, p.06).

O Amazonas, um dos Estados que compõe a Amazônia brasileira, tem como capital a cidade de Manaus, que é considerada a maior metrópole da região norte do país, e tem uma população estimada em 2.020.301¹⁷. Manaus é conhecida por ser uma cidade construída no meio da floresta, uma assertiva verdadeira, já que visualizada do alto perde-se de vista na imensidão da Amazônia.

No entanto, mesmo com tantos debates que ressaltam a necessidade de conservação e sustentabilidade da região, observa-se nos bairros de Manaus, principalmente nos mais periféricos, que a população convive diariamente com graves problemas socioambientais, os quais influenciam na qualidade de vida e impõem condições precárias de sobrevivência as pessoas mais pobres.

O quadro 04 mostra algumas expressões da questão socioambiental (levantamento feito a partir das informações dos sujeitos da pesquisa de campo), as quais expõem o cenário dos problemas sociais e ambientais (questões socioambientais) que são comuns em alguns bairros localizados nas zonas norte e leste da cidade (área de abrangência das ONGs pesquisadas).

Expressões da Questão Socioambiental nas ONGs locus da pesquisa		
ONG 1	ONG 2	ONG 3
Lixo, drogas, poluição sonora, queimadas, igarapé poluído, animais abandonados, poluição visual, ruas sem asfaltamento, esgoto a céu aberto.	Igarapés poluídos, falta de saneamento básico, falta de água para consumo, igarapés poluídos, moradias irregulares, falta de transporte coletivo, lixo nas ruas, queimadas.	Drogas, violência, violência familiar, moradias irregulares, falta de saneamento, falta de moradias, falta de água para consumo.

Quadro 04 – Riscos e vulnerabilidades socioambientais apontadas pelos monitores e usuários das ONGs.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

¹⁷ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/2014.

Essas *situações de risco e vulnerabilidades sociais* relatadas pelos usuários e monitores das ONGs, evidenciam várias expressões da questão socioambiental. São ocorrências que geralmente estão relacionados às moradias em áreas com más condições urbanísticas e sanitárias e/ou consideradas em situação de risco (terrenos próximos de cursos d'água e de lixões ou com alta declividade). Circunstancias em que observa-se maiores incidências dos agravantes da degradação ambiental tais como: lixo nas ruas, igarapé poluído, falta de água potável, queimadas, falta de saneamento básico dentre outros (como citadas no quadro acima).

Essas condições são intensificadas ainda mais com a ausência de infraestrutura urbana (água, esgoto, coleta de lixo, canalização de córregos etc.) as quais são expostas essas populações residentes nas áreas de riscos ambientais, questões que comprometem a qualidade de vida dessas pessoas, porquanto incidem em seu bem estar físico, ambiental e social.

A partir dessa análise, concordamos com Jacobi (1995), há uma relação direta entre *exposição a riscos ambientais e precariedade de acesso a serviços públicos*. Esse cenário *expõem, de um lado as consequências socioambientais da crise e de outro a precariedade de acesso a serviços públicos* (perda de direitos sociais e ambientais constitucionalmente garantidos).

Portanto, *os riscos e vulnerabilidades sociais evidenciados no quadro a cima configuram-se enquanto expressões da questão socioambiental*, materializadas na deterioração das condições de vida dos usuários, em decorrência das manifestações da questão social, evidenciadas na sua condição de pobreza, miséria e exclusão social, submetidos a problemas com drogas, violência familiar, dentre outros agravantes sociais.

É nesse ambiente que se compreende as possibilidades de enfrentamento das expressões da questão socioambiental a partir da prática da Educação Ambiental, vista como instrumento estratégico no desenvolvimento de ações interventivas de sustentabilidade¹⁸.

Haja vista que a *Educação Ambiental* surgiu como proposta ao enfrentamento dessa crise através de reflexões sobre as possibilidades de articulação entre as dimensões social e ambiental.

Layrargues (2009) faz vários questionamentos sobre a Educação Ambiental e seus desdobramentos no contexto socioambiental (interligação entre as dimensões sociais e ambientais) e sobre isso argumenta: “como é possível uma educação que é ‘ambiental’ incorporar também a questão social? Como é possível juntar duas coisas que sempre vimos separadas?” (LAYRARGUES, 2009, p.25).

¹⁸ LEFF, 1999; LARYARGUES, 2009; DIAS, 2003.

Sobre tal questão o autor responde: “a questão que se coloca é se a Educação Ambiental, da mesma forma que a educação, possui relações com a mudança social, seja na perspectiva da manutenção do *status quo* ou da transformação social” (LAYRARGUES, 2009, p.25).

Para Layrargues (2009),

Assumir o compromisso por uma Educação Ambiental empenhada também na transformação social, implica uma reelaboração conceitual, mas também assumir outras posturas decorrentes da incorporação da perspectiva da questão ambiental como uma questão de justiça distributiva, para uma coerente tradução nas estratégias de ação das práticas pedagógicas da Educação Ambiental (LAYRARGUES, 2009, p.27).

Layrargues (2009) evidencia que a Educação Ambiental voltada para a transformação social é um processo que envolve a “reelaboração conceitual” e também a incorporação da perspectiva socioambiental enquanto questão de “justiça distributiva”. Isso significa a elaboração de uma prática que considere as reflexões/ações da questão socioambiental no contexto das estruturas sociais, e nessa perspectiva, a Educação Ambiental pode ser inserida nas estratégias de enfrentamento da questão social (considera-se que as demandas socioambientais são expressões da questão social).

Nesse estudo, busca-se evidenciar a prática da Educação Ambiental no âmbito da PNAS (2004), já que constitui-se “como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação, às vulnerabilidades e à subalternidade econômica, cultural e política [...]” (YAZBEK, 2009 p. 20-21), em síntese, *nos agravantes da questão social*.

Compreende-se que *a prática da Educação Ambiental pode ser inserida na estrutura organizacional da PNAS* (2004) (por meio do seu modelo de gestão – o SUAS) que constitui-se de um amplo conjunto de variáveis relacionadas ao bem estar social, que passa pelo acesso aos serviços e bens oriundos do desenvolvimento socioeconômico.

Sobre esses bens e serviços também recai a *necessidade de um ambiente equilibrado*, visto que a “inserção na “Seguridade Social” da Assistência Social aponta, igualmente, para seu caráter de política de proteção social articulada a outras políticas do campo social, *voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida*” (BRASIL, 2004, p.31).

Desse modo, acredita-se que é indubitável a necessidade de consolidação da prática da Educação Ambiental no âmbito da PNAS (2004), visto que entende-se que a *garantia da qualidade de vida e dos direitos sociais básicos das populações* dependem diretamente da qualidade do ambiente.

No tópico a seguir expomos alguns aspectos sobre a Educação Ambiental e sua transversalidade na PNAS (2004).

2.2. A Educação Ambiental e sua transversalidade na Política de Assistência Social (PNAS)

Neste tópico serão contextualizados os aspectos que evidenciam a prática da Educação Ambiental enquanto instrumento voltado para o enfrentamento das expressões da questão socioambiental no contexto das intervenções protetivas da PNAS (2004). Os desdobramentos dessa discussão se constituem na ênfase dada nas seguintes questões: 1) A interface entre a PNEA (1999) e a PNAS (2004); 2) Os aspectos que caracterizam a transversalidade da Educação Ambiental no contexto da PNAS (2004).

➤ A interface entre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

Os eventos internacionais, que foram referências no debate ambiental¹⁹, reconheceram o papel central da Educação Ambiental para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” (Conferência Internacional Rio/92).

No Brasil, a Educação Ambiental está prevista na Constituição Federal de 1988, no artigo 225, parágrafo VI, no qual assegura “a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A oficialização da Educação Ambiental só ocorreu com a criação da Lei federal de nº 6.938, sancionada em 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e a Lei

¹⁹ Clube de Roma (1968), a Conferência de Estocolmo (1972), a Conferência de Belgrado (1975), a Conferência de Tbilisi (1977), a Conferência de Moscou (1987), a ECO-92 (1992) no Rio de Janeiro, a Rio+ 10 na África do Sul (2002); Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) (2012) – e o advento de documentos que sustentam e fundamentam o Desenvolvimento Sustentável – tais como, o Relatório *Brundtland* e a Agenda 21 Global.

federal nº 9.795 – Lei da Educação Ambiental, de 1999, que criou a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA).

Conforme determina a PNEA, *a Educação Ambiental pode ser disseminada em caráter formal e não formal*, considerando essa particularidade da Educação Ambiental, a PNEA regulamenta no art. 13 que por Educação Ambiental *não formal* se entende: as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Para se compreender essa questão é necessário apresentar os pressupostos da abordagem da Educação Ambiental em *caráter não formal*, evidenciando suas características de transversalidade.

Nesse sentido, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que operacionaliza a PNEA propõe que *a gestão da Educação Ambiental leve em conta a transversalidade e interdisciplinaridade; descentralização espacial e institucional; sustentabilidade socioambiental; democracia e participação social; aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a Educação Ambiental.*

Tendo em vista esses aspectos, a ProNEA volta-se para a *articulação institucional de modo a possibilitar a transversalidade da Educação Ambiental com outras políticas públicas.* Nesse sentido, a ProNEA propõe-se um constante exercício de transversalidade para internalizar,

por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a Educação Ambiental no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim na sociedade como um todo. Estimula o diálogo interdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação qualificada nas decisões sobre investimentos, monitoramento e avaliação do impacto de tais políticas. (BRASIL, 2005, p. 33).

A Educação Ambiental ancorada na perspectiva da transversalidade se compromete a estabelecer um diálogo interdisciplinar com as chamadas políticas setoriais, uma vez que a concepção de transversalidade, busca introduzir linhas de abordagem que não estão estabelecidas originalmente no contexto dessas políticas, ou seja, construir uma proposta que as integre, a partir de um determinado tema, os quais podem evidenciar os agravantes sociais e ambientais.

Nesse cenário, é necessário que estas estruturas compartilhem sinergicamente a obtenção de um *objetivo comum* que não é específico de cada uma delas em particular, mas que

exige o envolvimento de todas ou de parte delas (SERRA, 2004; MENICUCCI, 2006; BRASIL, 2004).

Partimos do princípio de que a conexão entre a PNEA (1999) e a PNAS (2004) se configura na percepção do cidadão enquanto *sujeito de direitos* e não como “*objeto de atuação*” de cada política (JUNQUEIRA, 1998). Uma vez que, nessa análise, corrobora-se com Junqueira (1998), quando afirma que a garantia *de qualidade vida* não passa somente pela criação de políticas públicas, mas também pelas *relações que estas políticas estabelecem entre si*, para atender às necessidades (quanto as expressões socioambientais da questão social) da população de uma determinada área geográfica.

Considerando a perspectiva da transversalidade, apresenta-se as *possibilidades de abordagem da Educação Ambiental no contexto da PNAS (2004)*, uma vez que, de acordo com marcos regulatórios dessa política, sua atuação se caracteriza a partir de uma lógica intersetorial.

Nessa conjectura, é sobre as configurações das previsões de articulação intersetorial da Assistência Social que nos aprofundamos a seguir.

A LOAS (1993) prevê que a Assistência Social deve ser realizada “de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL 1993).

A PNAS (2004) também evidencia a articulação intersetorial da Assistência Social:

[...] deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos (BRASIL, 2004 p.42).

É sob essa perspectiva, que o SUAS “visto como o novo modelo de gestão da política de Assistência Social” (BRASIL, 2004, p.59), operacionaliza a rede socioassistencial, de forma descentralizada e ancorada na concepção intersetorial, uma vez que, de acordo com a PNAS (2004), isso contribui para o diálogo entre políticas de diferentes áreas, que, ao compreender o cidadão na sua totalidade, favorece a gestão integrada de serviços e benefícios e materializa o atendimento integral (BRASIL, 2004).

Entende-se que a integração entre a PNEA (1999) e a PNAS (2004) a partir da perspectiva intersetorial atende as demandas de enfrentamento da pobreza produzidas pelas manifestações da questão socioambiental.

À vista disso, fica evidenciada a *transversalidade da Educação Ambiental* no contexto das características constitucionais da PNAS (2004) que, no âmbito de sua gestão, permite ações compartilhadas e intersetoriais, ou seja, ambas se complementam de forma *transversal e intersetorial*.

Nesse contexto, percebe-se que a transversalidade e a intersetorialidade representam tanto um *conceito* quanto um *instrumento organizativo*, ou mesmo *princípios* para a gestão das políticas (SERRA, 2004). Apesar de intrinsecamente relacionados, esses termos têm significados distintos.

Enquanto a *transversalidade* aponta temas que não são exclusivos de uma determinada política pública, mas de um conjunto delas, a *intersetorialidade* aponta para formas de integração e harmonia das ações dos diversos órgãos setoriais. A aplicação de ambos os enfoques pode permitir o acesso a bens e serviços públicos diferenciados e integrados (JUNQUEIRA, 1998). Isso significa que *a abordagem dos Temas Transversais na PNAS (2004) implica necessariamente em ações intersetoriais*.

Destarte, acredita-se que esses processos de articulação partem do princípio de que a *intersetorialidade* e a *complementaridade entre serviços* das diversas políticas públicas e sociedade civil são indispensáveis para promover a melhoria da qualidade de vida da população e a promoção de direitos garantidos constitucionalmente.

Nesse sentido, o foco de ambas as políticas está em suas estratégias de atuação/intervenção (considera-se as perspectivas de transversalidade e intersetorialidade) as quais, no contexto social, deverão articular-se de forma conjunta no enfrentamento das expressões da questão social, principalmente das demandas da questão socioambiental.

Diante dos efeitos da crise ambiental, a perspectiva da sustentabilidade poderá se consolidar, no âmbito da Assistência Social, a partir da integralidade entre as políticas públicas setoriais, nesse caso, aponta-se várias possibilidades na conexão entre a PNEA (1999) e a PNAS (2004).

Sendo assim, sinaliza-se para a necessidade de efetivação da transversalidade da Educação Ambiental no contexto da PNAS (2004), que será o centro de nossas sondagens no próximo tópico.

➤ **Os aspectos que caracterizam a transversalidade da Educação Ambiental no contexto da Política de Assistência Social (PNAS)**

Na análise em questão, apontamos alguns elementos sobre as configurações da transversalidade da Educação Ambiental no contexto da Assistência Social, revelados a partir do cruzamento entre os aspectos constitucionais que caracterizam a PNEA (1999) e a PNAS (2004) e evidenciam sua interligação entre si (lógica da perspectiva de transversalidade e intersectoralidade, discutidas anteriormente).

Nesse contexto, *inicia-se essa abordagem focalizando algumas considerações quanto as diretrizes constitucionais da PNAS (2004) e seus desdobramentos no âmbito da PNEA (1999):*

➤ *A ampliação dos direitos sociais em que se remete os estabelecidos em outras políticas.* A PNAS (2004) prevê “a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas”.

Nessas circunstâncias, *a PNAS (2004) possibilita a ampliação dos direitos sociais em que se remete os estabelecidos em outras políticas.* Neste caso, destaca-se *os direitos socioambientais* regulamentados pela PNEA (1999) (ver também o art. 125 da constituição de 1998).

➤ *Compreensão do indivíduo em toda a sua integralidade.* A PNAS (2004) enfatiza “o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e o seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”.

Ou seja, *compreende o indivíduo em toda a sua integralidade* (isso inclui todas as dimensões que estão diretamente relacionadas ao seu bem estar social), e se propõe a garantir meios de resguardar inteiramente a sua *qualidade de vida*, e neste sentido aqui se vislumbra os aspectos da Educação Ambiental.

➤ *O foco nas demandas das expressões socioambientais da questão social.* Tanto a PNEA (1999) quanto a PNAS (2004) tem sua atuação voltada para o enfrentamento das demandas sociais e ambientais.

Isto é, acredita-se que os aspectos que caracterizam o caráter transversal da Educação Ambiental na PNAS (2004) se fundamentam a partir da concepção de que *ambas estão voltadas para o enfrentamento dos agravantes das questões socioambientais, que são expressões da questão social na sociedade capitalista.*

A PNEA (1999) destaca no seu art. 1º que se entende por Educação Ambiental *os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais*, bem como os conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que estão voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Segundo Couto (2006, p. 28), a Assistência Social é garantida como direito e definida como política social, “caracterizada por ser genérica na atenção específica aos usuários, particularista por ser voltada ao atendimento das necessidades sociais, desmercadorizável e universalizante, incluindo segmentos que antes eram excluídos das políticas”. Além disso, nota-se o caráter “genérico da prestação de serviços e identifica que o atendimento deve ser voltado para as necessidades sociais básicas” (COUTO; SILVA, 2009, p. 34).

Entende-se, nesse estudo, que a transversalidade da Educação Ambiental na PNAS (2004) contextualiza alternativas e estratégias voltadas para o enfrentamento das demandas socioambientais da questão social.

Nesse contexto, considera-se que a prática da Educação Ambiental pode ser inserida no contexto da PNAS (2004), pois suas premissas voltam-se para: o desenvolvimento social e a superação da exclusão social, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e ambientais, e à universalização dos direitos sociais, dentre os quais incluem-se os direitos socioambientais.

➤ *O caráter continuado dos serviços socioassistenciais previstos na PNAS (2004).* Esses aspectos favorecem a efetivação de uma prática crítica, emancipatória e transformadora da Educação Ambiental, já que os serviços socioassistenciais previsto na PNAS (2004), os quais são aqueles que, indo além do provimento de benefícios materiais, garantem meios para o reforço da autoestima, o desenvolvimento da autonomia, a ampliação da resiliência aos conflitos, a promoção do convívio e o acesso aos serviços públicos, incentivando o protagonismo, estimulando a participação e contribuindo para o enfrentamento das desigualdades, para a inclusão social e a conquista da cidadania plena (BRASIL, 2004).

É também no meio dessas provisões (serviços socioassistenciais) que evidencia-se a probabilidade de consolidação dos objetivos fundamentais da *Educação Ambiental*, os quais estão estabelecidos no art. 5 da PNEA (1999), que expõe as seguintes questões:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999, p.02).

Essas características estão associadas a prática da Educação Ambiental no contexto da PNAS, já que possibilita a reflexão permanente sobre o que fazer para consolidar práticas sustentáveis e instigar a *participação ativa dos usuários*, num processo de enfrentamento e transformação das demandas socioambientais.

➤ *Considera-se a associação entre a Educação Ambiental e as práticas sociais*. Neste, destaca-se que um dos princípios básicos (exposto no artigo 4º, inciso IV) que compõe a PNEA (1999) para a prática da Educação Ambiental preconiza “a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais”.

Nesse sentido, evidencia-se que a *construção dos valores sociais* (previstos na PNEA, 1999) perpassa o contexto das *atribuições da PNAS (2004)*, porquanto a proteção social vai além de suprir seguranças básicas. Inclui a ação preventiva para evitar fragilizações e riscos sociais e/ou pessoais, tanto mediante ações de natureza material e de criação de oportunidades quanto à de reforço de laços e vínculos familiares e comunitários.

Haja vista esses apontamentos, aborda-se as configurações que substanciam a perspectiva de *transversalidade da Educação Ambiental* no contexto das proteções afiançadas da PNAS, as quais de maneira geral prioriza as seguintes questões:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.18).

A PNAS (2004) destaca a necessidade de cuidar para que os liames sociais se fortaleçam e garantam, principalmente a “[...]a proteção social, que deve garantir as seguintes seguranças:

segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio ou convivência familiar” (BRASIL, 2004, p. 31).

Nessa perspectiva, é no âmbito das atribuições protetivas da PNAS que evidencia-se a transversalidade da prática da Educação Ambiental.

A PNAS (2004) visa garantir a segurança de sobrevivência dos usuários (de rendimento e autonomia das provisões básicas) independentemente de suas limitações (BRASIL, 2004), tendo inclusive a perspectiva da implantação de novos serviços que venham contribuir para a sobrevivência das pessoas nos territórios.

Entende-se que as intervenções da PNAS (2004) (operacionalização dos seus serviços socioassistenciais) surgem das demandas dos usuários, as quais estão diretamente associadas as garantias por condições de sobrevivência. Nesse sentido, considera-se a inserção da prática da Educação Ambiental enquanto ferramenta capaz de desenvolver capacidades (rendimento e autonomia das provisões básicas) de a segurança de sobrevivência dos usuários associadas as cinco dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002).

A PNAS (2004) propõe a segurança da acolhida, que opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade, demandadas entre outras situações por motivo de desastre ou acidentes naturais (BRASIL, 2004).

Evidencia-se que no contexto das provisões direcionadas para o suprimento das necessidades humanas (segurança da acolhida), pode-se priorizar ações que busquem a “qualidade de vida” em sua integralidade e a garantia dos direitos socioambientais a partir da prática da Educação Ambiental.

A PNAS (2004) também objetiva a segurança de convívio ou convivência familiar, salientando a relevância das formas de intervenção que promovam a formação de grupos de pessoas, mobilizando-as e provocando transformações. Nessa perspectiva, considera-se um campo fértil para a prática da Educação Ambiental crítica, emancipatória e transformadora.

É exatamente no arco dessas seguranças e proteções sociais, vinculadas à rede pública socioassistencial, que se concebe a transversalidade da prática da Educação Ambiental na PNAS (2004).

Nessa lógica, compreende-se que no âmbito das ações que caracterizam as proteções afiançadas (nesse estudo foram focalizadas as atribuições da proteção social básica) da PNAS (2004) possível e necessária uma *prática da Educação Ambiental*, que coloque no centro de suas ações a relação implícita entre a Educação Ambiental com a mudança social (transformação nas condições de vida), para além da sua relação presumida com a mudança

cultural (necessidade de criação de nova configuração da relação homem e natureza) derivada da relação explícita com a mudança socioambiental (efetivação de direitos).

2.3. Caracterização das ONGs pesquisadas

Esse tópico foi estruturado da seguinte forma: primeiro, apresenta-se um *breve histórico das ONGs*, em que foram destacados, o histórico de criação e sua missão/finalidade (classificando-as), mostrando o posicionamento das mesmas quanto a perspectiva de direito evidenciada na PNAS (2004); segundo, fizemos a caracterização dos serviços socioassistenciais das ONGs *evidenciando a inserção da prática da Educação Ambiental* nas ações desenvolvidas na proteção social básica.

2.3.1. Breve histórico das ONGs

Neste, evidencia-se o processo histórico de criação das ONGs, sua missão/finalidade, informações que constituem a base para análise e classificação das ONGs, em que destaca-se a atuação de cada uma delas em relação à perspectiva de direito apresentado na PNAS (2004).

ONG 1 – Movimento Comunitário Vida Esperança – MCVE

Sobre seu histórico: A ONG1 foi criada 1997 por membros da Igreja Católica Apostólica Romana, com o apoio do *Gruppone Missionário*²⁰.

O coordenador destaca que a ONG surgiu em razão das várias demandas e necessidades sociais das famílias pobres e marginalizadas que moravam nas áreas missionárias.

²⁰ *GRUPPONE* missionários - é um grupo de jovens e famílias nas províncias de Treviso, Pádua, Veneza envolvidos no trabalho diretamente mediante o apoio financeiro aos projetos sociais e de saúde na América do Sul e África. A *Gruppone* tem como objetivo o bem-estar de crianças, adolescentes e jovens.

O idealizador desta causa foi o Padre que na época era o diocesano responsável por duas áreas missionárias da igreja - Santa Mônica e Santa Helena, que juntamente com outros membros da igreja e com o apoio de alguns integrantes da *Gruppone*, sensibilizados com a situação de risco e vulnerabilidade em que se encontravam algumas famílias dessas áreas, uniram-se em busca por estratégias para ajudá-las (Informações do coordenador).

Dessa maneira, a ONG começou a funcionar em 1997, a partir da implementação de “Escolinhas” nas comunidades (as quais ofereciam aulas de reforço e alfabetização para jovens e adultos), que compõem as áreas missionárias de Santa Monica e Santa Helena. Essas áreas abrangem em média 23 comunidades e envolve os seguintes bairros: Manôa, Novo Israel, Terra Nova, Monte das Oliveiras, Monte Pascoal, Colônia Santo Antônio, Monte Sinai, parte de Santa Etelvina, Rio Piorini, entre outros (os quais hoje constituem a área de atuação da ONG).

Nesse momento, o foco da instituição era as ações voltadas para os segmentos da criança e do adolescente em situação de risco social, “desprivilegiadas pelo sistema capitalista” (Informações do coordenador).

A institucionalização da ONG foi em 1998, e conforme o artigo 2 de seu Estatuto tem por *finalidade* principal:

Incentivar os moradores das áreas missionárias, Santa Mônica, Santa Helena e bairros vizinhos, a tomarem iniciativas e criarem atitudes que promovam e defendam a cidadania e a dignidade de todos, dando, porém prioridade aos excluídos, marginalizados e economicamente carentes, sobretudo jovens, com atividades de educação integral e formação para o trabalho (Estatuto da ONG, de 1998).

É possível depreender que a motivação principal para a criação da ONG foi a busca por estratégias para o enfrentamento das demandas sociais das comunidades – as várias manifestações da questão social, *uma iniciativa fundamentada nos princípios do “Cristianismo”*.

No entanto, nota-se na trajetória da ONG que suas intervenções nessas comunidades sofreram várias transformações ao longo dos anos, uma vez que a ONG demonstra características atuais diferentes das que foram retratadas em suas origens²¹. Sobre isso destaca-se:

Em um primeiro momento, o qual corresponde ao seu histórico de criação, sob a égide da Igreja Católica a ONG trazia as marcas deixadas pelas perspectivas da benemerência e filantropia, ou seja, a luta era pela cidadania, mas as motivações eram solidárias e humanitárias baseadas nos princípios Cristãos.

²¹ Essas impressões foram observadas durante a pesquisa de campo.

Por outro lado, *em um segundo momento*, que compreende as intervenções atuais da ONG, verificou-se que de certa forma *houve um rompimento com as práticas* da benemerência e filantropia.

De acordo com o coordenador: “no momento o foco da ONG é o indivíduo e sua condição de vida, a luta é pela garantia e defesa de direitos sociais das crianças e adolescentes”. Ainda sobre essa questão, o coordenador observou também: “o nosso atendimento se estende a qualquer indivíduo que esteja em situação de vulnerabilidade social, não importa a cor, a raça e a religião, estando ele vinculado ou não à Igreja Católica”.

Além disso, o coordenador enfatizou que “a ONG trabalha de forma efetiva na rede de proteção, participando de fóruns, conselhos, entre outros e envolve-se com todos os órgãos que trabalham com crianças e adolescentes”.

Porquanto, observou-se que a ONG, mesmo sob a égide da Igreja Católica é protagonista de suas próprias ações e se auto intitula como uma *Associação Comunitária*, declarando-se independente e autônoma em suas decisões, e se diz defensora dos direitos sociais de seus usuários.

Considerando a conjuntura atual da ONG podemos classifica-la como *Movimentalista ou ativista*, pois apesar de suas limitações, “é um tipo de ONG engajada em mobilizações e movimentos sociais. Pode ter vínculos com setores de partidos políticos, igrejas e empresas cujos propósitos sociopolíticos são ligados à defesa de direitos e ao fortalecimento da participação social” (KAUCHAKJE, 2011, p.98).

Por conseguinte, observou-se que a ONG compreende o indivíduo enquanto *sujeito de direito*. Nota-se que *os serviços prestados pela ONG não estão permeados por “práticas filantrópicas”, ou condicionados ao viés da perspectiva de “solidariedade”,* já que apesar de sua concepção estar baseada nos princípios do Cristianismo, em seu processo de intervenção junto aos seus usuários, mantém um *discurso em defesa e garantia de direitos* (princípios estabelecidos na PNAS, 2004).

No entanto, percebe-se algumas limitações relacionadas a efetivação das diretrizes que substanciam a PNAS (2004) (são questões observadas sem muito aprofundamento na pesquisa documental e de campo). Não obstante, também foi observado que há ainda um longo caminho a ser trilhado pela ONG, principalmente em matéria da consolidação dos direitos socioassistenciais. Por isso, recomenda-se maior aprofundamento dos pressupostos que compreendem os marcos regulatórios da Assistência Social brasileira.

ONG 2 – Oficina Escola Luteria da Amazônia – OELA

Sobre seu histórico: A ONG 2 foi criada em 1998, por iniciativa de um cidadão comum que, segundo a coordenadora, sensibilizado com as condições de pobreza e miséria no bairro de Zumbi dos Palmares (localizado na zona leste de Manaus), sentiu-se motivado em desenvolver ações voltadas para a formação educacional e qualificação profissional de crianças e adolescentes daquela área.

Nesse sentido, a ONG iniciou suas atividades com o projeto sobre *lutheria*, que se constitui na produção de instrumentos musicais de cordas dedilhadas e caixa de ressonância com uso de madeiras amazônicas manejadas e certificadas pela *Forest Stewardship Council – FSC*²² (cf. *site* da ONG).

Cabe destacar, como um fato relevante, que a causa de criação da ONG não está atrelada às iniciativas de ordem religiosa, mas em virtude de uma motivação pessoal. Ou seja, o surgimento da ONG é marcado por anseios próprios em decorrência do convívio com as manifestações da questão social (as condições de pobreza e miséria), e pela ausência do poder público no enfrentamento dessas demandas.

A ONG tem como *missão*: “executar ações que visem o desenvolvimento sustentável, a formação cidadã e educacional do público com o qual trabalha”. E como *visão*: “Ser um centro de referência de oportunidades que contribui na formação de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a sustentabilidade”. E como *valores*: Ética, respeito, transparência, coesão, igualdade, engajamento, sustentabilidade (cf. *site* da ONG).

Nota-se que os mecanismos propostos pela ONG para o enfrentamento da questão social, se baseavam também nos parâmetros da sustentabilidade, ou seja, vislumbravam os aspectos da inclusão social a partir de ações que focalizam não somente os aspectos sociais mais também os ambientais.

De acordo com coordenadora, a instituição respeita os princípios da utilização racional e sustentável dos recursos naturais da região e por isso é considerada a primeira Escola de Luteria no mundo a conquistar o Selo Verde. E se diz representar “um apoio para as famílias, um espaço que evidencia a cidadania, no sentido de fomentar o empoderamento de jovens, a

²² Forest Stewardship Council-FSC, é uma ONG (Organização não governamental) internacional, sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é assegurar que a madeira utilizada na fabricação dos mais variados produtos provém de florestas manejadas de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente sustentável (informações disponíveis no site: www.fabercastell.com.br).

conscientização ambiental, a profissionalização para o primeiro emprego e o desenvolvimento pessoal” (cf. *site* da ONG).

Isto posto, conforme o discurso divulgado no *site*, a ONG conquistou diversos prêmios voltados principalmente para a sustentabilidade, tais como:

- ✓ Prêmio Jorge *Marskell* - “Em defesa das águas, da floresta e dos povos que nela vivem” – 2002;
- ✓ Prêmio “Cidadania” Banco Mundial -2002;
- ✓ Prêmio Afro Reggae “Orilaxé” / Categoria Projeto Social – 2007;
- ✓ Prêmio “Inovação em Sustentabilidade” - Instituto Ethos – 2008;
- ✓ Prêmio Planeta Casa, Categoria Ação Social - Revista Casa Claudia – 2008;
- ✓ Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental/Meio Ambiente nas Escolas – 2009;
- ✓ Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente/Categoria Organização da Sociedade Civil – 2009;
- ✓ Prêmio FINEP de Inovação - 2010;

No entanto, este estudo constatou que os aspectos da questão socioambiental não são apresentados efetivamente na ações desenvolvidas com os usuários. O fato é que a ideia de sustentabilidade é amplamente divulgada como sendo a “marca” principal da ONG, mas a sua maior preocupação está em associar sua atuação a ideia de sustentabilidade.

Ou seja, a perspectiva de sustentabilidade não necessariamente englobava todas as ações da ONG (notou-se uma insignificante abordagem da concepção de sustentabilidade nas atividades desenvolvidas no âmbito da proteção social básica), limitava-se a algumas atividades (projeto sobre *luteria*), o foco estava na associação de sua marca com a ideia de sustentabilidade.

Em relação as suas ações especificamente no âmbito da proteção social básica (as quais são financiadas pelos recursos do FEAS), a coordenadora afirma o seguinte: “as ações da ONG tem o direcionamento para a garantia dos direitos sociais dos usuários. Então os direitos sociais fazem parte da ação diária da ONG, isso se aplica no diálogo, na orientação dos usuários”. Ainda sobre isso a coordenadora enfatiza: “quando incluimos uma criança ou adolescente em uma atividade, como esporte, já estamos garantindo o direito ao esporte, ao lazer, e quando fazemos uma atividade socioeducativa, já garantimos o direito à informação”.

A ONG destaca que seus programas e/ou projetos atendem direta e indiretamente mais de duas mil pessoas só em Manaus. Nesse sentido, no *site* da instituição são destacadas as seguintes ações:

cursos de informática básica e avançada, desenho artístico, inglês, assistente administrativo, contabilidade básica, empreendedorismo, reforço escolar, alfabetização de adultos, preparação para o mercado de varejo, bem como os projetos de apoio sócio - pedagógicos, oficinas de educação ambiental, atendimento psicossocial (segurança e acolhida, segurança de convívio familiar e comunitário, desenvolvimento da autonomia: trabalho e geração de renda, monitoramento e avaliação do serviço).

Segundo a coordenadora, a ONG milita em várias frentes em defesa dos direitos sociais, sobre isso cita: “temos uma dupla responsabilidade, a de representar e ser a voz de crianças e adolescentes e a de representar e ser a voz dos povos tradicionais”.

Quanto à *atuação da ONG junto às crianças e adolescentes*, a coordenadora destaca:

Somos membro do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente e atuamos na proteção e na garantia dos direitos da criança e do adolescente, no combate à exploração sexual infantil. Também discutimos algumas demandas de violação dos direitos, atuamos no empoderamento, participamos de movimentos sociais, como por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Em relação à *atuação da ONG junto aos povos tradicionais*, a coordenadora destacou que está à frente da presidência do GTA – Grupo de Trabalho Amazônico²³, e sobre isso afirmou: “somos a voz deles, dado que muitos estão no meio da mata sem acesso aos seus direitos e a informação, é preciso contar com essas pessoas que fazem parte dos movimentos sociais, para passar o que eles querem saber, para ser a voz deles”. A coordenadora enfatizou ainda: “dentro dessa rede nós dialogamos com o poder público, com as ONGs, com movimentos sociais e com as comunidades, todos esses componentes estão inserido na rede e muita gente não teria como listar”.

Percebeu-se no discurso da ONG que suas ações tinham como foco a defesa dos direitos sociais e sua atuação voltava-se principalmente para o fomento de processos de inclusão social. Assim sendo, foi constatado que a ONG desenvolvia várias ações em defesa dos direitos sociais de seus usuários, focalizando principalmente os segmentos criança e adolescente, e populações tradicionais.

²³ Grupo de Trabalho Amazônico - GTA é uma rede que é formada por 20 coletivos regionais em nove estados brasileiros que ocupam mais da metade do tamanho do país, envolvendo mais de 600 entidades representativas de agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, ribeirinhos e entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária e de direitos humanos. Com um grande número de projetos e mobilizações gerando novas políticas e atitudes ao lado de seus parceiros e outros fóruns socioambientais, a rede mostra que os maiores guardiões da biodiversidade e do futuro estão nas comunidades das matas, nos litorais, nos rios, nas florestas e demais remanescentes naturais. <http://www.gta.org.br/quem-somos/>.

Diante das características de atuação, esta ONG pode ser classificada como *Movimentalista ou ativista* (KAUCHAKJE, 2011), visto que atua de modo engajado em mobilizações de movimentos sociais.

Montaño (2002) destaca a importância da articulação entre as ONGs e os movimentos sociais, a fim de que se revitalizem as lutas e reivindicações sociais e não a dependência ou “parceria” com os governos neoliberais. Essas organizações, em particular, não buscam substituir as ações estatais no âmbito social, mas sim cobrar do Estado a concretização de políticas públicas. Por isso não se deve generalizar as visões acerca das ONGs, como se todas representassem simplesmente a “*face da comunidade do neoliberalismo*”, como aponta (PETRAS, 1999, p. 45).

Por fim, destaca-se que apesar da ONG ser ativa na defesa dos direitos sociais, evidenciou-se algumas limitações na garantia dos direitos socioassistenciais dos usuários, uma vez que suas ações desconsidera alguns parâmetros estabelecidos na legislação da Assistência Social brasileira (quanto ao seu marco regulatório).

ONG 3 – Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia – ADCAM

Sobre seu histórico: A ONG 3 foi criada em 1985 e, de acordo com informações do site, antes de iniciar suas intervenções fez diversas consultas públicas com a comunidade (bairro zumbi, zona leste de Manaus), visando fazer um diagnóstico das problemáticas sociais existentes nas redondezas. A ONG afirma: “contribuir com a realização de ações concretas para o desenvolvimento integral (físico, humano e espiritual) do público alvo a ser atendido” (in *site* da instituição, 2016).

A ONG começou suas atividades com a criação do *Orfanato Lar Linda Tanure*, que teve por objetivo: “oferecer um lar e uma família para crianças abandonadas que sofriam algum tipo de maus tratos” (in *site* da instituição, 2016).

No decorrer dos anos, em razão das várias demandas da comunidade, foram implementados outros programas e projetos na instituição, bem como a ampliação e diversificação do público alvo.

Nesse sentido, atualmente a ONG desenvolve suas ações a partir de quatro programas os quais são:

- ✓ Instituto Politécnico Rural da Amazônia *Djalal Eghrari*;

- ✓ Núcleo de Desenvolvimento Familiar;
- ✓ Escola Vocacional *Masrour*;
- ✓ Instituto de Tecnologia *Masrour*.

É importante esclarecer que desses quatro programas citados acima, apenas o *Núcleo de Desenvolvimento Familiar* desenvolve ações voltadas para a Assistência Social, na proteção social básica, as quais são financiadas pelo Fundo Estadual de Assistência (conforme informação obtida na pesquisa documental realizada na SEAS, 2015).

Conforme consta no *site* da ONG: “o impulso gerador deste empreendimento e a causa do seu êxito que é a convicção de que o único poder capaz de atender ao anseio mais profundo da humanidade é o reconhecimento do seu amoroso Criador”.

Ainda segundo a ONG, suas ações são norteadas e inspiradas à luz dos princípios fundamentais da *concepção religiosa denominada “Fé Bahá’í”*, os quais preconizam as seguintes questões: “eliminação dos extremos de pobreza e riqueza; Educação Universal; Eliminação de qualquer tipo de preconceito, como raça, credo, nacionalidade, gênero; Igualdade de direitos e oportunidade entre o homem e a mulher; Unidade na Diversidade”.

Nessa direção, sua *missão* visa: “promover o bem-estar social e a prosperidade do povo amazônico com base nos princípios universais”.

Essa ideia é reforçando pela ONG quando afirma ser “referência de excelência em serviço à comunidade, uma comunidade de pesquisa e aprendizagem, que *aplica programas educacionais e sociais, fundamentados nos princípios bahá’ís*”, estes tem como propósito:

desenvolver as capacidades humanas, edificando os indivíduos como agentes de transformação social e espiritual da Amazônia, abraçando segmentos cada vez maiores de suas populações rurais, contribuindo para a construção de uma nova realidade social: uma civilização e próspera, em constante evolução.

Isto é, o *bem-estar social dos indivíduos* apregoado pela ONG não está relacionado aos princípios de consolidação de direitos sociais previstos no SUAS, mas no cumprimento dos princípios da *concepção religiosa da instituição, fundamentados nos ensinamentos “Fé Bahá’í”*.

Nessa conjuntura, as demandas da questão social são compreendidas como “carências” e não como “direitos”, e o resultado disso são ações com *viés assistencialista* e, conseqüentemente, o favorecimento de práticas clientelistas e de distribuição de favores ao invés de exercício de direitos.

O não reconhecimento da ONG de que os seus usuários são sujeitos de direitos, pode impossibilitar o processo de transformação social e fragmentar ainda mais as ações do Estado no âmbito do SUAS. Porquanto, evidencia-se isso como sendo uma fragilidade na rede

complementar de Manaus (faz-se referência a ação das ONG3) quanto aos parâmetros que substanciam os serviços socioassistenciais ofertados à sociedade (comunidade).

Diante dessa constatação, presume-se que o programa *Núcleo de Desenvolvimento Familiar sustenta suas ações nos princípios da “filantropia confessional”*. Ou seja, “suas ações e prestações de serviços sociais são ligadas a igrejas e norteadas por princípios religiosos” (KAUCHAKJE, 2011, p.98) – que nesse caso, se baseia nos princípios da *Fé Bahá’ís*.

Nessa situação, concorda-se com Gohn (2002) quando afirma que, muitas vezes a parceria entre Estado e ONGs na prestação de serviços socioassistenciais retrocede “à problemática da cidadania de seus termos coletivos para antigos patamares da cidadania individual” (GOHN, 2000, p. 37).

Em outras palavras, na visão da ONG os aspectos que caracterizavam o indivíduo, enquanto sujeito de direito, têm suas bases no âmbito dos *direitos humanos universais* (sendo este também objeto de reflexão da concepção religiosa da Fé Bahá’ís) e, nesse contexto, os aspectos que configuram as lutas de classes sociais perdem seu enfoque na relação capital-trabalho.

No entanto, esse estudo, pauta-se na concepção de que a Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988, é vista como direito do cidadão e dever do Estado. Isso significa a ruptura legal com o assistencialismo na execução das políticas de Assistência Social, bem como, com o paradigma da benemerência, da ajuda moral e do favor.

Por outro lado, a ONG ostenta títulos de reconhecimento público em razão da prestação de seus serviços e, conforme seu discurso, é reconhecida como sendo

Uma Instituição de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, com atestado de registro no Congresso Nacional de Assistência Social e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome / CNAS, atuando como membro fundador de vários Fóruns, Conselhos Municipais, Estaduais e Organizações que defendem os direitos humanos e protegem os interesses de crianças, adolescentes, jovens e adultos, terceira idade, mulheres, entre outros (*site* da instituição).

Essa ideia se propaga amparada em discursos como os de Oliveira Neto (1996), quando afirma que mesmo passíveis de críticas pelo caráter assistencialista e gerador de dependência de suas ações, estas entidades/ONGs atuam no campo da emergência social e que, impotentes diante da dimensão da miséria no país, encontram-se profundamente ligadas aos interesses imediatos da população.

Desse modo, verifica-se a necessidade da ONG fazer reformulações na sua *estrutura organizacional e operacional (Gestão Social)* no âmbito da *proteção social básica* e refletir

sobre as seguintes questões: **a)** O reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos; **b)** A garantia de que os direitos socioassistenciais sejam estabelecidos em cada uma das modalidades de serviços e benefícios operacionalizados pelas ONGs; **c)** A necessidade de deixar claro aos usuários que os serviços oferecidos pelas ONGs, no âmbito da proteção social básica, são financiados pelo Estado, uma vez que para ONGs desenvolverem suas provisões dispõem de recursos públicos (através do Fundo Público Estadual de Assistência Social - FEAS); **d)** Atender aos critérios estabelecidos na regulamentação da Política de Assistência Social brasileira.

2.3.2. Os serviços socioassistenciais prestados pelas ONGs na proteção social básica e a inserção da prática da Educação Ambiental

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, prescrita pelo Conselho Nacional de Assistência Social) prevê a regulamentação nacional dos serviços socioassistenciais atendendo aos dispositivos da LOAS e as normativas que regem a sua implementação no SUAS²⁴.

Dessa maneira, a Tipificação (2009) configura-se como um instrumento importante de padronização de serviços socioassistenciais, ou seja, descreve como devem ser: serviços, tipologias e nomenclaturas, funções, objetivos, atividades e expectativas de resultados.

Nesse perspectiva, para o nível de proteção social básica²⁵ a Tipificação (2009) determina as seguintes ofertas de serviços: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Como já havíamos dito antes, constatamos que as ONGs foco dessa pesquisa prestam serviços unicamente na modalidade relacionada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O SCFV possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (TIPIFICAÇÃO, 2009).

²⁴ Que são definidas enquanto diretrizes estruturantes do SUAS, vistas no Capítulo I

²⁵ Considera-se como foco dessa pesquisa as ONGs que atuavam na proteção social básica.

De acordo com a Tipificação (2009) o SCFV é “realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida”, e deve ser “dividido de acordo com a faixa etária de zero até 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos com idade superior a 60 anos” (BRASIL, 2009, p.09).

No âmbito de suas regulamentações o SCFV prevê a abordagem de quatro modalidades: 1) Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de até 06 anos de idade e suas famílias; 2) Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos; 3) Serviço de convivência para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos; e 4) Serviço de convivência para idosos (as).

Nesse sentido, a seguir, apresenta-se a caracterização dos serviços socioassistenciais de cada uma das ONGs operacionalizados no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). *O foco dessa análise é identificar de que forma estava sendo inserida a prática da Educação Ambiental nas ações desenvolvidas pelas ONGs pesquisadas.*

Para tanto, consideramos prioritariamente, a pesquisa documental (complementada quando necessário com outras fontes de informação), ou seja, as informações analisadas foram as que constam no Plano de Ações e no Relatório submetidos pelas ONGs à SEAS.

Essa abordagem não tem intenção de avaliar a qualidade dos serviços socioassistenciais das ONGs, contudo, durante o estudo aponta-se algumas questões importantes quanto a sua organização e operacionalização, as quais posteriormente merecem ser aprofundadas. Para tanto, teve-se como parâmetro a padronização prevista na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009).

No quadro a seguir serão expostos o título dos projetos submetidos pelas ONGs pesquisadas a SEAS (obedecendo a chamada do Edital/2014 para acesso aos recursos do FEAS).

Projetos submetido pelas ONGs a SEAS		
ONG1	ONG2	ONG3
Serviço de convivência e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	OELA e Assistência Social: Fortalecimento Familiar e Comunitário.	Empoderamento familiar através da construção de autonomia e cidadania

Quadro 05 – Título dos projetos das ONGs submetidos a SEAS e financiados pelo FEAS.

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

Ressalta-se que os projetos descritos no quadro acima se baseavam em critérios apresentados para a cobertura da proteção social básica e se caracterizavam por aspectos que compreende o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o qual tem o objetivo de complementar o trabalho social com famílias e a prevenção de ocorrências de situações de risco social. Conforme a PNAS (2004) destaca, trata-se de uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares (BRASIL, 2004).

No quadro a seguir trouxemos mais detalhes sobre o foco dado nos projetos submetidos pelas ONGs a SEAS no âmbito da proteção social básica.

Identificação dos projetos das ONGs voltados para a proteção social básica		
ONG1	ONG2	ONG3
Ofertar por meio de atividades socioeducativas, <u>serviços de convivência e fortalecimento de vínculos</u> a 310 crianças, adolescentes e suas famílias, moradores das comunidades da zona norte de Manaus, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, decorrente da pobreza, do precário acesso aos serviços público, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade.	Contribuir com <u>fortalecimento de vínculos familiares e comunitários</u> de 700 usuários, por meio de atividades socioeducativas para crianças de 7 a 11 anos, adolescentes de 12 a 14 anos e suas famílias; e com o protagonismo juvenil, por meio de espaços para formação e informação de jovens de 15 a 17 anos e suas famílias.	Complementar as ações do Núcleo de Desenvolvimento Familiar para o <u>fortalecimento de vínculos familiares e comunitários</u> , incentivo à socialização e convivência de 150 crianças e adolescentes e 50 idosos e seus familiares, através de ações de caráter continuado, preventivo e proativo.

Quadro 06 – Identificação dos projetos das ONGs voltados para a proteção social básica.

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

Percebeu-se, nas descrições sobre a identificação dos projetos, aspectos relacionados as provisões do SCVF, visto que enfatizam a questão do “fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”; a organização por faixa etária dentre outros. Isto é, as ONGs (ONG1, ONG2 e ONG3) priorizam os padrões normativos estabelecidos na Tipificação (2009) explicitados para essa modalidade (SCVF).

Todavia, nas explicações que fundamentam as ações da ONG1 acrescenta-se a possibilidade de intervenção em razão do “*precário acesso aos serviços públicos*”, compreende-se que esse argumento é o mesmo que “justifica” o surgimento das ONGs no contexto da política neoliberal (MONTAÑO, 1999).

Contrastando com esse discurso, a PNAS (2004) afirma a primazia da responsabilidade estatal com a gestão, consolidação e o aprimoramento do SUAS. Nesse sentido, compreende a inserção da ONGs na rede socioassistencial como uma *forma de complementar* de acesso aos bens sociais e serviços públicos.

Isso significa que as ONGs não devem ter a intenção de substituir ou muito menos se apoiarem em um discurso que as colocam como uma opção de serviço mais qualificado que os serviços públicos.

À vista disso, destaca-se a necessidade da ONG1 resguardar sua finalidade no âmbito do SUAS, já que caso contrário, poderia influenciar em vários aspectos que culminam com a perda de direitos socioassistenciais, no acentuamento da precarização dos serviços públicos e na desresponsabilização do Estado em garantir a Assistência Social aos cidadãos que dela precisam.

No quadro a seguir evidencia-se os objetivos dos projetos das ONGs submetidos a SEAS.

ONGs	Objetivos dos projetos das ONGs
ONG1	<p>Objetivo Geral: Promover o <u>acesso aos direitos sociais como forma de garantia de direitos</u> e no fortalecimentos da cidadania, autonomia e empoderamento dos seus usuários na proteção, defesa e promoção dos direitos como forma da melhoria da qualidade de vida e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Proporcionar aos adolescentes o acesso a oficinas de qualificação, práticas esportivas, cultural e formação integral com vista ao desenvolvimento de novas sociabilidade e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; 2) Desenvolver atividades socioeducativas com crianças, pautadas em experiências lúdicas e culturais como forma de expressão, interação, aprendizado, sociabilidade e proteção social; 3) Proporcionar aos adolescentes e seus familiares a oportunidade de inclusão digital, através de atividades de informática, com ações de cidadania e promoção do desenvolvimento transformador através das ferramentas computacionais com estímulo ao protagonismo e autonomia dos atendidos; 4) Proporcionar espaço de formação para a geração e complemento de renda para as famílias potencializando o protagonismo e a autonomia contribuindo para a diminuição das situações de vulnerabilidade social.
ONG2 ²⁶	<p>Objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolver atividades esportivas, garantindo a interação e convivência social e o desenvolvimento integral da crianças e adolescentes favorecendo a melhoria na qualidade de vida; 2) Realizar atividades culturais com os adolescentes e crianças para ampliar o conhecimento e sentimento de pertença das famílias e redução da ocorrência de vulnerabilidade social; 3) Ofertar atividades de forma a desenvolver e fortalecer o vínculo familiar; 4) Incentivar a socialização e convivência comunitária, por meio da roda de conversas, encontros intergeracionais, palestras socioeducativas, oficinas manuais e vídeos;

²⁶ Não foi identificado no Plano de Ações e/ou Relatório o objetivo geral da ONG2.

ONG3	<p>Objetivo Geral: Possibilitar a ampliação de serviços socioassistenciais, desenvolvendo as potencialidades, habilidades e melhoria da qualidade de vida das crianças, adolescente, idosos e seus familiares, exposto a situação de vulnerabilidade social, atendidos no Núcleo de Desenvolvimento Familiar.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>1) Desenvolver ações socioassistenciais contribuam para a construção da autonomia e do protagonismo, visando a superação de suas dificuldades e o fortalecimento dos vínculos familiares; 2) Suscitar experiências que estimulem a melhoria da qualidade de vida das famílias, contribuindo para a construção do processo de desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; 3) Promover espaço de reflexão para a construção de uma rede de diálogos entre as crianças, adolescente, idosos e seus familiares, visando a troca de experiências e vivências.</p>
-------------	---

Quadro 07: Os objetivos dos projetos das ONGs

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

Observa-se, nos aspectos que caracterizam os objetivos dos projetos, alguns discursos que são comuns entre as ONGs pesquisadas, tais como:

✓ As ONGs propagavam em seus discursos *ações que priorizavam a defesa da garantia dos direitos socioassistenciais*, ou pelo menos era nessa direção que estavam norteadas suas previsões;

✓ Seus objetivos ressaltavam discursos que dialogavam com a proteção social básica. Ou seja, reafirmava o compromisso com “os indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos” (BRASIL, 2004);

✓ Confirma-se que seus serviços estavam voltados para “à prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2016, p.09). Isso significa que tais características compreendem as denominações previstas principalmente na Tipificação (2009) quanto as previsões para o SCFV.

No quadro 08 mostra-se o público alvo das atividades desenvolvidas por cada ONG pesquisada, na proteção social básica.

O Público –Alvo das ONGs		
ONG1	ONG2	ONG3
Crianças e adolescente e suas famílias	Crianças, adolescentes, jovens e famílias	Famílias

Quadro 08: O Público-Alvo das ONGs.

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

Notou-se, a partir da definição do público-alvo das ONGs (quadro 07), uma ênfase na abordagem por segmentos, nesse sentido, o foco das ações das ONGs estavam voltadas principalmente para: crianças, adolescentes e jovens.

Haja vista que os projetos das ONGs (submetidos a SEAS) se referiam ao *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, observou-se que para esses segmentos as ONGs obedeciam aos critérios previstos para o público-alvo das ONGs, isto é consideravam a organização por *ciclos de vida* definido na Tipificação (2009).

Isso significa que, segundo a Tipificação (2009), esse serviço deveria ser realizado “em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários conforme o seu ciclo de vida”. E deveria ser “dividido de acordo com a faixa etária de zero até 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos com idade superior a 60 anos” (BRASIL, 2009, p.09).

No entanto, notou-se algumas contradições nos discursos das ONGs no que se refere a *representação da família enquanto público alvo*, visto que evidenciou-se que a forma como as ONGs operacionalizavam seus serviços não possibilitava que a família fosse o “*eixo central*”. Ou seja, a abordagem da família se dava exclusivamente em referência aos usuários das ONGs, pois eram consultados apenas para saber do bem estar do usuário. Nesse caso, a família não poderia ser considerada o centro das atividades das ONGs.

Essa postura das ONGs contraria um dos princípios fundamentais da proteção social que é a *matricialidade sociofamiliar*, preconizada na legislação da Assistência Social, neste, considera-se a “centralidade na família” como foco das intervenções sociais, visto que o princípio de matricialidade sociofamiliar parte do pressuposto de que a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar (BRASIL, 2004).

No quadro 09 apresenta-se algumas características do “Atendimento Socioassistencial” das ONGs *locus* da pesquisa, no âmbito do SCFV da proteção social básica (Cf. pesquisa documental SEAS, 2015).

O Atendimento Socioassistencial nas ONGs		
ONG1	ONG2	ONG3
1) Busca ativa; 2) Acolhida; 3) Orientação e encaminhamentos; 4) Grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; 5) Visita domiciliar;	1) Busca Ativa; 2) Acolhida; 3) Orientação e encaminhamentos; 4) Grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; 5) Informação, comunicação e defesa de direitos; 6) Fortalecimento da função protetiva da família; 7) Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; 8) Mobilização para a cidadania; 9) Proteção social proativa; 10) Visita domiciliar; 11) Inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas; 12) Elaboração de instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário.	1) Busca Ativa; 2) Acolhida; 3) Orientação e encaminhamentos; 4) Grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; 5) Informação, comunicação e defesa de direitos; 6) Fortalecimento da função protetiva da família; 7) Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; 8) Mobilização para a cidadania; 9) Proteção social protetiva; 10) Visita domiciliar; 11) Inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas; 12) Elaboração de instrumentos técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário.

Quadro 09 – Características do Atendimento Socioassistencial das ONGs.

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

O “Atendimento Socioassistencial” no contexto da PNAS (2004) volta-se para a resolutividade das demandas sociais dos usuários e isso envolve vários procedimentos organizacionais e orientações técnicas específicas voltadas para a operacionalização dos serviços socioassistenciais no âmbito da proteção social básica (ou seja, o que são, para quem são, o que fazem e para que nível de alcance). Nesse sentido, *constatou-se que as ONGs ao se referirem aos seus atendimentos socioassistenciais recorriam com frequência a essas designações e estratégias de intervenções.*

Entretanto, essas evidências vistas na pesquisa documental (quadro 08), quando confrontadas com as informações da pesquisa de campo, *denotam que as ONGs apenas faziam uso dessas denominações nos documentos (Plano de Ações e Relatório das ONGs) para que os serviços fossem conhecidos e reconhecidos como referência a PNAS(2004).* Em outras palavras, para que pudessem ser requeridos em padrões similares de atendimento, conforme os critérios estabelecidos na PNAS (2004), na ocorrência das necessidades que os justificavam, que neste caso, referia-se ao Edital (2014) publicizado pela SEAS para o acesso aos recursos do FEAS.

Portanto, o conteúdo exposto nesses documentos não condiz inteiramente com a realidade em que são operacionalizados os serviços das ONGs. Em relação a isso, destaca-se algumas contradições que eram comuns às ONGs pesquisadas:

✓ *Não havia evidências concretas quanto a utilização da ferramenta de “Busca Ativa”.*

Visto que não havia instrumentos capazes de identificar as situações de vulnerabilidades e risco social, condições essenciais para o planejamento local e para a ação preventiva da proteção social básica.

✓ *Faltava práticas efetivas voltadas para “Orientações e Encaminhamentos” dos usuários, já que notou-se uma articulação inoperante entre as ONGs e os CRAS, ou seja, os serviços demandados pelas ONGs não estavam interligados entre ambos, pois não foi observada a frequência de diálogo, nem de acompanhamento.*

A PNAS (2004) destaca que a rede não é a junção de entidades presentes no território; ela é a pulsação conjunta das respostas articuladas para enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. É a constituição de uma estrutura orgânica, viva que articula o conjunto de respostas, com eficiência e eficácia, em torno dos problemas socioambientais evidenciados em cada território (BRASIL, 2004).

✓ *As ações prestados pelas ONGs, inerentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, eram parcialmente organizados por ciclo de vida, ou de modo intergeracional, contrariando as normas previstas na Tipificação (2009) quanto aos aspectos relacionados a composição de “Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”. Sobre essa questão, destaca-se as seguintes observações:*

Não foi verificado o desenvolvimento de atividades intergeracionais nas ONGs, apesar de estarem previstos nos documentos (Plano de Ações e Relatórios).

Constatou-se que a ONG 1 e a ONG 2 não faziam atendimento em grupo para os idosos, visto que eram feitos atendimentos individuais somente aos idosos que faziam parte das famílias dos usuários das ONGs e que estavam em situação de risco e vulnerabilidade social. Mesmo assim, tratava-se somente de fazer o encaminhamento a outros serviços que estavam disponíveis na rede socioassistencial.

Essa postura das ONGs contrariam os critérios estabelecidos na Tipificação (2009, p. 09) quanto ao “desenvolvimento de atividades intergeracionais”, a qual deve propiciar trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários”.

Também observou-se que *em nenhuma das ONGs (ONG 1, ONG 2 e ONG3) tinha atendimento a pessoas com deficiência.*

Isso também interfere nas provisões estabelecidas na Tipificação (2009) em relação “a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros” (BRASIL, 2009, p.09-10).

✓ Observou-se certa *fragilidade das ONGs em relação ao desenvolvimento de processos de avaliação e monitoramento das provisões ofertadas.*

Todas essas questões inviabilizam a mobilização e fortalecimento das redes de apoio, e a inserção dos usuários na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas setoriais.

No quadro 10 foram evidenciadas as ações desenvolvidas pelas ONGs na proteção social básica.

As ações desenvolvidas pelas ONGs na proteção social básica		
ONG1	ONG2	ONG3
1. Práticas esportivas - Futebol - Aulas esportivas - Encontros com a família - Oficina de formação sobre os direitos das crianças e adolescentes; 2. Atividades socioeducativas com crianças e adolescentes - Leitura e escrita - Espaços artísticos - Brinquedos com materiais recicláveis; 3. Curso profissionalizante em informática - Informática básica - Formações voltada ao meio ambiente e prevenção de drogas 4. Geração de renda - Corte e costura - Artesanato - Empreendedorismo - Salgados, doces e comidas regionais - Atendimento psicossocial - Atividades em grupos - Cultura e arte (cursos de violão, flauta e dança) - Curso de artes cênicas - Grupo de teatro	1. Acompanhamento Familiar - Acolhimento - Escuta qualificada psicossocial - Orientações e encaminhamentos - Visitas domiciliares 2. Grupo de convivência - Grupo intergeracional - Grupo de adolescentes 3. Oficina de música 4. Oficina de inglês 5. Ações Culturais - Cineclube - Vistas e passeios - Eventos internos/datas comemorativas 6. Oficinas Temáticas - Temáticas para crianças - Temáticas para jovens - Temáticas para família 7. Cursos e oficinas de qualificação profissional	1. Orientação sociofamiliar e psicológica 2. atendimentos e encaminhamentos psicossociais 3. Visitas domiciliares 4. Grupos de convivência juvenil - Disciplina de ética e cidadania - Jogos cooperativos - Jogos desportistas e culturais - Jogos lúdicos 5. Acompanhamento Familiar 6. Atividades com idosos - Atividades lúdicas - Palestras temáticas - Atividades físicas - Massoterapia - Grupo de convivência familiar - Oficinas sobre desenvolvimento familiar - Orientação e encaminhamento - Atendimento psicossocial

Quadro 10 – As ações desenvolvidas pelas ONGs na proteção social básica.

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

Mesmo diante dos aspectos relacionados as observâncias das ONGs aos critérios definidos pela Tipificação (2009) para a SCFV, *verificou-se o cumprimento parcial das previsões estabelecidos na Tipificação (2009)* (isso comparando as informações da pesquisa documental e de campo), as contradições estavam relacionados às respostas dadas aos usuários, que nem sempre geram impactos positivos nas condições sociais daqueles que utilizam seus serviços, quando se considera efetivamente os parâmetros de adequações para esse serviço ao que está previsto na Tipificação (2009).

São questões relacionadas principalmente a operacionalização das ações/serviço das ONGs e diz respeito as seguintes situações:

✓ Observou-se fragilidades no desenvolvimento de *estudos de demandas*, para a oferta e instalação de serviços onde não existem e eram necessários, tendo em vista a constatação da ineficiência da Busca Ativa (o diagnóstico social das ONGs mostrou-se incipiente).

✓ As instalações das ONGs eram inadequadas, o que limitava o acesso a um serviço de qualidade. Isso ocorria principalmente nas ONG1 e ONG2, que não dispunham de condições físicas e estruturais capazes de favorecer a formação integral das crianças e adolescentes;

A Tipificação (2009, p.10) recomenda algumas provisões sobre o ambiente físico, as quais são:

Sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes de acordo com as normas da ABNT.

A PNAS (2004) orienta ainda que o ambiente físico deve possuir outras características que variam de acordo com a regulação específica de cada serviço. Em outras palavras, recomenda adequar o espaço físico aos usuários e suas demandas.

Nesse caso, sinaliza-se para as adequações necessárias voltadas também para o enfrentamento das demandas socioambientais. Essa coerência propiciará aos usuários maior satisfação e, aos monitores, melhores condições para desenvolver as ações de Educação Ambiental e atingir com maior facilidade os objetivos propostos.

✓ Evidenciou-se uma certa *instabilidade financeira*, principalmente na ONG1. Isso resultará conseqüentemente em um certo imediatismo e descontinuidade das ações.

✓ *Faltava profissionais qualificados nas ONGs*. Nesse caso, recomenda-se a *capacitação dos profissionais das ONGs* uma vez que as equipes precisam de constante

investimento em formações para atualização de seus conhecimentos principalmente sobre a Assistência Social e a Educação ambiental.

✓ *Não havia uma participação efetiva da comunidade em todo o processo de operacionalização e consolidação das ações da ONGs.*

De acordo com a Tipificação (2009), é necessário desenvolver ações e atividades que favoreçam a participação dos usuários através de trabalhos em grupos, oficinas, pesquisa participante, etc. Da mesma maneira, que seja garantida a participação nas tomadas de decisões das ONGs, no que tange ao fomento do protagonismo dos usuários (prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais), e da defesa e garantia de direitos a partir da perspectiva de transformação social.

✓ *As ações direcionadas para a efetivação dos direitos dos usuários das ONGs eram incipientes, tendo em vista que tanto os monitores quanto os usuários não tinham clareza sobre a questão dos direitos socioassistenciais.*

✓ *Faltava um acompanhamento efetivo da SEAS para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas ONGs, tendo em vista os aspectos da Vigilância Socioassistencial previstos no SUAS, e também sobre a forma com que eram gastos os recursos públicos;*

Em suma, destaca-se que as ONGs *demonstravam falta de aprofundamento em relação aos pressupostos que regulamentam a PNAS (2004). E que apesar da preocupação em cumprir os critérios estabelecidos na Tipificação (2009) em relação às referências mínimas indeclináveis para: a organização, reordenamento e prestação de serviços (nos documentos), as ONGs na verdade não tinham o compromisso com a qualidade de suas ações.*

Essas questões influenciam na consolidação dos direitos socioassistenciais dos usuários, bem como dos direitos socioambientais. Haja vista que interfere na autonomia para garantia dos direitos socioassistenciais dos usuários assegurados pelo SUAS, os quais são:

- Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos;
- Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade;
- Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas;
- Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses;
- Direito do usuário à oferta qualificada de serviço;
- Direito de convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.40).

Nesse sentido, é preciso evidenciar indicações para que possam ser afiançadas a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados pelas ONGs, visando tornar o seu campo de ação visível para o controle do Estado e da sociedade na observância dos direitos, tendo em

vista que os serviços socioassistenciais de Assistência Social materializam os direitos socioassistenciais, os quais garantem e ganham visibilidade e legitimidade social à medida que as ONGs

disponham de estruturas sólidas e meios institucionais (operadores especializados, financiamento compatível, espaços físicos adequados, infraestrutura material, etc.) e sejam acessados de modo previsível, continuado, com cobertura e qualidade compatíveis com as condições que os justificam e com resolutividade em suas respostas (CAPACITA SUAS, CADERNO 2, 2013, p.40).

Aponta-se a necessidade de *construção de bases para estreitar a relação entre o Poder Público e as ONGs prestadoras de serviços, neste caso evidencia-se a importância da efetivação da Vigilância Socioassistencial.*

Desse modo, neste estudo concorda-se com Maria Carmelita Yazbek (2001), quando menciona que frente a essa conjuntura de crise e mudanças (ofensiva neoliberal), as políticas públicas na área social deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados. Logo, permanecerão “políticas *ad hoc*, causuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas. Corremos um risco de grave regressão de direitos sociais” (YAZBEK, 2001, p. 37).

➤ **A inserção da Educação Ambiental nas ações desenvolvidas pelas ONGs na proteção social básica**

Como vimos antes, conforme estabelece a PNEA (1999) no contexto das ONGs a prática da Educação Ambiental se configura enquanto educação *não formal* e deve se basear no princípio da *transversalidade*. Nesse estudo, *destaca-se a abordagem da Educação Ambiental no contexto das ONGs que compõe a rede complementar da Assistência Social em Manaus e desenvolve suas ações na proteção social básica.*

Tendo em vista que as três ONGs *locus* da pesquisa prestam atendimento unicamente no *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*, no quadro 11 identifica-se a prática da Educação Ambiental desenvolvida em algumas de suas ações.

As ações das ONGs em que foram identificadas a prática da Educação Ambiental				
ONG1		ONG2		ONG3
Atividades socioeducativas	<p>Objetivo:</p> <p>Desenvolver atividades socioeducativas com crianças e adolescentes para que possam transformar suas vidas em atitudes que promovam a cidadania, dignidade e o protagonismo infanto-juvenil.</p>	Oficinas Temáticas	<p>Objetivo:</p> <p>Promover o conhecimento, autonomia, autoestima e <u>sustentabilidade</u>, por meio de oficinas temáticas para crianças, adolescente, jovens e famílias com informações sobre direitos sociais, civis e políticos, construção de projetos individuais e coletivos.</p>	-
Informática	<p>Objetivo:</p> <p>Proporcionar a todos e todas da comunidade e adjacentes a oportunidade de inclusão digital, através de curso profissionalizante em informática, tornando-os aptos ao mercado de trabalho, com ações de cidadania e promoção do desenvolvimento transformador através das ferramentas computacionais.</p>	Grupos de Convivência	<p>Objetivo:</p> <p>As participantes dos grupos serão proporcionados momentos de troca de vivências, experiências, dúvidas e dificuldades, além de trazer informações para superação, motivação, autoestima, autonomia e <u>sustentabilidade</u>.</p>	

Quadro 11 – As ações das ONGs em que se desenvolvia a prática da Educação Ambiental
 Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

Inicialmente, é importante destacar que não constatamos em *nenhuma das ONGs (locus da pesquisa)* o desenvolvimento de programas e/ou projetos específicos para a prática da Educação Ambiental, nem na proteção social básica e tampouco nos outros serviços oferecidos pelas ONGs (fato constatado nos dados/informações da pesquisa documental e de campo).

Constatou-se que na ONG1 e ONG2, a prática da Educação Ambiental estava inserida de forma transversal nas ações desenvolvidas no âmbito do SCFV. Isto é, a prática da Educação Ambiental acontecia a partir da abordagem dos temas transversais, com o foco na temática “Meio Ambiente”, e estavam relacionadas principalmente às atividades socioeducativas.

Todavia, nesse primeiro momento, não foi possível constatar a prática da Educação Ambiental nos serviços disponibilizados pela ONG3 (nesses incluem-se apenas os dados e/ou informações da pesquisa documental).

Entende-se que a transversalidade e suas perspectivas na Educação Ambiental precisa oportunizar a disseminação interdisciplinar de atualizações interpretativas da crise ambiental e de seus efeitos na sociedade (expressões da questão socioambiental), a partir de estratégias de enfrentamento voltadas para transformação social.

Nesse sentido, a prática da Educação Ambiental que transforma está na capacidade de refletir sobre os conhecimentos e na produção de saberes que terão aplicabilidade nos espaços coletivos, que nesse caso, trata-se das ONGs.

Assim, questiona-se: *a transversalidade evidenciada nas ações das ONGs favorece a efetivação da prática da Educação ambiental no âmbito da proteção social básica da PNAS (2004)?*

No próximo capítulo será realizado um aprofundamento sobre a transversalidade da Educação Ambiental nas ações desenvolvidas pelas ONGs, no contexto da proteção social básica focalizando as bases que fundamentam seus aspectos teórico/práticos.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DAS ONGS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MANAUS

Neste capítulo, o foco das análises é sobre os aspectos teórico/práticos da Educação Ambiental implícitos no formato documental (pesquisa documental) e operacional (pesquisa de campo) que embasam as ações das ONGs *locus* da pesquisa.

Primeiramente, apresenta-se uma abordagem sobre a prática da Educação Ambiental e suas singularidades na proteção social básica.

Em seguida, faz-se a caracterização da prática de Educação Ambiental (não formal) das ONGs. Neste, destaca-se a transversalidade da Educação Ambiental nos serviços/ações das ONGs no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Depois, aborda-se a prática pedagógica de Educação Ambiental dos monitores das ONGs observando os seguintes aspectos: o formato de identificação das demandas socioambientais; o planejamento das ações de Educação Ambiental a partir do tema transversal “Meio Ambiente”; os aspectos teórico/prático que caracterizavam a abordagem pedagógica da Educação Ambiental dos monitores e os procedimentos de avaliação dos resultados.

Logo após, analisamos a concepção de “Ambiente” dos monitores e usuários das ONGs e suas configurações no contexto da prática da Educação Ambiental das ONGs.

Mais adiante, evidencia-se a percepção socioambiental dos usuários das ONGs. Neste serão abordadas questões como: a relação sociedade e natureza e a concepção de sustentabilidade; e a compreensão dos usuários sobre a complexidade socioambiental.

E, por fim, serão evidenciadas as potencialidades e fragilidades existentes na prática de Educação Ambiental das ONGs.

3.1. Aspectos teóricos e práticos da Educação Ambiental: as singularidades desta prática na proteção social básica

Como já foi esclarecido anteriormente, este estudo parte da premissa de que as expressões da questão socioambiental são consideradas parte das manifestações da questão

social²⁷ (SILVA, 2010), uma vez que os fatores (causas e efeitos) sociais e ambientais (demandas socioambientais) da crise ambiental, devem ser vistos também como resultados das contradições do modo de produção capitalista.

Vimos que a realidade dos usuários das ONGs retrata situações de riscos e vulnerabilidades sociais que são decorrentes das consequências socioambientais da crise (questões evidenciadas no capítulo anterior).

Logo, neste estudo evidencia-se as várias possibilidades de efetivação da prática da Educação Ambiental enquanto instrumento voltado para o enfrentamento da questão socioambiental no contexto das provisões da PNAS (2004) na proteção social básica.

Nessa perspectiva, admite-se o caráter preventivo e proativo da Educação Ambiental, no sentido evitar ou reverter os efeitos das expressões da questão socioambiental vinculados à realidade vivenciada pelos usuários, a partir da perspectiva da sustentabilidade, que nesse estudo engloba um processo em cinco dimensões, conforme destaca Sachs (2002):

Sustentabilidade social, ou seja, o estabelecimento de um padrão estável de crescimento, que proporcione a redução da diferença entre os níveis de vida entre as populações;

Sustentabilidade econômica, que sugere o estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade, que vise promover o manejo eficiente dos recursos naturais;

Sustentabilidade ecológica, que diz respeito à intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, de forma compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial;

Sustentabilidade espacial, que por sua vez, busca proporcionar uma distribuição equilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, de forma a estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica, e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor;

Sustentabilidade cultural, a qual prevê que a modernização deva buscar a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.

Desse modo, este estudo *considera a prática da Educação Ambiental como um conjunto de estratégias teórico/prática de caráter preventivo e proativo no contexto da proteção social*

²⁷ Essa ideia se sustenta a partir dos seguintes argumentos: as pessoas que vivem em um ambiente de extrema pobreza e miséria (decorrente da relação de exploração entre capital e trabalho) são as que mais experimentam as mazelas da degradação ambiental, pois moram próximos aos rios e baías poluídos, nas encostas desmatadas, absorvem a poluição dos carros, das queimadas, dos lixões, entre outras questões.

básica ancorado nessas cinco dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002), voltado para o enfrentamento das demandas da questão socioambiental.

Neste, a *prática da Educação Ambiental* deve se configurar como um *elemento determinante para a consolidação da cidadania e ampliação dos direitos socioambientais* constitucionalmente garantidos (art. 125 da Constituição de 1998). Ou seja, direito a um ambiente limpo e saudável que também pode ser fomentado no âmbito da PNAS (2004) cujas ações constitui-se historicamente como instrumento do Estado para enfrentar as expressões da questão social.

A seguir serão destacados alguns parâmetros que substanciam (teórica/prático) a abordagem Educação Ambiental no âmbito das estratégias interventivas atribuídas a proteção social básica da PNAS (2004).

Para tanto, considera-se as abordagens teóricas de autores como Lima (2004) e Quintas (2009) que trazem análises que caracterizam *a prática da Educação Ambiental* baseado nas perspectivas: crítica, emancipatória e transformadora.

Na **perspectiva crítica**, a Educação Ambiental discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui (QUINTAS, 2009). Em outras palavras, o desenvolvimento desse prisma de Educação Ambiental, no âmbito da proteção social básica, deve propiciar ao usuário a compreensão sobre os mecanismos ideológicos estruturantes da realidade e suas relações de poder, e desse modo instrumentalizar-se politicamente no processo de transformação da realidade socioambiental (LIMA, 2004).

Nesse contexto, propõe-se desenvolver e estimular uma *postura crítica* diante dos desafios da crise socioambiental, por conseguinte, o esforço da Educação Ambiental deve ser direcionado para a compreensão e busca da superação das causas estruturais da crise ambiental, sempre partindo de situações concretas, por meio da ação coletiva e organizada (QUINTAS, 2009).

Isso “implica ensinamentos que derivam das práticas concretas que se desenvolvem no meio” (LEFF, 2001, p.257), o que representa alternativas capazes de articular a vida social e o ambiente, bem como as relações culturais que se estabelecem nesse meio (QUINTAS, 2009). Isto é, a Educação Ambiental, apoiada na perspectiva crítica deve expor com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação cidadã em forma de ação política.

A **perspectiva emancipatória** toma como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade (QUINTAS, 2009).

Considera-se que a proteção social básica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicados à Educação Ambiental. Em outras palavras, na proteção básica a prática da Educação Ambiental é potencializada por estar ancorada nas *perspectivas de empoderamento e protagonismo social* (que são pressupostos que fundamentam a PNAS, 2004), orientadas como meios de se atingir o fortalecimento de potencialidades e capacidades dos usuários.

Todos esses prismas trazidos para a prática da Educação Ambiental na proteção social básica poderão resultar em ações individuais e coletivas, que se remetem às ações políticas com objetivos pautados no exercício da cidadania e na participação cidadã.

Portanto, tais iniciativas buscam, simultaneamente, a ampliação da autonomia, o fortalecimento de vínculos entre os familiares e comunitários, tanto quanto a ampliação das potencialidades dos usuários das ONGs dentro de uma orientação para a transformação socioambiental.

A **perspectiva transformadora** traz à discussão o caráter do processo civilizatório em curso, já que acredita-se na capacidade da humanidade de construir outro futuro, a partir da construção de outro presente e, dessa maneira, instituir novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza (QUINTAS, 2009).

Isso significa que o usuário, no âmbito da proteção básica, ao ser inserido no processo de abordagem da Educação Ambiental pode contribuir para a transformação social, assumindo de forma inalienável a sua dimensão política para a superação da crise ambiental.

Nesse contexto a prática da Educação Ambiental deve fomentar a participação cidadã, no exercício da cidadania plena, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalista e na compreensão do mundo em sua complexidade, e da vida em sua totalidade (LOUREIRO, 2006).

Nessa lógica, corrobora-se com Loureiro (2009, p. 15) quando afirma que a Educação ambiental:

se conjuga a partir de uma matriz que compreende a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na criação de espaços coletivos de estabelecimento das regras de convívio social, na superação das formas de dominação capitalista, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.

Conforme Loureiro (2009) destaca, a prática da Educação Ambiental visa formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos.

Portanto, evidencia-se que a Educação Ambiental se ampara nas singularidades protetivas vinculadas a proteção social básica. Logo, refere-se aos aspectos de *prevenção e proteção dos indivíduos e grupos sociais em situação de risco e vulnerabilidade social*. Nessas circunstâncias, o foco das intervenções está nas potencialidades e vulnerabilidades da comunidade (ações que possibilitem o processo de transformação da realidade). Isto é, na *identificação das expressões de desproteção social e demandas da questão socioambiental* a partir de três grandes eixos: ciclo de vida, a dignidade humana e a convivência familiar.

Haja vista esses aspectos, em seguida serão apresentados os desdobramentos da Educação Ambiental e sua prática nos serviços socioassistenciais da proteção social básica, os quais pode ser sintetizados da seguinte maneira:

Ampliar a capacidade protetiva da família e de seus membros, o que supõe construir respostas desde a ausência dessa proteção, a presença de abandono, de agressões, produzindo ações de fortalecimento de laços e de capacidade de exercício dessa proteção por meio de benefícios e serviços (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, acredita-se em uma prática da Educação Ambiental voltada para o *fortalecimento das potencialidades de vínculos* entre os usuários, familiares e comunitários, e sociedade civil organizada (ONGs) dentro de uma orientação para a transformação da realidade socioambiental.

Ampliar a densidade das relações de convívio e sociabilidade dos cidadãos, desde a esfera do cotidiano até atingir os diversos momentos do ciclo de vida do cidadão e cidadã, em que ocorrem fragilidades que os tornam mais sujeitos a riscos sociais e à violação de sua dignidade (BRASIL, 2004).

A partir do preconiza a PNAS (2004), observa-se que os chamados Grupos de Convivência privilegiam as *relações de convívio e sociabilidade* enquanto espaço de escuta, diálogo e debate favorecem processos de organização social como forma para alcançar a emancipação e transformação de sua realidade (BRASIL, 2004).

Por esse ângulo, a prática Educação Ambiental se remete às ações políticas, com objetivo pautado no exercício da cidadania e na participação cidadã, a organização de grupos e a formação de sujeitos capazes de decidir e atuar como agentes transformadores, agindo e organizando-se individual e coletivamente sobre as suas condições socioambientais (QUINTAS, 2009).

Nisso concorda-se com Loureiro (2004, p. 81) quando afirma que é necessário “construir espaço para exposição de ideias e pactuação de metas (objetivos) como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e de transformação social que possibilitem o estabelecimento de novos patamares de relações na natureza”.

Reduzir as fragilidades da vivência e da sobrevivência, através de meios capacitadores de autonomia, das condições de dignidade humana, provocados inclusive pela ausência de renda em uma sociedade de mercado (BRASIL, 2004). Essa redução também está relacionada aos riscos e vulnerabilidades inerentes aos agravantes da questão socioambiental, os quais também influenciam na vivência e sobrevivência dos usuários.

Neste objetivo, situa-se a *prática da Educação Ambiental num contexto mais amplo, o da educação como um meio para ampliação da autonomia*, baseada nas cinco dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002). Logo, é necessária uma abordagem crítica que se constitui como uma prática reflexiva, proporcionando e estimulando uma leitura crítica da realidade e a compreensão dos problemas e conflitos ambientais nela existentes, visando trazer possibilidades de motivar as pessoas a transformar a realidade local na defesa da qualidade de vida.

Portanto, entende-se que a Educação Ambiental, numa abordagem *crítica/transformadora e emancipatória*, se constitui como uma prática reflexiva, e isso proporciona perspectivas de mudanças na realidade socioambiental dos usuários, oferecendo-lhes possibilidades de construção de uma visão crítica e transformadora da sua realidade (QUINTAS, 2009).

Reduzir os danos de riscos sociais e de vitimizações, causadas por violência, agressões, discriminações, preconceitos (BRASIL, 2004).

Assim, acredita-se que a prática da Educação Ambiental volta-se para a *redução dos danos e os riscos socioambientais e de vitimizações* causados pelo processo de degradação socioambiental, ou seja, pelas manifestações da questão social e suas expressões enquanto questão socioambiental.

Neste, destaca-se o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial (em decorrência das condições socioambientais).

Portanto, essa análise trouxe apontamentos sobre a transversalidade da Educação Ambiental no contexto da PNAS (2004) para além de sua abordagem enquanto tema transversal “Meio Ambiente”. Ou seja, considera-se a prática da Educação Ambiental enquanto ferramenta

voltada para o enfrentamento das demandas da questão socioambiental (LARYARGUES, 2009).

Ao se realizar uma reflexão sobre a necessidade de construção *de uma proposta que conduza à prática da Educação Ambiental no âmbito da proteção social básica* é importante ponderar não só os procedimentos, mas também os espaços (não formal) que venham garantir a mudança de atitudes frente as suas novas proposições de intervenção na realidade socioambiental, no caso deste estudo, é necessário discorrer sobre os espaços das ONGs.

A concretização dessa proposta necessita ainda de outros estudos, que possam aprofundar ainda mais essa discussão, visto que a possibilidade de criar propostas pedagógicas em espaços coletivos da Assistência Social, como os das ONGs, pode levar à concretização de uma prática da Educação Ambiental que transforme a realidade e não somente se faça subalternizar pelos mecanismos legais e institucionais.

A seguir serão apresentados os aspectos que caracterizam *a prática da Educação Ambiental não formal* nos *serviços socioassistenciais* prestados pelas ONGs na proteção social básica. O foco dessa análise está na compreensão das possibilidades de efetivação da prática da Educação Ambiental no âmbito dos serviços socioassistenciais (SCFV) das ONGs.

3.2. Caracterização da prática de Educação Ambiental (não formal) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) prestados pelas ONGs pesquisadas

O foco dessa análise é na compreensão da forma com acontece a transversalidade da Educação Ambiental na rede complementar prestadora de serviços socioassistenciais em Manaus. Nesse sentido, a seguir faremos *a descrição da prática da Educação Ambiental (não formal) presente nas ações desenvolvidas pelas ONGs (locus da pesquisa) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*, no âmbito da proteção social básica.

Cabe destacar, que segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deve promover o protagonismo social em crianças e adolescentes, conforme os ciclos de vida, por meio de uma relação dialógica com os objetivos estabelecidos para o serviço (BRASIL, 2009), que *constitui importante espaço de promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes a partir da educação não-formal*.

É a partir da perspectiva da educação não-formal que está inserida a *transversalidade da Educação Ambiental na atuação das ONGs*, conforme destaca a PNEA (1999) no art. 13, no qual evidencia a “necessidade de ampla participação das organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não-formal”.

Por esse ângulo, interpreta-se que a *educação não-formal* tem como objetivo favorecer a transformação social por meio do envolvimento da comunidade com as práticas do cotidiano. Esse tipo de Educação Ambiental possui (ao menos relativa) liberdade de atuação, o que pode possibilitar a criação de novas formas de se propor e fazer as ações educativas.

Gohn (2006) acerca da educação não-formal afirma:

[...] localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) [...] ela não é, organizada por series/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da autoestima e do *empowerment* do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. (GOHN, 2006, p.29-30).

Na educação não formal, existe “a intencionalidade dos sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos” (GOHN, 2001, p. 99-100), de modo que as “ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais” têm um caráter de educação não formal.

Portanto, a *educação não formal* permite a invenção de novas maneiras de desenvolver a prática da Educação Ambiental, visto que esse processo de educação, entendido pelo desenvolvimento de ações coletivas, visa a promoção de aprendizagens e saberes.

Nesse sentido, entende-se que a *prática de Educação Ambiental pautada na educação não formal, no contexto da proteção social básica, pode contribuir* efetivamente para o processo de transformação da realidade socioambiental, já que leva em conta os anseios dos grupos e indivíduos envolvidos nos processos educativos, possibilita a formação dos sujeitos sociais e favorece o processo de formação e construção da cidadania.

➤ A transversalidade da Educação Ambiental nas ações/serviços ofertados pelas ONGs pesquisadas

Vimos anteriormente que na maioria das ONGs pesquisadas (ONG1 e ONG2) desenvolve-se a prática da Educação Ambiental a partir da perspectiva da transversalidade.

Inicia-se essa abordagem a partir da compreensão sobre o significado da transversalidade, sobre isso, corrobora-se com Nunes e Silva (2000, p. 161-162) quando afirma que essa concepção refere-se:

a disposição de compreender os conteúdos de maneira articulada e diacrônica, buscando superar a concepção estanque e departamentalizada do conhecimento e da formação curricular escolar, por uma forma de transdisciplinaridade que apresentasse o conjunto do conhecimento humano historicamente acumulado e institucionalmente confiado à escola como intrinsecamente interdependente em suas diversas possibilidades temáticas, epistemológicas e organizacionais.

Isso significa que a transversalidade está relacionada a abordagem de questões que perpassam os diferentes campos do conhecimento aos moldes da ideia de transdisciplinaridade. Nesse contexto, a transversalidade tem se destacado em vários debates como uma forma mais apropriada para o tratamento das questões socioambientais.

Segundo Oliveira (2007, p.108), o caráter transversal da questão socioambiental

é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais (conceitos, fatos e princípios), como procedimentais (relacionados com os processos de produção e de ressignificação dos conhecimentos), e também atitudinais (valores, normas e atitudes), formam campos com determinadas características em comum: não estão configurados como áreas ou disciplinas; podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas; estão ligados ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida cotidiana; envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

O enfrentamento das expressões da questão socioambiental, requer a construção de novos espaços interdisciplinares²⁸ de estudo através da problematização da forma como o sistema capitalista se relaciona com a natureza, da formação efetiva de novos protagonistas e da incorporação do saber ambiental emergente em novos formatos de intervenções a partir da Educação Ambiental (LEFF, 2001).

No quadro a seguir, será evidenciada de forma mais detalhada, a questão da transversalidade da Educação Ambiental nas atividades ofertadas pelas ONGs (Cf. pesquisa documental).

²⁸ Ressalta-se também os aspectos da transversalidade, numa perspectiva de abordagem dentro de outras políticas públicas, cita-se a Assistência Social.

ONG	ATIVIDADES	AÇÕES
ONG1	Atividades socioeducativas	<p>Realizar atividades onde às crianças e adolescentes desenvolvam a leitura e a escrita de forma lúdica, valorizando a realidade onde vivem;</p> <p>Criar espaço artístico para crianças das comunidades como forma de prevenir vulnerabilidades decorrentes de drogas e violências;</p> <p>Oferecer um ambiente favorável onde os educando possam expressar-se de forma diferente, aprendendo a valorizar a si mesmo e aos outros;</p> <p>Construir brinquedos com materiais recicláveis, despertando para uma consciência ecologicamente correta.</p>
	Informática	<p>Oferecer dezoito turmas de informática básica com duração de 80 hs;</p> <p>De acordo com o Plano de Ações da ONG foram realizadas duas formações por turma com a temática ligada ao meio ambiente e drogas;</p> <p>Encaminhar ex-alunos e alunas para cursos de qualificação profissional em computadores pelo Comitê para democratização da Informática - CDI.</p>
ONG2	Oficinas Temáticas	<p><u>Temáticas para crianças:</u> Estatuto da Criança e do Adolescente; Respeito à diversidade; Respeito ao meio ambiente; Relacionamento Interpessoal (família e comunidade); Motivação e autoestima; Direitos sociais.</p> <p><u>Temáticas para jovens:</u> Estatuto da juventude; Respeito à diversidade; Respeito ao meio ambiente; Relacionamento Interpessoal (família, comunidade, trabalho); Motivação e autoestima; Orientação Vocacional e profissional; Direitos Sociais.</p> <p><u>Temáticas para a família:</u> Convivência Familiar e Comunitária; Drogadição; Sexualidade; Infância e Adolescência; Motivação e autoestima; Direitos sociais.</p>
	Ações Culturais	<p><u>Cineclube:</u> exibição de filmes educativos e rodas de conversas para crianças, possibilitando a exposição de ideias e percepções que contribuem para o desenvolvimento das relações familiares e comunitárias.</p> <p><u>Visitas e passeios:</u> visita a lugares que contribuam para a ampliação da identidade cultural a respeito ao meio ambiente, de modo que incentive a vivência familiar e comunitária.</p> <p><u>Eventos internos/ Datas comemorativas:</u> Aniversário do Eca – 11 de julho Dias dos pais – 08 de agosto Mês cívico – 04 de setembro Dia das Crianças – 10 de Outubro Dia da Música – 14 de novembro Confraternização e encerramentos das atividades.</p>
	Grupos de Convivência	<p><u>Grupo intergeracional:</u> possibilita o diálogo entre gerações, a troca de vivências e experiências, a descoberta do novo, a construção e desconstrução de conceitos, ampliação do conhecimento e orientação para o desenvolvimento humano e crítico.</p> <p><u>Grupo de adolescentes:</u> possibilita o diálogo, a descoberta do novo, a ampliação do conhecimento e a orientação para o desenvolvimento humano e crítico.</p>

Quadro 12- A transversalidade da prática da Educação Ambiental nas ações das ONGs desenvolvidas na proteção social básica.

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante pesquisa documental (Plano e Relatórios), 2015.

Observa-se que a *dita transversalidade da Educação Ambiental nas ações desenvolvidas por essas ONGs no SCVF, acontecem principalmente na abordagem do tema transversal “Meio Ambiente”* (ONG1 e ONG2).

Nesse sentido, é preciso evidenciar de que forma cada ONG aborda a Educação Ambiental no tratamento da temática “Meio Ambiente”.

Antes, é importante esclarecer o que se compreende por “tema transversal” e como está inserido na dinâmica da Assistência Social.

Sobre a *definição do que significa temas transversais*, concorda-se com Oliveira (2007, p. 107), que pondera o seguinte:

São assuntos que fazem parte das discussões dos diferentes segmentos da sociedade e que levantam problemas cuja reflexão nos leva para além de um único campo do conhecimento. É exatamente por isso que eles devem ser trabalhados por meio da interdisciplinaridade, reunindo-se os suportes teóricos provenientes de diferentes disciplinas e campos do saber, abandonando-se uma perspectiva restrita para contemplar os fatos e fenômenos em contextos diversos de forma global.

Depreende-se que a *abordagem dos temas transversais no contexto da Assistência Social* evidencia temáticas que compreende as expressões da questão social (previstas nas leis que regulamentam a Assistência Social).

No âmbito da proteção social básica os temas transversais devem substanciar os serviços socioassistenciais. Em se tratando da Educação Ambiental a partir da temática “Meio Ambiente” é preciso uma abordagem teórica/prática da dimensão socioambiental nos vários domínios e conteúdos imprescindíveis para a compreensão da realidade dos usuários.

As orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) evidenciam que os *temas transversais* estão presentes no território, na realidade sociocultural e de vivência individual, social e familiar dos participantes de cada Grupo. Assim, as atividades devem ser organizadas *fundamentadas em temas*, de maneira a contemplar os objetivos dos Serviços e o alcance dos resultados esperados.

O MDS ressalta também que a adoção dos temas é flexível, podendo cada Município e o Distrito Federal, elencar novos e diferentes temas, associados ou não aos sugeridos. Ou seja, a abordagem dos temas transversais devem obedecer os padrões de cada serviço socioassistencial, previstos na Tipificação (2009) os quais variam conforme cada território – a partir do diagnóstico das vulnerabilidades e riscos sociais e ambientais.

Quanto a abordagem do temática “Meio Ambiente” no contexto do SCFV deve-se compreender os parâmetros das previsões para público-alvo, obedecendo a padronização dos Serviços previstos na Tipificação (2009) nos quais podem ser incluídos aspectos da dimensão socioambiental.

Em relação aos temas transversais a serem desenvolvidos no SCFV, o MDS destaca os seguintes:

Infância/Adolescência e direitos Humanos e Socioassistenciais;
 Infância/Adolescência e Saúde;
Infância/Adolescência e Meio Ambiente;
 Infância/Adolescência e Cultura;
 Infância/Adolescência e Esporte, Lazer, Ludicidade e Brincadeiras;
 Infância/Adolescência e Trabalho (BRASIL, 2010, p.84)

O MDS recomenda que esses temas poderão ser desenvolvidos utilizando-se de *Oficinas*, como estratégias de abordagem por meio do esporte, lazer, arte, cultura, informática e conhecimento sobre o mundo do trabalho.

Em seguida apresenta-se as especificidades da prática da Educação Ambiental²⁹ das ONGs, abordada enquanto tema transversal “Meio Ambiente”. Quanto a isso destaca-se:

ONG1: De acordo com o coordenador, as temáticas sociais e ambientais eram abordadas enquanto “temas transversais”. Nessa direção, o coordenador enfatizou: “a nossa orientação na ONG é para que todos os monitores insiram essas temáticas no contexto de suas atividades”. Como exemplo disso, o coordenador evidencia a abordagem do tema das drogas: “esse tema já foi abordado várias vezes por meio de palestras”.

Em relação ao tema transversal “Meio Ambiente”, o coordenador destacou: “na ONG ao desenvolvermos qualquer atividade com as crianças orientamos os monitores para que seja inserida a questão ecológica”.

O coordenador afirmou ainda que era dessa maneira que a prática da Educação Ambiental estava inserida nos serviços prestados pela ONG. Ou seja, era desenvolvida a partir da abordagem do tema transversal “Meio Ambiente”. E conforme salientou o coordenador: “as ações se concentram nas atividades socioeducativas e no curso de informática” (isso confirma as informações do quadro a cima).

Na descrição das ações acima (quadro 12), notou-se que a prática da Educação Ambiental aparece respectivamente nas seguintes abordagens: na “construção de brinquedos com materiais recicláveis”, que tinha como objetivo “despertar para uma consciência

²⁹ Para tanto, consideramos as especificidades dessa prática nos dados/informações tanto da pesquisa documental, quanto da pesquisa de campo.

ecologicamente correta”. E na realização de formações com usuários sobre temáticas ligada ao Meio Ambiente.

O coordenador relatou que nessas ações a prática da Educação Ambiental eram disseminadas da seguinte maneira:

Nas atividades socioeducativas, compreendia as atividades lúdicas de cidadania, oficina de violão, oficina de capoeira e futebol. Nestas, são desenvolvidas atividades como: palestras, gincanas, o incentivo à leitura, roda de conversas, dentre outras;

No curso de informática, alcança ações de reciclagem e conscientização ambiental, as abordagens são feitas principalmente por meio de palestras com os usuários.

Ressalta-se que as iniciativas de sustentabilidade tratadas nas aulas de informática são resultados da parceria da ONG com a empresa chamada de *Descarte Correto* que desde a sua concepção desenvolve ações que discutem a questão da reciclagem.

De acordo com o coordenador, tratava-se de uma empresa privada que presta serviços nas grandes empresas do Polo Industrial de Manaus para o *descarte correto de seu lixo tecnológico*. Essa empresa permitia o uso de peças de computadores descartados. Ou seja, os que não eram incinerados e ainda tinham condições de uso eram reaproveitados e utilizados em escolas de informáticas a partir do Programa Comitê para Democratização da Informática (CDI)³⁰, (informações do coordenador da ONG).

Em relação a essa parceria o coordenador destaca:

Para o curso de informática, o CDI disponibiliza os computadores e a metodologia de ensino de informática básica e montagem e desmontagem de computadores. O CETAM, outro parceiro nosso, paga o instrutor de informática e nós fornecemos as salas. Então o CDI entra com os computadores e o CETAM entra com os educadores, são três escolas, uma no centro de formação, outra na grande circular, e tem uma na comunidade de Santa Marta.

Esses relatos do coordenador, confirmam as informações contidas no quadro acima, sobre os serviços socioassistenciais que concentram as ações de Educação Ambiental (também confirmadas pelos monitores e usuários da ONG).

O coordenador destacou que essas ações eram desenvolvidas nas chamadas “Escolas Comunitárias”, quanto a isso afirmou: “as Escolas Comunitárias são o carro chefe da ONG, esse é o nosso maior projeto”. O coordenador ressaltou ainda que “são cinco escolas em pontos diferentes, nós já tivemos mais de dez. Toda ação do movimento é descentralizado, na sede só funciona palestras, reuniões etc”.

³⁰ Esse é um programa desenvolvido em vários estados brasileiros, está voltado para o processo de inclusão digital.

Esses são exemplos da forma como a transversalidade da Educação Ambiental perpassa os serviços da ONG1, nestes verifica-se uma abordagem mais conservadora da Educação Ambiental³¹.

Deste modo, a prática da Educação Ambiental estava inserida no contexto da temática Meio Ambiente (previsto pelo MDS para o SCFV), presente nas atividades voltadas para o processo educativo dos usuários e se constitui principalmente por discursos que enfatizam o processo de conscientização ecológica.

ONG 2: Segundo a coordenadora, a prática da Educação Ambiental era abordada de forma transversal, e sobre isso destacou: “a prática da Educação Ambiental tem que dialogar com todas as ações da ONG”.

Foi observado que a temática socioambiental fazia parte da política de atuação da ONG, estando presente desde sua concepção, uma vez que como já foi apresentado no capítulo anterior, a missão, visão e valores da ONG eram fortemente marcados pelo discurso da sustentabilidade.

Segundo a ONG, suas ações contribuíam para o “bem estar socioambiental, através da formação de cidadãos comprometidos e aptos a gerarem, difundirem e aplicarem conhecimentos de lutheria, marchetaria e fino acabamento em madeira, coerentes com os princípios de manejo florestal sustentável” (Cf. informações do *site* da instituição).

Nessa direção, a referida ONG nomeava seus projetos como sendo “*socioambientais*” e de “caráter inovador”, os quais “visam unir forças com a comunidade local, sociedade civil e entidades internacionais no resgate de jovens e adolescentes da Amazônia, encaminhando-os a futuros promissores” (Cf. informações do *site* da instituição).

Conforme as informações do quadro acima, o discurso em “respeito ao Meio Ambiente” aparece nos seguintes serviços socioassistenciais: nas oficinas temáticas, nas ações culturais e nos grupos de convivência. Ou seja, observou-se que a prática da Educação Ambiental estava inserida no contexto da temática Meio Ambiente (previsto pelo MDS para o SCFV) e se reproduz a partir de uma perspectiva conservadora.

ONG 3: *Apesar de não termos constatado ações de Educação Ambiental na ONG3 durante a pesquisa documental. Percebeu-se que durante a pesquisa de campo (considera-se os relatos do monitor) que a ONG desenvolvia a prática da Educação Ambiental de forma transversal. Assim, admite-se essas informações como objeto de análise, exposta no próximo tópico.*

³¹ Uma abordagem mais detalhada dessa questão será feita no tópico sobre a prática pedagógica da Educação Ambiental do monitor da ONG1.

Observou-se nas duas ONGs (ONG1 e ONG2) os temas transversais eram tratados como atividades fins, isto é, estavam voltados para a abordagem dos temas ambientais locais (como água, lixo, poluição, reciclagem dentre outros). Nesse sentido, a forma como tem sido disseminada a transversalidade da Educação Ambiental não favorece a efetivação de sua prática no âmbito das ONGs.

Nesse sentido, concorda-se com Layrargues (2001) quando afirma que é preciso ultrapassar o objetivo de conhecer esses temas por si próprios, para tratá-los como temas geradores, estimuladores e instigadores de reflexões para a compreensão, crítica, das relações humanas no e com o ambiente.

É preciso incluir de forma mais efetiva a prática da Educação Ambiental no contexto do SCFV, numa abordagem que deve ir além de seu tratamento enquanto tema transversal. Porquanto, é necessário entender que a temática “*Meio Ambiente*” não abrange a complexidade da questão socioambiental, e sua compreensão enquanto demanda da questão social no contexto da PNAS (2004).

3.3. A prática pedagógica de Educação Ambiental dos monitores das ONGs

Nesse discussão, considera-se os parâmetros que norteiam as intervenções sociais no âmbito específico da proteção social básica³².

Essa análise expõe a forma como os monitores das ONGs *locus* da pesquisa, desenvolviam a prática pedagógica de Educação Ambiental no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)³³.

Assim, focaliza-se as seguintes questões: 1) A identificação dos riscos e vulnerabilidades sociais (estudos do território) para as intervenções na realidade socioambiental dos usuários (diagnóstico social); 2) Planejamento e execução das ações de Educação Ambiental a partir do tema transversal “Meio Ambiente”; 3) Os aspectos teórico/práticos da Educação Ambiental abordada pelos monitores; 4) Os procedimentos de avaliação dos resultados.

³² Considera-se as regulamentações organizacionais específicas para a proteção social básica estabelecidas na PNAS (2004), LOAS (1993) TIPIFICAÇÃO (2009).

³³ Informações da pesquisa de campo e documental.

➤ **Diagnóstico social: a identificação das demandas socioambientais**

Conforme definido na LOAS (1993) e na PNAS (2004), a proteção social básica tem caráter preventivo *e objetiva a antecipação de situações de risco por meio do conhecimento prévio do território e das famílias* (baseia-se na ideia de “Territorialização”, um dos princípios organizativos estabelecidos no SUAS). Ou seja, busca o reconhecimento da presença de *múltiplos fatores sociais e econômicos* que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, considerando o “caráter preventivo e proativo” da proteção social básica, questionou-se aos monitores quanto a forma com que a ONG realizava estudos para a identificar as demandas socioambientais (riscos e vulnerabilidades), no âmbito do diagnóstico social (conhecimento prévio das famílias daquele território). Em outras palavras, quais os instrumentos utilizados pelas ONGs para identificação dessas problemáticas?

Quando indagados sobre essa questão, os monitores da ONG1, ONG2, ONG3, *foram unânimes em afirmar que desconheciam qualquer iniciativa das ONGs voltada para a identificação dos problemáticas socioambientais das comunidades (notou-se desconhecimento até mesmo do diagnóstico social).*

Tal fato se confirma pelos usuários a medida que percebe-se na tabela 08 que a maioria dos usuários, sendo 85% da ONG1, 62% da ONG2 e 70% da ONG3 também afirmaram que as ONGs não faziam atividades voltadas para a identificação dos problemas socioambientais da comunidades.

Tabela 01 – Identificação dos problemas socioambientais na percepção dos usuários entrevistados

Pergunta:	Questões:	ONG1	ONG2	ONG3
A ONG faz alguma atividade voltada para a identificação dos problemas socioambientais da comunidade?	a) Sim	15% (3)	38% (5)	30% (3)
	b) Não	85% (16)	62% (8)	70% (10)

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Por outro lado, alguns usuários, sendo da ONG1 (15%), ONG2 (38%) e ONG3 (30%), disseram que a ONG desenvolvia atividades voltadas para a identificação das demandas socioambientais.

Todavia, observa-se um certo equívoco nas respostas dos usuários, pois ao serem questionados sobre essa questão, afirmaram:

ONGs	Respostas dos usuários
ONG1	<ul style="list-style-type: none"> -Realização de palestras sobre a poluição causada pelo lixo, sobre a preservação da água, brincadeiras, jogos, etc; -Palestras sobre os perigos de usar drogas; -Falando mais sobre o problema, doenças e reciclagem; -Juntando garrafa pet para reciclagem.
ONG2	<ul style="list-style-type: none"> -Nas palestras nós mesmos informamos sobre os problemas que enfrentamos nas comunidades; -Participamos de palestras sobre preservação; -Coleta de lixo; -Economia de energia.
ONG3	<ul style="list-style-type: none"> -Tirar lixo das ruas; -Palestras, juntar garrafas pet, orientar os moradores a não jogar lixo nas ruas; -Palestras, diálogos, e através de pessoas que já passaram por isso e passam o conhecimento à todos; -Manter as ruas e o meio ambiente limpos; -Palestras; -Quando devastaram a floresta aqui da ONG, fizeram uma palestra falando o motivo do desmatamento; -Ajudando com o lixo, com o caso da água parada por causa da dengue.

Quadro 17 - Percepção dos usuários sobre as atividades das ONGs voltadas para a identificação dos problemas socioambientais da comunidade.

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Observou-se uma certa incompreensão dos usuários sobre o significado da expressão “identificação das problemas socioambientais”, a qual refere-se a questão do diagnóstico dos riscos e vulnerabilidades para a definição de estratégias de intervenção social.

Nesse sentido, é possível inferir que a compreensão dos usuários estava relacionada ao conteúdo de discussões sobre o processo de degradação do ambiente e a sua visibilidade nas comunidades. Ou seja, não se tratava da identificação socioambiental por meio de diagnóstico social para as possíveis intervenções das ONGs, mas de ações direcionadas para reverter as agressões ao ambiente.

Portanto, notou-se que as ONGs não realizavam a identificação das desproteções sociais e ambientais do território vivenciado pelos usuários (essa informação foi confirmada nos relatos dos monitores e usuários e nas observações de campo).

À vista disso, foi constatada a inexistência do diagnóstico das demandas sociais e ambientais, em observância aos critérios determinados na PNAS (2004), os quais refere-se à importância da *centralidade do território* como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento.

Sposati (2009) destaca que ao trabalhar com o território, entende-se que existe a necessidade de conhecer os espaços em que a população vive, observando a heterogeneidade dos espaços e de cultura, valores, referências e hábitos.

De acordo com a PNAS (2004), o conhecimento das condições de vida (diagnóstico) presentes no local onde as pessoas residem, viabiliza o trabalho contextualizado e capilarizado, no território, como fator diretamente associado à proteção ou desproteção social dos indivíduos.

Logo, o *caráter preventivo da proteção social básica e da Educação Ambiental* pressupõe a realização de diagnóstico socioambiental (uma *visão panorâmica da realidade do usuário*), um elemento determinante para o conhecimento prévio do contexto *socioambiental* em que está inserido o usuário³⁴.

Nesse contexto, o foco do diagnóstico deveria ser no *ambiente vivido, desvendando* a presença e/ou ausência de suporte social, devendo ser este o ponto de partida para a identificação dos riscos e vulnerabilidade de cada território, uma vez que entende-se que o diagnóstico deve identificar e agrupar as demandas socioambientais, visando subsidiar a elaboração da proposta de intervenção social por meio da prática da Educação Ambiental.

Portanto, nesse estudo, compreende-se que o *diagnóstico* na interface entre a Educação Ambiental e a Assistência Social deve ser realizado no início de qualquer ação, pois pode contribuir para: **a)** O mapeamento das questões socioambientais específicas da área de intervenção; **b)** O conhecimento das necessidades, valores e potenciais dos usuários; **c)** A identificação das características ambientais, sociais e econômicas relevantes; **d)** O planejamento de estratégias interventivas.

³⁴ Essa ideia se baseia nos pressupostos que fundamentam a territorialização prevista na PNAS (2004) e, portanto, exige maior aprofundamento das características da política para ser colocada em prática.

➤ **Planejamento: as definições de abordagem da Educação Ambiental enquanto tema transversal**

Quanto ao planejamento dos monitores, focaliza-se a forma como eram programadas as ações de Educação Ambiental a partir das definições de sua aplicabilidade enquanto tema transversal “Meio Ambiente” nas atividades desenvolvidas pelas ONGs com os usuários. Para isso, tomamos como referência os dados da pesquisa de campo e documental (como fonte principal as entrevistas com os coordenadores e os monitores).

ONG1: De acordo com o coordenador, a ONG fazia um “planejamento anual das atividades, ou seja, todo início de ano a equipe pedagógica se reunia com os monitores” conforme destacou o coordenador “esse é um processo que se caracteriza como sendo um período de formação”. Destacou ainda, que “nesse momento cada monitor tem autonomia para desenvolver seu planejamento e definir as temáticas que vão trabalhar com os usuários durante todo o ano”.

Segundo consta no *Plano de Ações* da referida ONG, as atividades eram planejadas uma vez ao mês e aconteciam da seguinte maneira: “no momento do planejamento os monitores tinham formação continuada norteada pela perspectiva da “pedagogia Freiriana” e, também, tinham orientação pedagógica para elaboração das temáticas a serem trabalhadas no mês” (fato não constatado na entrevista com a monitora).

A monitora confirmou que o planejamento acontecia de duas formas, anual e mensal. Destaca ainda que, *os critérios de escolha dos temas estavam em consonância com as datas comemorativas indicadas no calendário anual.*

A monitora afirmou que eram várias as temáticas abordadas, tais como: sexualidade, o uso de drogas, gravidez na adolescência, violência contra a mulher, abuso infantil, dentre outras (Cf. Monitora Entrevistada - ONG1).

Portanto, o tratamento do tema transversal “Meio Ambiente” na ONG seguia as mesmas orientações de abordagem das outras temáticas sociais.

ONG2: Segundo a monitora, o planejamento era realizado semanalmente (todas as sextas feiras), sendo este denominado de “encontro pedagógico”, que se constitui numa reunião entre todos os profissionais da ONG (equipe pedagógica). Nesse instante, se estabelecia um diálogo entre a equipe pedagógica e os monitores e configurava-se como sendo um momento de planejamento e avaliação das atividades.

A monitora destacou que os temas transversais eram pré-definidos pela equipe pedagógica e em seguida repassados aos monitores. Quanto aos critérios para a definição das temáticas a monitora destaca:

Geralmente os temas eram definidos *a partir das datas comemorativas estabelecidas no calendário anual*. Outras vezes *a escolha da temática ficava a critério dos monitores*, sobre isso afirma: “durante o ano inteiro escolhi apenas um tema transversal, só não no mês passado porque eles deixaram em aberto, então, eu escolhi o tema cultura, essa foi a única vez, mas foi somente o mês passado, o mês de fevereiro”.

A monitora destacou ainda que algumas vezes *a escolha das temáticas partiam das demandas sociais dos usuários*. Sobre isso declara: “as vezes observa-se as necessidades dos usuários e procuramos trabalhar as temáticas a partir disso, por exemplo, percebemos que alguns usuários sofriam violência familiar, sobretudo violência contra a mulher e chegamos a abordar essa temática”.

Desse modo, *era nesse contexto que estava inserido o tema transversal “Meio Ambiente”* nas ações da ONG.

ONG3: Segundo o monitor, o planejamento da ONG era realizado uma vez por mês. Nesse sentido, as atividades eram planejadas de forma específica e variavam conforme as Oficinas desenvolvidas por cada monitor, em outras palavras, cada monitor era responsável por fazer seu próprio planejamento.

Para tanto, de acordo com o monitor, obedecia-se os parâmetros estabelecidos pela equipe pedagógica da ONG e também pela SEAS, que as vezes determinava algumas ações a serem desenvolvidas com os usuários.

Quanto aos temas transversais eram sugeridos no planejamento e abordados durante as Oficinas. Segundo o monitor, era a própria equipe pedagógica que fazia a escolha das temáticas, as quais eram distribuídas entre os monitores e incluída no planejamento das atividades específicas de cada Oficina desenvolvida com os usuários.

Os critérios para a escolha dos temas envolviam as seguintes questões: *as datas comemorativas do calendário anual* e, também, as datas já definidas na programação do calendário da SEAS.

Portanto, notou-se que a prática da Educação Ambiental era abordada na perspectiva do tema transversal Meio Ambiente, sendo tratada com mais frequência nas comemorações da Semana do Meio Ambiente.

Em suma, observou-se que o formato organizacional de planejamento das ONGs constitui-se de forma particular e diferenciada, mas percebeu-se algumas questões que são comuns entre as ONGs, as quais destacam-se:

a) Inexistência de articulação entre a definição, a execução, o acompanhamento e monitoramento das ações no âmbito da proteção social básica (evidencia-se a observância das particularidades da gestão do SUAS); **b)** A programação para a execução das ações de Educação Ambiental se limitava ao tratamento dos temas transversais; **c)** As ONGs não realizavam um planejamento participativo pautado no diagnóstico (inexistente) da realidade socioambiental dos usuários;

Conforme a PNAS (2004) destaca, o planejamento assume o papel central como estratégia de celebração para o pacto de aprimoramento da gestão e qualificação dos serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS.

Nesse sentido, a PNAS (2004) enfatiza que o planejamento deve ter como base o princípio de prevenção e proteção proativa, por meio do planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidades e riscos (BRASIL, 2004).

Além disso, segundo a PNAS (2004) o planejamento, a partir do estudo do território, possibilita orientar suas ações para o alcance da universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias que estão em situações similares de risco e vulnerabilidade (BRASIL, 2004).

Nesse estudo, entende-se que o planejamento, em se tratando da prática da Educação Ambiental, se constitui em um conjunto de ações sistemáticas e continuadas e requer preparação, reflexão e orientação.

Para tanto, precisa levar em conta os seguintes critérios: definição do público-alvo e do objetivo a ser alcançado; seleção do conteúdo e temáticas apresentadas; adequação da linguagem e das estratégias, levando em consideração os conhecimentos, as vivências e o vocabulário do público-alvo; desenvolvimento de estratégias para realização do objetivo escolhido; dimensão das ações propostas; estabelecimento de parcerias para execução da proposta; elaboração de cronograma de execução das atividades (PÁDUA E TABANEZ, 1998).

➤ **Os aspectos teórico/práticos que caracterizam a abordagem pedagógica da Educação Ambiental dos monitores**

Antes de adentrar-se especificamente nos aspectos teórico/prático da Educação Ambiental evidenciados na prática pedagógica dos monitores das ONGs, *inicialmente serão mostradas as duas principais tendências da Educação Ambiental na visão de Isaia (2001)*, que constitui a base teórica principal a ser utilizada neste estudo na caracterização da prática da Educação Ambiental das ONGs pesquisadas.

Isaia (2001) identifica genericamente duas concepções da Educação Ambiental, uma *conservadora* e outra *crítica, emancipatória e transformadora*, em razão de que ambas apresentam projetos bastante diferentes de sociedade, sobre isso destaca-se:

A primeira concepção, **conservadora**, reproduz o sistema social vigente, abrangendo valores de ordem política, econômica, social e cultural. Dessa forma, o conhecimento é evidenciado como elemento central do processo educacional, sendo ele considerado instrumento de preparação e adaptação dos indivíduos na sociedade.

Nesta concepção, a prática da Educação Ambiental tem por função preparar os usuários para atuarem na sociedade, respeitando suas características de desenvolvimento, e os valores culturais instituídos pelos grupos predominantes do poder (ISAIA, 2001).

A segunda **concepção, crítica, emancipatória e transformadora**, tem como compromisso a transformação da ordem social vigente, criticando a realidade historicamente dada, propondo a alteração nas injustas e nas relações de poder, tendo como base a participação do sujeito, proporcionando a autonomia e emancipação dos usuários, a fim de exercer sua cidadania.

Nessa perspectiva, a prática da Educação Ambiental enfatiza os aspectos sociais, históricos e culturais do processo educacional, possui uma abordagem sociopolítica de valorização do indivíduo no âmbito coletivo, de interdisciplinaridade na organização do ensino, articulando o conhecimento com as questões sociais. Assim, a prática da Educação Ambiental busca a formação de sujeitos sociais críticos, sendo um instrumento de transformação, visando ações críticas transformadoras no interior da sociedade capitalista (ISAIA, 2001).

Os pressupostos teóricos e práticos apontados por Isaia (2001) sobre as duas tendências principais de abordagem da Educação Ambiental (conservadora e crítica, emancipatória e transformadora), são objeto de análise da autora Tozoni-Reis (2007), que no contexto dessas

duas concepções sintetiza algumas especificidades quanto as configurações práticas da Educação Ambiental, as quais são:

- ✓ *De fundo disciplinatório e moralista*: a prática da Educação Ambiental como promotora das mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados;
- ✓ *De fundo ingênuo e imobilista*: a prática da Educação Ambiental voltada para a sensibilização ambiental;
- ✓ *De caráter ativista e imediatista*: a Educação Ambiental centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza;
- ✓ *De caráter racionalista e instrumental*: a Educação Ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência uma relação mais adequada com o ambiente;
- ✓ *De caráter crítico, emancipatório e transformador*: a Educação Ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social – socioambiental.

A seguir será apresentado, uma análise mais detalhada sobre as particularidades didático/pedagógica da prática de Educação Ambiental reproduzidas pelos monitores das ONGs. Para tanto, considera-se as referências teóricas de Isaia (2001) e Tozoni-Reis (2007).

Nesse sentido, quanto aos aspectos que compreendem a prática pedagógica da Educação Ambiental dos monitores, destacam-se as seguintes questões:

a) Em relação os dispositivos legais que norteavam a prática da Educação Ambiental dos monitores das ONGs.

Em seus relatos, os monitores das três ONGs pesquisadas, demonstraram desconhecer os aspectos históricos da Educação Ambiental e seus desdobramentos no contexto nacional e internacional. *Isso significa que os monitores ignoravam questões como: a) Os importantes eventos nacionais e internacionais que debateram a crise ambiental (Encontro de Belgrado - 1975, Conferência de Tbilisi – 1977, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, ou Rio-92 – 1992, dentre outros); b) Os principais documentos oficiais que sugeriram no contexto dessas discussões (Agenda 21, Carta da Terra, Tratado de*

Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, dentre outros);
c) *As leis que regulamentaram a Educação Ambiental no país.*

Neste estudo, evidencia-se que é fundamental conhecer o processo histórico da Educação Ambiental para a efetivação de sua prática. Nessa perspectiva, concorda-se com Adams (2012, p.248), de que há necessidade da disseminação dos documentos que legitimam a Educação Ambiental, especialmente a Política Ambiental e as Diretrizes, para que os docentes “possam aprimorar suas práticas tornando a Educação Ambiental interdisciplinar, em todas as séries e em todas as disciplinas”.

b) *Quanto as características teórico/prática impressas na abordagem da Educação Ambiental das ONGs.*

ONG1: Conforme vimos anteriormente, considera-se que a prática da Educação Ambiental na ONG era disseminada de forma transversal e permeava apenas as atividades socioeducativas e o curso de informática (informações da pesquisa documental).

Nesse sentido, conforme relatos da monitora, *as ações se constituíam principalmente na realização de palestras* (eram preparadas apresentações em *power point*) *e diálogos informais em rodas de conversas*. E também por “brincadeiras e dinâmicas lúdicas que proporcione o desenvolvimento da leitura e escrita – mediação de leitura, gincana de português e matemática” (Cf. pesquisa documental. 2015).

A monitora destacou que o foco das ações era na conscientização dos usuários sobre a conservação do ambiente e o estímulo para o uso de práticas sustentáveis. Então, segundo a monitora, a consciência ecológica deles era diariamente estimulada. Em relação a essa questão a monitora afirma:

Nós trabalhamos essa temática todos os dias do ano, quando, por exemplo, explicamos as crianças e os adolescentes por que optamos por não utilizar o copo descartável, porque separar o lixo, porque aproveitar o resto de alimentos, como a casca da banana para o adubo de plantas. E orientamos eles a levarem essa ideia a diante, para casa, igreja e comunidade.

Notou-se que as atividades desenvolvidas pela ONG se baseavam na perspectiva conservadora da Educação Ambiental, voltadas para a *busca de mudança de comportamento e se concentrava no discurso do “Consumo Sustentável”*.

Layrargues; Lima (2011) destaca que

[...] essa vertente responde à “pauta marrom” por ser essencialmente urbano industrial, acaba convergindo com a noção do Consumo Sustentável, que também se relaciona com a economia de energia ou de água, o mercado de carbono, as ecotecnologias legitimadas por algum rótulo verde, a diminuição da “pegada ecológica” e todas as expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas, demográficas, comportamentais (LAYRARGUES, LIMA, 2011, p. 09).

Segundo Quintas (2009, p. 45), a ideia implícita nesta concepção “é de que, se cada um passasse a consumir apenas o necessário, a reaproveitar ao máximo os produtos utilizados e a transformar os rejeitos em coisas úteis, em princípio estariam ‘fazendo a sua parte’ para evitar a degradação ambiental”.

A monitora enfatizou que *as ações de Educação Ambiental não aconteciam com muita frequência nas atividades desenvolvidas pela ONG*. E justificou dizendo que: “a prioridade nas abordagens dos temas transversais eram os temas sociais” e citou como exemplo: “as drogas, a gravidez na adolescência, a formação profissional, além de outros”. Sendo assim, evidencia-se que a ONG abordava as demandas socioambientais fora do contexto das questões sociais.

O fato é que, de acordo com a monitora, *as ações de Educação Ambiental eram intensificadas somente na Semana do Meio Ambiente*.

Mas a monitora ressaltou que em tempos passados a ONG desenvolvia um projeto voltado especificamente para o tratamento das questões ambientais, “chamado *Equipe do Meio Ambiente - (EMA)*”³⁵, e tinha como objetivo principal a conscientização ambiental da comunidade”.

Sobre isso a monitora afirmou:

A EMA produziu frutos em muitas comunidades onde atuamos, pois a partir das ações do projeto as pessoas começaram a evitar o consumo de produtos descartáveis e passaram a comprar seus próprios utensílios como: pratos, colheres, copos e outros. (Entrevistada ONG1).

Além dessa atividade, a ONG também participava ativamente de processos direcionados para a reciclagem de materiais. Segundo a monitora, essa prática funcionava da seguinte forma: a ONG tinha uma parceria com a Eco-recicla³⁶ em que recebia doações de resíduos das comunidades, tais como: garrafas pets, papelão, caixas de leites dentre outros objetos, e a partir dessa matéria- prima a Eco-recicla produzia vassouras e outros produtos.

³⁵ Esse projeto também foi mencionado pelo coordenador da ONG.

³⁶ A ECO-RECICLA é uma associação de catadores intitulada de “Rede de Catadores e Reciclagem Solidária”, cujo objetivo é a geração de ocupação e renda por meio da coleta e catação de materiais recicláveis. Visa ainda à capacitação e resgate da cidadania de seus membros por meio da economia solidária. Informação disponível no site: <http://ecolmeia.org.br/programa-eco/> Acesso: 14/09/2016.

Observou-se dois aspectos importantes na prática de Educação Ambiental promovida pela ONG1, dentre os quais destacam-se: a) a prática da Educação Ambiental se apresentava de forma parcial e aleatória, ou seja, não havia uma constância nas ações que tratavam sobre as questões ambientais; e b) as abordagens tinham o foco nos assuntos relacionados ao “consumo exacerbado”, a “reciclagem” e ao “descarte de lixo”. Assim, na análise dos discursos, notou-se que as ações estavam voltadas para a “mudança do comportamento” dos usuários, para o processo de “conscientização ambiental”.

Mas, a ONG afirmava que seus fundamentos estavam baseados na perspectiva da “*pedagogia Freiriana*”³⁷, a qual se voltada para a “valorização do conhecimento tácito dos seus usuários e fomentando a ampliação do conhecimento, bem como contribuindo para a formação crítica dos seus beneficiários” (pesquisa documental). Nessa direção, o processo ensino/aprendizagem se baseava no *conhecimento prévio*, que correspondia ao conhecimento dos usuários sobre a temática apresentada (percebeu-se algumas contradições quanto a essa questão nos relatos dos usuários).

Contudo, em relação à prática da Educação Ambiental observou-se que as ações da ONG caminhavam na contramão dos aspectos aprofundados na pedagogia de Paulo Freire, visto que foi constatada uma prática baseada na *perspectiva conservadora da Educação Ambiental* (ISAIA, 2001).

Portanto, a prática de Educação Ambiental, concebida pela ONG como “conscientização ambiental”, se baseava em conhecimentos científicos para explicar os efeitos da degradação ambiental. Isso, conseqüentemente, condiciona a mudança de atitudes individuais e configura-se nas seguintes atividades: não jogar lixo nas ruas, fechar a torneira ao escovar os dentes, não lavar a calçada com mangueira de água, fechar a torneira ao lavar pratos, reutilizar papel, plantar árvores, dentre outros.

Isso significa que a prática pedagógica da Educação Ambiental do monitor da ONG1 se baseava em uma concepção de *fundo disciplinatório e moralista*, ou seja, tem o foco na “mudança de comportamentos considerados ambientalmente incorretos” (TOZONI - REIS, 2007).

³⁷ O legado da pedagogia de Paulo Freire que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida (FREIRE, 1997).

Nessa perspectiva, os problemas socioambientais são entendidos como uma desordem (desarmonia de uma ordem harmônica), uma disfunção de indivíduos equivocados em seus comportamentos (TOZONI - REIS, 2007).

Dessa maneira, o enfrentamento e superação dos problemas “socioambientais” é submetida apenas à mudança de comportamentos individuais, pautadas em um padrão de vida individualista e racional.

ONG2: Segundo a coordenadora, a prática da Educação Ambiental era abordada de forma transversal no âmbito dos serviços socioassistenciais, a coordenadora enfatiza ainda que: “a prática da Educação Ambiental tem que dialogar com todas as ações”.

Observou-se que as bases sustentáveis que fundamentam as ações da ONG não alcançavam a prática pedagógica de Educação Ambiental dos monitores. Ou seja, percebeu-se que a perspectiva de sustentabilidade não era o foco principal na efetivação da prática da Educação Ambiental com os usuários.

Em relação a isso, a monitora destacou: “fica muito difícil dissertar sobre a sustentabilidade se o próprio monitor não tem uma compreensão sobre isso, esse tema fica subentendido para nós e deixamos subentendido para os usuários”.

Em outras palavras, verificou-se que os aspectos da sustentabilidade presentes no discurso da ONG se referiam particularmente ao projeto sobre *lutheria*. Nesse contexto, suas bases sustentáveis estavam ancoradas na concepção de *desenvolvimento sustentável* evidenciada no *Relatório de Brundtland*, a qual afirma que esse tipo de desenvolvimento: “atende as necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”. Ou seja, são norteadas pela ideia de que para “garantir um ambiente equilibrado e um futuro promissor às próximas gerações se exige um esforço coletivo” (essas informações também constavam nos panfletos distribuídos pela instituição).

Assim, conforme vimos (pesquisa documental), o discurso em “respeito ao Meio Ambiente”, no contexto da proteção social básica, aparecia nas seguintes ações da ONG: nas Oficinas temáticas, nas Ações Culturais e nos Grupos de Convivência.

Quanto a prática da Educação Ambiental na ONG, a coordenadora citou como exemplos: a “reutilização de materiais por meio da reciclagem, o empoderamento de povos tradicionais na defesa de seus direitos e a conscientização sobre a utilização dos recursos naturais de forma sustentável”.

Algumas atividades que estavam em destaque no *site* da instituição:

Visita ao Bosque da Ciência (INPA). Esse evento é uma proposta de inclusão de temas transversais e passeios culturais do projeto Fortalecimento Familiar e Comunitário desenvolvido pela Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA) em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS) (Cf. *site* da instituição).

Visita ao Zoológico do CIGS. A atividade faz parte do projeto Fortalecimento Familiar e Comunitário em parceria com a SEAS que objetiva por meio dos passeios a espaços públicos de Manaus o acesso às diversas manifestações artísticas, culturais e ambientais, possibilitando as vivências e experiências que alimentam sua criticidade sobre os espaços visitados (Cf. *Site* da instituição).

Segundo consta no *site*, depois desses momentos (passeios e visitas) eram realizadas as “rodas de conversas” dentro dos Grupos de Convivência para que os participantes pudessem falar sobre suas percepções e reações ao ambiente visitado (Cf. *site* da Instituição).

Além disso, eram feitas *Oficinas no “Espaço Ecoethos da Amazônia”*³⁸, que de acordo com o *site* da ONG tratava-se do momento em que

eram reveladas as decisões coletivas que o ser humano faz em torno dos recursos naturais e suas consequências, tanto de modo positivo quanto negativo, e os participante eram levados a entender melhor sobre a importância de cuidar da natureza, além de tomar decisões sustentáveis no dia a dia (Cf. *site* da Instituição).

Entretanto, a monitora fez algumas observações quanto as limitações da prática da Educação Ambiental na ONG, isto é, enfatizou que suas ações não envolviam todas as atividades desenvolvidas com os usuários (observou-se que em tempos passados a questão socioambiental tinha um foco maior nas ações da ONG).

Esse fato é alvo de crítica pela monitora, uma vez que compreende a ONG como um espaço favorável a abordagem das questões socioambientais. Quanto a isso afirma: “a cara da ONG é bem ambiental, você chega e já encontra uma casa de madeira, pintada de verde, tem árvores nos ambientes abertos. Tudo isso é muito produtivo, por que faz com que o usuário reflita sobre a conscientização ambiental”.

Em relação aos procedimentos metodológicos, de acordo com a monitora, geralmente os temas transversais eram abordados por meio de *rodas de conversas*. E também, a equipe pedagógica oferecia alguns recursos didáticos, sendo estes: vídeos, aparelho de som, *data show* e lousa. Ademais, acrescenta a monitora: “faço pesquisa na internet sobre o conteúdo da temática e trago cópias para os usuários” (Monitora entrevistada na ONG2).

A ONG afirma que oferece Oficinas de Educação Ambiental a qual visava “desenvolver ações de educação para sociedades sustentáveis, pautada na pedagogia de Paulo Freire³⁹, de

³⁸ Trata-se de um recurso educativo interativo que é formado por quatro estações representando simbolicamente os quatro elementos biofísicos (água, ar, fogo e terra).

³⁹ Não observamos esse prática pedagógica durante a pesquisa de campo (considerando a entrevista da monitora e o relato dos usuários das ONGs).

cunho participativo, de educação popular cidadã e socioambiental” (Cf. informações do *site* da instituição).

Contudo, notou-se que a prática da Educação Ambiental da ONG se fundamentava numa *perspectiva conservadora* (ISAIA, 2001), e se caracterizava de *fundo ingênuo e imobilista*, isto é, está voltada para a sensibilização ambiental (TOZONI-REIS, 2007). Se baseia na ideia de sensibilizar para preservar, com o discurso focado na “mudança de comportamento”, sem que as ações gerem uma reflexão crítica sobre a crise ambiental. Portanto, denota-se uma tendência de alteração de atitude descontextualizada da realidade socioambiental (GUIMARÃES, 2004).

Essa noção está vinculada à mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os usuários com a causa socioambiental. Ou seja, reproduzem a hegemonia dos padrões dominantes (sistema capitalista) e favorecem a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas.

Por esse ângulo, a prática da Educação Ambiental é “entendida enfaticamente em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas de sensibilização, com a secundarização ou baixa compreensão de que a relação do eu com o mundo se dá por múltiplas mediações sociais” (LOUREIRO, 2004a, p. 80).

Destarte, essa concepção de Educação Ambiental apela para o desenvolvimento da *afetividade e sensibilidade* na relação com a natureza, a fim de tornar as pessoas mais suscetíveis e sensíveis às campanhas de preservação da natureza (LOUREIRO, 2006; QUINTAS, 2009; LIMA, 2004).

ONG3: Cabe destacar, que não foi constatada a prática da Educação Ambiental na ONG3 durante a pesquisa documental. Porém, durante a pesquisa de campo, que nesse caso refere-se as entrevistas com os monitores e usuários, foram identificadas algumas sinalizações de que a ONG3 também desenvolvia a prática da Educação Ambiental de forma transversal.

Nesse sentido, *segundo relatos do monitor, a ONG promovia a prática da Educação Ambiental a partir da abordagem dos temas transversais*. Sobre isso o monitor esclareceu: “a Educação Ambiental era desenvolvida principalmente durante as Oficinas” (fato não confirmado na análise documental). Quanto a isso, destacou: “a prática da Educação Ambiental estava inserida na oferta de atividades como: Palestras, Cursos de Musicalização e Artes Cênicas; Prática de desporto; Recreação através de jogos cooperativos”.

O monitor enfatizou que na Oficina que ministrava aulas (refere-se a prática de desporto - capoeira) a prática da Educação Ambiental não se limitava apenas a sua abordagem enquanto

tema transversal - “Meio ambiente”. Em relação a isso, afirmou: “tudo que eu trabalho procuro envolver a questão da sustentabilidade” (fato não confirmado com os usuários).

Citou ainda como exemplo, a confecção de instrumentos de capoeira feitos a partir dos recursos naturais encontrados na mata da própria ONG. Nesse sentido, o monitor enfatizou: “em uma das minhas aulas ensinei a confeccionar o agogô, primeiro fiz uma abordagem teórica sobre sustentabilidade, e depois, na prática ensinei como cortar a Envira para que crescesse novamente”.

Nesse movimento, pode-se deduzir uma certa disposição para a prática interdisciplinar da Educação Ambiental (cabe destacar que isso não é uma orientação da ONG e sim uma iniciativa individual do profissional).

De acordo com o monitor, a abordagem da Educação Ambiental nas Oficinas acontecia a partir de aulas teóricas e práticas (fato não confirmado pelos usuários).

Em relação à metodologia utilizada, de acordo com o monitor, os instrumentos variavam conforme a temática escolhida, e, geralmente a equipe pedagógica disponibilizava os materiais necessários. Então, os monitores faziam a leitura e tiravam suas dúvidas com a equipe, agregando aos seus planejamentos as informações sobre as temáticas, que seriam repassadas aos usuários durante as Oficinas.

Sobre essa questão, o monitor declarou que normalmente para a prática da Educação Ambiental recorria-se aos seguintes instrumentos: rodas de conversa, visitas, sala áudio visual, filmes, relatórios, palestras, dentre outras. Além disso, eram feitos passeios em que os usuários faziam relatos de experiência.

Contudo, o monitor acrescentou que durante a abordagem das temáticas transversais, incluindo o tema Meio Ambiente (relação ensino/aprendizagem), todos os monitores tinham autonomia para utilizar-se de toda a sua criatividade (didático/pedagógica) para tratar sobre o conteúdo do tema com os usuários.

Diante disso, constata-se que a prática da Educação Ambiental na ONG3 se baseava em uma *visão conservadora voltada para um discurso preservacionista*, já que buscava o conhecimento dos aspectos ecológicos da questão socioambiental. À vista disso, verificou-se que esse tipo de abordagem assume um *caráter racionalista e instrumental*, isto é, neste a Educação Ambiental volta-se para a transmissão de conhecimentos, técnico-científicos, sobre os processos ambientais, que teriam como consequência uma relação mais amistosa com o ambiente (TOZONI-REIS, 2007).

Esta concepção concebe a crise ambiental como resultado da “perda de capacidade de compreensão do funcionamento dos sistemas ecológicos, e por isso há confusão entre conteúdos

ecológicos e abordagem biologicista” (LAYRARGUES, 2002, p.192). Com argumentos baseado no ideário utilitarista, a superação da crise ambiental seria o “resultado do somatório de ações individuais decorrentes da transformação da conduta de cada pessoa, na sua relação com a natureza” (QUINTAS, 2009, p. 45). Por conseguinte, a sustentabilidade somente seria atingida quando todos adotassem práticas sustentáveis, cotidianamente, na sua esfera de ação.

Em suma, entende-se que é necessária que seja ampliada a discussão sobre a prática da Educação Ambiental no âmbito da proteção básica da Assistência Social, no sentido de buscar *o rompimento com perspectiva conservadora* da Educação Ambiental.

Logo, essa prática não deve se basear apenas na busca pela *mudança de comportamentos considerados ecologicamente incorretos* (conforme o discurso da monitora da ONG1). Ou ainda no simplório *protecionismo do verde ecologista* com ações voltadas para sensibilização ambiental (como foi depreendido do discurso da monitora da ONG2). Além disso, não pode ser reduzida a uma simples visão ecologista ou naturalista baseada na transmissão de conhecimentos técnico-científicos, assentando-se como uma simples questão ética (conforme foi evidenciado nos relatos do monitor da ONG3).

Neste estudo, acredita-se que a resolução dos problemas socioambientais “não se resolve com a assepsia científicista, seja esta ecológica, biológica ou tecnológica; sua resolução se localiza no campo da cultura, do imaginário social, dos valores e da organização política e econômica global” (LUZZI, 2005, p. 398). E, tampouco, não deve perder de vista sua legitimidade social, visto que as questões socioambientais são consideradas expressões da questão social e a prática da Educação Ambiental, enquanto instrumento de enfrentamento dessas demandas, portanto, deve ser referenciada como: transversal, interdisciplinar e integrada as outras políticas.

Isso significa que no contexto da PNAS (2004) (na proteção social básica) a Educação Ambiental deve ser baseada no que Tozoni-Reis (2007) compreende como sendo *uma prática da de caráter crítico, emancipatório e transformador*, vista como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos da complexidade ambiental, com atitudes, valores e comportamentos que tenham como objetivo a construção de uma sociedade sustentável que considere a dimensão socioambiental (TOZONI-REIS, 2007).

➤ **A Avaliação de resultados: os procedimentos dos monitores das ONGs locus da pesquisa.**

A PNAS (2004) enfatiza que no contexto da proteção social básica, é preciso realizar a o acompanhamento e avaliação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais e elenca indicadores avaliativos condizentes com esse nível de proteção (Tipificação, 2009).

Em relação à forma de avaliação utilizada pelos monitores das ONGs, cumpre destacar:

ONG1: De acordo com a monitora, *a avaliação era realizada no final de cada atividade e se constituem em um momento de conversa com os usuários*. Depois disso, os monitores faziam um relatório enfatizando os aspectos da aprendizagem dos usuários, caso houvesse falhas no processo de assimilação do conteúdo ensinado ou o não atingimento dos objetivos, a atividade era refeita a partir de outros métodos de abordagem de conteúdo, conforme orientações da Assistente Social.

ONG2: A monitora destacou que, *a cada dois meses era feita uma avaliação escrita e anônima com os usuários sobre as atividades promovidas pela ONG*. Nesse sentido, a monitora enfatizou: “se os usuários sugerirem mudanças, estas são discutidas entre a equipe pedagógica e às vezes são acatadas pela ONG”.

ONG3: De acordo com o monitor, *não havia uma avaliação direta com o usuários*, acontecia apenas uma abordagem individual, e se fosse percebido algo fora do contexto normal. O que existia era uma avaliação institucional, que acontece duas vezes ao ano, *tratava-se de uma pesquisa de opinião* junto aos usuários sobre a qualidade das ações desenvolvidas pela ONG, em que era apreciado o que estava bom ou o que poderia ser melhorado.

Observou-se que *nas ONGs a avaliação era entendida como um mero instrumento utilizado para a aferição das atividades*. Então, *o foco não era na revisão periódica do processo para fazer possíveis correções e traçar novas diretrizes, mas apenas nos resultados como um todo*. Em outras palavras, a avaliação nas ONGs era vista como um “momento final”, já que não forneciam informações quanto aos diferentes procedimentos usados, visando adequar as ações de intervenção social às necessidades do público-alvo.

Entende-se que a avaliação deve ser encarada como um processo capaz de contextualizar as atividades (considera-se as abordagens de Educação Ambiental), desde o seu processo de formulação e implementação, e também capaz de oferecer elementos de aperfeiçoamento sistemático. Ou seja, é um processo de reflexão sobre a organização de ideias e a composição de etapas numa dimensão mais ampla.

À vista disso, corrobora-se com Baptista (2000) de que a avaliação deve estar presente dialeticamente em todo o processo do planejamento das ações, porquanto quando se inicia a ação planejada, também tem início a avaliação, independentemente de sua formalização em documentos. Portanto, a avaliação não é o “momento final”, mas a etapa em que o processo ascende a outro patamar, reconstruindo dinamicamente seu objeto, objetivos e procedimentos.

A tabela 02 sinaliza o grau de participação dos usuários nas avaliações das atividades que foram desenvolvidas nas ONGs.

Tabela 02 – Avaliação das atividades voltadas para a prática da Educação Ambiental nas ONGs

Pergunta:	Questões:	ONG1	ONG2	ONG3
Você participa de alguma avaliação feita pela ONG sobre as atividades desenvolvidas?	a) Sim	5% (2)	7% (3)	23% (3)
	b) Não	80% (17)	93% (12)	77% (10)

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Observa-se que a maioria dos usuários afirmaram não participar de qualquer *avaliação sobre as atividades desenvolvidas pelas ONGs*. Isso denota que os caminhos traçados pelas ONGs não têm a intenção de esclarecer as questões: *para onde estamos indo?* e *onde queremos chegar?*

Destarte, acredita-se que as ações preventivas/proativas das abordagens da Educação Ambiental só terão impactos se entendidas como *ações educativas pautadas na reflexão das pessoas* sobre seus valores, suas necessidades e a disposição de construir individual e coletivamente processos de transformação socioambiental.

Na prática da Educação Ambiental, no contexto da proteção social básica da PNAS (2004), evidencia-se a importância da avaliação como uma ferramenta capaz de delinear o percurso e de refazê-lo (traçados todos os princípios da perspectiva crítica, emancipatória e transformadora da Educação Ambiental) no momento propício, visando sempre os aspectos que levam ao alcance da sustentabilidade no âmbito da PNAS (2004).

3.4. A Concepção de Ambiente dos monitores e usuários das ONGs: a complexidade da questão socioambiental

Segundo Reigota (1995) a Educação Ambiental tem sido disseminada a partir da *concepção de ambiente*. Dias (2003), confirma essa percepção e afirma que as perspectivas teórico/práticas de abordagens da Educação Ambiental estão diretamente relacionadas aos conceitos atribuídos ao ambiente, e justificam-se devido ao modo como o homem percebe, sente e reflete sobre o ambiente.

Nessa direção, entende-se que a Educação Ambiental “implica em tomar o ambiente em seu contexto físico, biológico, cultural e social, como uma fonte de aprendizado, como uma forma de concretizar as teorias na prática, a partir das especificidades de cada meio” (LEFF, 2001, p. 258).

Neste sentido, Loureiro *et al.* (2002) e Guimarães (2005), chamam a atenção para os diferentes modos de ver e perceber o mundo e os problemas relacionados à questão socioambiental, uma visão integrada ao ambiente e outra reducionista.

Segundo Sauvé (2005), “o objeto da Educa o Ambiental   de fato, fundamentalmente, nossa rela o com o ambiente”. Nessa perspectiva, “o educador deve levar em conta as múltiplas facetas dessa rela o, que correspondem a modos diversos e complementares de apreender o ambiente” (SAUVÉ, 2005, p. 317-318).

Entende-se que na prática da Educa o Ambiental, a *concep o de ambiente* não pode ser compreendida de forma a se limitar a uma ou outra dimensão,   preciso atentar para as várias interpreta es sobre o que significa o ambiente. Nesse estudo parte-se da concep o de Sauvé (2005), a qual baseia-se na *ideia de complementaridade* entre as várias dimensões que compreendem a concep o de ambiente.

Tendo em vista a abrangência e as várias concep es de ambiente, e por exigir transforma es profundas, a prática da Educa o Ambiental deve pressupor as múltiplas facetas da rela o sociedade-natureza (eixo de compreensão das várias concep es de ambiente), por meio da compreensão da complementaridade entre si.

Nesse estudo buscou-se compreender qual a compreensão dos *usuários e monitores* em rela o   concep o de ambiente e, nessa lógica, parte-se da abordagem de Sauvé (2005).

Sauvé (2005) apresenta sete concep es sobre o ambiente,   luz dessa referência teórica foi feita a análise das concep es de ambiente dos usuários e monitores entrevistados. Deste modo, serão destacadas as referidas concep es:

- 1) O ambiente/ natureza (para apreciar, para respeitar, para preservar);
- 2) O ambiente/recurso (para gerir, para repartir);
- 3) O ambiente /problema (para prevenir, para resolver);
- 4) O ambiente /sistema (para compreender, para decidir melhor);
- 5) O ambiente /lugar em que se vive (para conhecer, para aprimorar);
- 6) O ambiente/ biosfera (onde viver junto a longo prazo);
- 7) O ambiente /projeto comunitário (em que se deve empenhar ativamente).

Portanto, acredita-se que para ampliar o entendimento da complexidade socioambiental é preciso considerar as diferentes formas de conceber o ambiente e compreender de que maneira se dissolve nas várias formas de abordagem da Educação Ambiental.

➤ **Concepção de ambiente dos monitores das ONGs**

No quadro a seguir expõe-se a concepção de ambiente dos monitores das ONGs (destaca-se o conteúdo dos relatos das entrevistas). Nesta análise também foram considerados as referências enfatizadas por SAUVÉ (2005).

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo (SAUVÉ, 2005)	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados sobre o conceito de ambiente
O ambiente como problema	É tudo o que nos cerca, tudo que nos rodeia. Tudo está relacionado ao ambiente, a natureza, a cidade, mas está sendo tudo destruído, não temos tantas árvores, por isso a temperatura está aumentando tanto, precisamos evitar que isso aconteça (Entrevistada da ONG1).
O ambiente como lugar em que se vive	É o meio que a gente vive. Eu creio que o meio ambiente engloba todas as questões da cidade e da floresta. E um só planeta é como se fosse uma casa, tipo um quarto não é separado do resto da casa faz parte do todo (Entrevistada da ONG2). É tudo o que está em nossa volta, inclusive os prédios, a pouca vegetação que temos nos bairros, os igarapés, o esgoto, o ambiente engloba tudo, o ar, é muita coisa envolvida (Entrevistado da ONG3).

Quadro 14 – Concepção de Ambiente dos monitores

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Alguns monitores concebem *o ambiente como um problema* a ser resolvido, e/ou prevenido (SAUVÉ, 2005). Isso indica uma prática de Educação Ambiental voltada para o desenvolvimento de atividades que consideravam a resolução de impactos socioambientais e a concretização de projetos voltados para a sua prevenção.

Outros monitores compreendiam *o ambiente como lugar onde se vive*, para conhecer, para aprimorar (SAUVÉ, 2005). Essa concepção de ambiente era caracterizado com base nos aspectos socioculturais, tecnológicos e componentes históricos do ser humano (SAUVÉ, 2005). Isto é, o ambiente é compreendido como um espaço onde se estabelece as relações sociais em sociedade, um lugar que vivemos enquanto cidadãos.

Sauvé (2005) considera que essa forma de perceber o ambiente pode levar ao desenvolvimento de uma Educação Ambiental “por meio da exploração do meio mediante a concretização de projetos que visam desenvolver um sentimento de pertencimento e favorecer o enraizamento no lugar onde o indivíduo vive” (SAUVÉ, 2005, p. 319).

Na análise dos discursos sobre a *concepção de ambiente dos monitores das ONGs*, percebeu-se que se baseavam em uma visão preservacionista, conservacionista, naturalista, centrada no entendimento do ambiente a partir dos conceitos ecológicos.

Nessa perspectiva, *a prática da Educação Ambiental fundamentava-se na ideia ambientalista*, que buscava favorecer, ajudar, proteger, respeitar, preservar ou conservar o ambiente através da compreensão, sensibilização, conscientização, capacitação de pessoas para o debate sobre as questões socioambientais.

➤ **Concepção de ambiente dos usuários**

No quadro 15 apresenta-se os relatos que denotam a *concepção de ambiente dos usuários*. Nesta análise também foram considerados os mesmos pressupostos enfatizados na abordagem da concepção de ambiente dos monitores, isto é, as referências teóricas de SAUVÉ (2005).

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo (SAUVÉ, 2005)	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados sobre o conceito de ambiente
Ambiente – natureza	É a natureza e tudo ao redor dela (ONG1); É a floresta, os animais e rios (ONG 1); É o cuidado com a natureza e com o mundo (ONG 2).
Ambiente – recurso	São as florestas, ou até mesmo o meio em que vivemos, devemos ter a consciência e preservar e cuidar do meio ambiente, pois é essencial para a nossa sobrevivência (ONG 2); São todos os recursos para a natureza e para todos os seres vivos. São todos os ambientes (ONG 3).
Ambiente – problema	Entendo que não devemos degradar o nosso meio ambiente, não jogar lixo nos igarapés e nas ruas (ONG 1); Entendo que é algo para ser preservado. Isso contribui muito para a vida e saúde das pessoas (ONG 2); É as ruas limpas sem lixo e também as águas (ONG 2); É um lugar que pode estar degradado ou não (ONG 3).
Ambiente – lugar em que se vive	É tudo que nos cerca, as pessoas, a escola, a ONG (ONG1); É o lugar onde vivemos e brincamos, é a natureza, os rios, os igarapés, as pessoas, os animais (ONG1); É o lugar onde vivo, onde moro e que deve ser cuidado com respeito, pois ele faz parte de mim, é um pedaço meu no qual me ajuda a respirar (ONG 2); É desde a casa onde vivemos até a rua ou mesmo a natureza. Ou se cuida ou não. Tudo isso é ambiente (ONG 2); É o lugar onde vivemos, exemplo: escola, casa, etc. (ONG 3); É o lugar onde deve ser limpo, é onde vivemos nosso dia a dia (ONG 3).
Ambiente – projeto comunitário	É compreender que todos fazemos parte de um único planeta, é aprender que temos que ser sustentáveis, já que a natureza é de todos os seres humanos, por isso preciso pensar em todos, é respeito e igualdade. É saber que nada é para sempre e que tudo pode acabar (ONG 2).

Quadro 15 - Concepção de Ambiente dos usuários

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Tiveram usuários que percebiam *o ambiente enquanto natureza*, para apreciar, para respeitar, para preservar (SAUVÉ, 2005). Neste, o termo “meio ambiente” é compreendido enquanto sinônimo da natureza, e por consequência é percebido como um local de exuberância beleza natural a ser apreciado, respeitado e preservado. Isso significa que os usuários compreendiam que, na origem dos atuais problemas ambientais, existe um vazio substancial entre o homem e a natureza que precisa ser suprimido (SAUVÉ, 2005).

Nesse contexto, segundo Sauvé (2005, p.319), a Educa o Ambiental

  levada também a explorar os estreitos vínculos existentes entre identidade, cultura e natureza, e a tomar consciência de que, por meio da natureza, reencontramos parte de nossa própria identidade humana, de nossa identidade de ser vivo entre os demais seres vivos.

Alguns usuários entendiam *o ambiente como um recurso*, para gerir, para repartir (SAUVÉ, 2005). Ou seja, neste se compreende que “não existe vida sem os ciclos de recursos naturais” (SAUVÉ, 2005, p.319). Essa ideia estava presente nos relatos dos usuários e se sustenta na ideia de que *o “ambiente é a herança coletiva biofísica que sustenta nossa qualidade de vida”*, e que se deve pensar em conservar para a atual e a futura geração (SAUVÉ, 2005, p.319).

Nesse ponto de vista, a Educação Ambiental volta-se para o discurso que empreende a conservação dos recursos naturais, para o consumo consciente dos produtos e para a “solidariedade na repartição equitativa” dentro de cada sociedade dos recursos essenciais para a sobrevivência, entre as sociedades atuais e entre as gerações futuras (SAUVÉ, 2005).

Outros usuários percebiam *o ambiente enquanto problema*, para prevenir, para resolver. De acordo com Sauvé (2005) essa concep o exige o desenvolvimento de habilidades que considera a análise crítica da realidade e o diagnóstico das problemáticas socioambientais. Trata-se, inicialmente, “de tomar consciência de que os problemas ambientais estão essencialmente associados às questões socioambientais ligadas a jogos de interesse e de poder, e a escolhas de valores” (SAUVÉ, 2005, p.319).

Nesse contexto, a Educa o Ambiental volta-se para o desenvolvimento de estratégias que considerem a resolu o das expressões da questão socioambiental e a concretiza o de a es focadas na preven o (SAUVÉ, 2005).

Teve usuários que concebiam *o ambiente como um lugar para se viver*, para conhecer, para aprimorar (SAUVÉ, 2005). Segundo Sauvé (2005) essa concep o se caracteriza a partir dos “aspectos socioculturais, tecnológicos e componentes históricos do ser humano”. Isto  , refere-se a uma concep o que se baseia em uma ideia de ambiente inspirada na vida cotidiana, na escola, em casa, no trabalho e outros lugares. Em outras palavras, está relacionado ao lugar em que vivemos, do qual dependemos para a nossa sobrevivência e o qual nos envolve e nos cerca.

Nessa perspectiva, a prática da Educa o Ambiental “consiste em explorar e redescobrir o lugar em que se vive, trata-se também de redefinir-se a si mesmo e de definir o próprio grupo social com respeito às rela es que se mant m com o lugar em que se vive” (SAUVÉ, 2005, p. 319).

Também teve usuários que assimilavam *o ambiente como projeto comunitário*, em que se deve empenhar ativamente (SAUVÉ, 2005). Nessa perspectiva, o ambiente   visto como “um lugar de coopera o e de parceria” em que as transforma es socioambientais almejadas se consolidariam a partir de a es coletivas.

Segundo Sauvé (2005) nesse contexto, a *Educa o Ambiental* introduz “a ideia de *práxis*”, ou seja, as a es estão relacionadas a um processo constante de reflexão crítica. Nesse sentido, “a educa o para a democracia, base da educa o para a cidadania, torna-se essencial” (SAUVÉ, 2005, p.319).

Em suma, percebeu-se que as várias concep es de ambiente dos usuários e monitores das ONGs não se sustentam na ideia de complementaridade (SAUVÉ, 2005). *Constatou-se que os monitores e usuários tinham uma compreensão particular da concep o de ambiente, que não necessariamente estavam relacionadas com a prática da Educa o Ambiental.*

Eram interpreta es variadas da concep o de ambiente, com um predomínio particular das seguintes questões:

a) *Concep o de ambiente ancorada nos princípios da ecologia*, que representam a ideia de valoriza o da dimensão afetiva em rela o   natureza, visto que notou-se nos discursos dos monitores e usuários um foco expressivo na *concep o de ambiente enquanto natureza*, baseado em um viés *naturalista e preservacionista*; **b)** *Concep o de ambiente como um lugar para se viver*, nessa se aprofunda a ideia de rela o homem e natureza, onde as pessoas dividem o espaço com os outros seres vivos e que ambos estão numa condi o de inter-rela o e em que   preciso o equilíbrio e a harmonia do ecossistema para a continuidade da vida no planeta.

Esses aspectos denotam uma visão reduzida do conceito de ambiente, o que certamente são resultados de a es fragmentadas e focalizadas, ligadas apenas as características de uma prática da *Educa o Ambiental conservadora*, promotora de um discurso voltado principalmente para a “preserva o” da natureza. Isto  , vinculam a prática da Educa o Ambiental   “pauta verde”, como biodiversidade, ecoturismo, unidades de conserva o e determinados biomas específicos (LAYRARGUES, LIMA, 2011).

Por outro lado, desenvolve pouco compromisso acerca das rela es históricas, econômicas, políticas e culturais inerentes   concep o da natureza, como dimensão central da sobrevivência dos seres humanos em suas organiza es sociais (LOUREIRO, 2006; QUINTAS, 2009).

3.5. A percepção socioambiental dos usuários das ONGs pesquisadas

Neste iremos abordar a compreensão dos usuários das ONGs sobre a *complexidade socioambiental*, a partir da prática da Educação Ambiental no contexto do SCFV foco das ações das ONGs na proteção social básica.

Para tanto, foram observadas as seguintes dimensões para análise: a relação sociedade e natureza e a concepção de sustentabilidade dos usuários e os processos de assimilação dos usuários acerca da complexidade socioambiental.

Cumpramos ressaltar que todos esses condicionantes (focalizados nas entrevistas com os usuários), permitiram traçar os aspectos que fundamentam a prática da Educação Ambiental das ONGs.

➤ **A relação sociedade e natureza e a concepção de sustentabilidade dos usuários no contexto da prática da Educação Ambiental**

Entende-se que a prática da Educação Ambiental inscreve-se dentro das dinâmicas de compreensão das relações entre *sociedade e natureza* e se evidencia pelo viés da cultura local, na reapropriação do conhecimento a partir do saber e da identidade que se forjam e se incorporam ao ser de cada indivíduo e cada cultura (LEFF, 2009), visto que segundo Leff (2009, p. 12), “o lugar é o território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida”.

Desse modo, corrobora-se com Leff (2001, p. 79), quando afirma que a relação *sociedade-natureza* deve ser compreendida “como uma relação dinâmica, que depende da articulação histórica dos processos tecnológicos e culturais que especificam as relações sociais de produção de uma formação socioeconômica”.

Nesse sentido, *esse estudo se baseia na ideia de uma prática da Educação Ambiental, segundo propõe Tozoni-Reis (2004, p.23)*, com base nas reflexões empreendidas sobre as relações entre sociedade e a natureza e sobre a educação, em que afirma que “quanto mais abstrações (teoria) pudermos pensar sobre essas categorias simples (relação sociedade-natureza e educação), mais próximos estaremos da compreensão plena do processo educativo ambiental”.

Com base em Tozoni-Reis (2004), entende-se que a abordagem da Educação Ambiental fundamentam-se nas *representações da relação sociedade-natureza*. Para uma análise mais aprofundada dessa categoria no contexto da Educação Ambiental, a referida autora apresenta três concepções:

A primeira concepção indica a igualdade entre todos os elementos da natureza para voltar ao equilíbrio natural. Temos aqui uma concepção romantizada, na qual a ideia de integração é sugerida pela volta ao paraíso perdido. Os problemas ambientais e suas soluções estão permeados pela subjetividade; embora a intencionalidade dos indivíduos apareça em suas relações com o ambiente, ela é determinada pela vontade subjetiva desses indivíduos. *Na segunda tendência*, encontram-se as representações da relação homem-natureza que, reconhecendo a desigualdade presente nessa relação, aponta a falta de conhecimentos sobre as leis da natureza como determinantes dos problemas ambientais. Essa tendência refere-se ao caráter utilitarista da relação dos indivíduos com o meio ambiente em que vivem. [...]. *Terceira tendência* [...] segundo essa concepção, na relação homem-natureza estão presentes as condições, históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais. A ideia síntese é que essa relação é construída pelas relações sociais: a história e a cultura são condicionantes e mediadoras, conferindo-lhe um caráter sócio histórico (grifos nossos). (TOZONI-REIS, 2004, p.33-34)

Essa categoria, segundo Tozoni-Reis (2004) aponta caminhos para conceber a Educação Ambiental, principalmente em sua dimensão epistemológica, e, por meio dela, a possibilidade de uma abordagem pedagógica.

Nessa conjectura, a tabela 03 e 04 evidencia a percepção dos usuários no contexto da relação sociedade e natureza.

Tabela 03 – A percepção dos usuários sobre os significados da natureza.

Pergunta:	Questões:	ONG1	ONG2	ONG3
O que a natureza significa para você?	a) Um lugar belo onde há muitas paisagens naturais que podemos observar, admirar e tirar fotografias	26% (5)	13%(2)	23%(3)
	b) Uma fonte de recursos naturais inesgotáveis que devem ser explorados em nome do progresso e do desenvolvimento da região.	15% (3)	14% (2)	31%(4)
	c) Um componente essencial a sobrevivência de todos nós, a nossa casa comum, pois todos nós dividimos os mesmos recursos, é onde estabelecemos nossas relações sociais seja em família, na comunidade e na sociedade como um todo.	57% (11)	73%(11)	46% (6)

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Alguns usuários, sendo 26% (5) da ONG 1, 13% (2) da ONG 2 e 23% (3) da ONG3, concebiam o significado da natureza como “um lugar belo onde há muitas paisagens naturais que podemos observar, admirar e tirar fotografias”.

Essas respostas denotam características da “primeira concepção” descrita por Tozoni-Reis (2004) a qual imprime uma ideia “romantizada” da natureza, em que se observa o predomínio de uma concepção associada a uma imagem idealizada, isto é, uma natureza intocada e sem presença e/ou ação humana. Depreende-se que essa representação da natureza sinaliza para a ideia de que a superação da crise ambiental seria a “volta ao paraíso perdido”, ou seja, a proposição das condições de “igualdade entre todos os elementos da natureza”, até que se consiga chegar a um equilíbrio natural (TOZONI, 2004).

Nesse contexto, segundo Tozoni-Reis (2004), as soluções para os problemáticas socioambientais estão “permeadas pela subjetividade”, uma vez que embora observa-se a intencionalidade dos indivíduos na sua relação com o ambiente, ela é determinada por sua vontade subjetiva – de *contemplação e admiração*. Ou seja, imprime um enfoque educativo centrado na relação do homem com a natureza, com um viés conservacionista que se volta para a “conservação” dos recursos naturais.

Por outro lado, alguns usuários, sendo 15% (3) da ONG 1, 14% (2) da ONG2 e 31% (4) da ONG3, responderam que concebiam a natureza como “uma fonte de recursos naturais inesgotáveis que devem ser explorados em nome do progresso e do desenvolvimento da região”.

Essa forma dos usuários interpretarem a natureza compreende o que Tozoni-Reis (2004) denomina como sendo “segunda tendência”, ou seja, baseado no caráter utilitarista, reconhece os contrastes (as configurações da crise) presente nas representações da relação homem-natureza como resultado da falta de conhecimento sobre as leis da natureza, portanto, o reconhecimento e compreensão desses aspectos seriam determinantes na resolução das problemáticas socioambientais.

Destaca-se ainda que, a maioria dos usuários, sendo 57% (11) da ONG1, 73%(11) da ONG 2 e 46% (6) da ONG3, destacaram que a natureza representa “um componente essencial a sobrevivência de todos nós, a nossa casa comum, visto que todos nós dividimos os mesmo recursos, é onde estabelecemos nossas relações sociais, seja em família, na comunidade e na sociedade como um todo”.

Essa postura dos usuários denota características da “terceira tendência”, citada por Tozoni-Reis (2004), a qual enfatiza que na relação homem e natureza estão “presentes as

condições históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais”, evidenciadas em cada sociedade.

Todavia, isso não necessariamente significa que a compreensão dos usuários segue inteiramente essa linha de raciocínio - exposições da terceira tendência citada por Tozoni-Reis (2004), uma vez que quando se pondera as análises anteriores conclui-se que, apesar de estamparem essas características os usuários demonstram apenas que se opõe as duas tendências citadas anteriormente por Tozoni-Reis (2004).

De certa forma são evidências promissoras que substanciam o desenvolvimento de perspectivas de sustentabilidade, já que como vimos, uma grande parcela dos usuários não se identifica com a ideia predominante dos significados da natureza baseada na perspectiva “utilitarista”.

Esse fato aponta para possíveis direcionamentos voltados para a “superação” dos ideários do paradigma mecanicista da razão cartesiana e sua concepção de natureza.

Conjectura-se que tais configurações podem ser em decorrência de influências perceptíveis nas relações culturais locais, visto que as raízes culturais amazônicas, compostas pelos usos e costumes dos povos tradicionais, no contexto de suas estruturas organizacionais, mantém uma relação de sustentabilidade com a natureza (LEFF, 2009).

A tabela 04 apresenta os aspectos que caracterizam a ideia dos usuários sobre a relação sociedade e natureza e sua conexão com a degradação socioambiental.

Tabela 04 – Aspectos sobre a relação sociedade e natureza e sua conexão com a degradação socioambiental.

Pergunta:	Questões:	ONG1	ONG2	ONG3
Em sua opinião o homem pode usufruir dos recursos naturais sem destruir o ambiente?	a) Sim, o homem pode tirar apenas o suficiente para a sua sobrevivência, pois a natureza precisa se reconstituir para se reproduzir novamente.	84% (16)	80%(12)	85% (11)
	b) Não, o homem pode explorar os recursos da natureza sem limites, visto que é preciso abastecer a indústria o comercio com seus produtos.	16% (3)	20% (3)	15% (2)

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Quando questionados, a maioria dos usuários da ONG1 com 84% (16), da ONG2 com 80% (12) e da ONG3 com 85% (11), mencionaram que sim, “o homem pode tirar apenas o

suficiente para a sua sobrevivência, já que a natureza precisa se reconstituir para se reproduzir novamente”.

No entanto, alguns usuários da ONG1 com 16% (3), da ONG2 com 20% (3) e da ONG3 15% (2), disseram que não, “o homem pode explorar os recursos da natureza sem limites, pois é preciso abastecer a indústria o comércio com seus produtos.”

A opinião desses usuários se fundamenta nas configurações da relação sociedade e natureza no contexto da cultura capitalista, que conforme Trein (2008, p.42) enfatiza, “a produção do conhecimento, toma o homem e a natureza como objetos, ao produzir uma ciência para a dominação, induz a uma visão parcial e utilitarista de ambos. Reduz o homem à sua dimensão como trabalhador e consumidor e transforma a natureza em matéria-prima”.

Diante da compreensão dos usuários sobre o contexto em que se configura a dinâmica da relação sociedade e natureza, no quadro abaixo cita-se a descrição de suas várias concepções de sustentabilidade.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo.	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados sobre a concepção de sustentabilidade
Sustentabilidade – Dimensão ambiental: como preservação do ambiente.	<p>É não degradar e sim manter bem conservado (ONG1)</p> <p>É cultivar a natureza no qual nós dependemos dela (ONG1).</p> <p>É algo a ser preservado (ONG1).</p> <p>Se você precisar derrubar uma árvore tem que pelo menos plantar outra. Isso é sustentável (ONG2).</p> <p>É cuidar, colher, plantar sem agredir a natureza, por que ela sustenta nosso planeta (ONG3).</p> <p>É tirar algo sem desmatar a floresta (ONG3).</p>
Sustentabilidade – Dimensão econômica: visto como exploração consciente dos recursos naturais.	<p>É tirar algo da natureza sem agredi-la. Cuidar para que ela possa continuar me dando o que preciso (ONG2).</p> <p>É explorar a natureza sem agredir a mesma. É tentar uma troca para não perder os recursos que ela nos oferece (ONG2).</p> <p>É a gente retirar da natureza sem destruir a natureza (ONG2).</p> <p>É a ação de desenvolver formas eficientes, beneficiando a natureza (ONG3).</p> <p>É poder pegar uma fruta sem derrubar as frutas verdes e derrubar os galhos (ONG3).</p> <p>É tipo a natureza nos sustenta então podemos ser sustentados por ela sem desmatar (ONG3).</p>

Quadro 16 - Concepção de Sustentabilidade dos usuários

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Nota-se que os usuários em seus discursos reproduzem apenas duas dimensões⁴⁰ da sustentabilidade, quais sejam: *ambiental e social*. Que dizer, a concepção de sustentabilidade, evidenciadas nos relatos dos usuários, se baseia na perspectiva de desenvolvimento sustentável disseminadas no *Relatório de Brundtland*. O referido relatório trouxe inicialmente o termo de “desenvolvimento sustentável” para definir o processo que “[...] atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Esse entendimento dos usuários, baseava-se na concepção de sustentabilidade⁴¹ muito reproduzida no “senso comum”, trata-se de um discurso sobre a possibilidade de usufruir os recursos naturais sem degradar o ambiente, é uma ideia de sustentabilidade sem muito aprofundamento teórico, construída a partir de referências ambientalista/preservacionista.

Entretanto, entende-se que no âmbito da prática de Educação Ambiental é preciso contextualizar e politizar o debate socioambiental, articulando as cinco dimensões da sustentabilidade defendidas por Sachs (2002). Ademais, problematiza as contradições do modelo de desenvolvimento e de sociedade vivenciadas local e globalmente, uma vez que “a ideologia dominante exalta hoje a possibilidade de um desenvolvimento econômico e social para todos, baseado no livre mercado e na presença mínima do Estado” (TREIN, 2008, p.42). Este desenvolvimento se “caracteriza pela afirmação da propriedade privada, pela expansão do consumo, pela imposição dos interesses individuais e corporativos em detrimento dos interesses coletivos e igualitários” (TREIN, 2008 p. 42).

A prática da Educação Ambiental ancorada no viés da sustentabilidade, implica em configurações centradas em conteúdos e vivências, em direção a novas práticas de aprendizagem, as quais devem atender as “relações de produção de conhecimento e os processos de circulação, transmissão e disseminação de saber ambiental” (LEFF, 1999, p.128).

Leff (1999) afirma que essa ideia aparece como novo objeto científico interdisciplinar e aliado à prática da Educação Ambiental como um instrumento para a construção de um saber socioambiental. Isto traz a necessidade de serem “incorporados os valores ambientais e os novos paradigmas do conhecimento” (LEFF, 1999, p.127).

Dessa maneira, é preciso pensar numa prática da Educação Ambiental que considere as cinco dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002), as quais podem converter-se em

⁴⁰ Nesse estudo, considera-se as cinco dimensões da sustentabilidade evidenciadas por Sachs (2002).

⁴¹ A concepção da sustentabilidade somente ficou conhecida a partir de 1987, com o documento Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório de *Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU.

ferramentas teóricas indispensáveis no enfrentamento das expressões da questão socioambiental.

➤ **A compreensão dos usuários acerca da complexidade socioambiental**

Neste iremos analisar os processos de assimilação dos usuários sobre a complexidade socioambiental a partir da prática da Educação Ambiental desenvolvida pelas ONGs, no âmbito da proteção social básica.

Haja vista que as várias concepções da Educação Ambiental resultam em diferentes práticas educativas no tratamento das questões socioambientais, para essa abordagem considera-se as referências teóricas de Tozoni-Reis (2004) quanto as diferenças conceituais da Educação Ambiental, as quais podem ser sintetizadas:

[...] os que pensam que a Educação Ambiental tem como tarefa promover mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados - a Educação Ambiental de fundo disciplinatório e moralista, como “adestramento ambiental”; aqueles que pensam a Educação Ambiental como responsável pela transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência o desenvolvimento de uma relação mais adequada com o ambiente - a Educação Ambiental centrada na transmissão de conhecimentos; e aqueles que pensam a Educação Ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que têm como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social - a Educação Ambiental transformadora e emancipatória (TOZONI-REIS, 2004. p. 269).

Inicia-se essa abordagem por identificar se as ONGs *locus* da pesquisa, desenvolviam ações de Educação Ambiental com os usuários.

A tabela 05 mostra, a partir das respostas dos usuários, a representatividade das ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelas ONGS.

Tabela 05 – A prática da Educação Ambiental nas ONGs

Pergunta:	Questões:	ONG1	ONG2	ONG3
A ONG desenvolve atividades, projetos ou programas de Educação Ambiental?	a) Sim	100% (19)	87% (13)	100% (13)
	b) Não	-	13% (2)	-

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Notou-se que a maioria dos usuários das ONGs afirmaram participar de alguma atividade, projeto ou programa de Educação Ambiental desenvolvido pelas ONGs.

Como já havíamos dito antes, e reafirmamos agora, nas ONGs não foi constatada a execução de nenhum projeto ou programa que estivesse especificamente voltado para a prática da Educação Ambiental.

Ou seja, as ações a que os usuários se referiram são basicamente as atividades que eram desenvolvidas de forma transversal no âmbito dos serviços socioassistenciais prestados pelas ONGs.

Por outro lado, alguns usuários da ONG 2, sendo um percentual de 13% (2), por razões desconhecidas, disseram que a respectiva ONG não desenvolvia ações de Educação Ambiental. Mas, isso não retrata a realidade atual, já que constatamos que a mesma desenvolve ações de Educação Ambiental.

Nesse sentido, a seguir trouxemos informações, segundo os relatos dos usuários, acerca dos aspectos que caracterizam ações de Educação Ambiental que eram desenvolvidas pelas ONGs, os quais estão discriminados na tabela 06.

Tabela 06 – A forma como a Educação Ambiental estava sendo desenvolvida nas ONGs.

Pergunta	Questões	ONG1	ONG2	ONG3
De que forma a ONG desenvolve a Educação Ambiental?	a) Cursos de reciclagem de materiais.	15% (3)	-	17% (3)
	b) Palestras sobre a preservação do Ambiente.	60%(11)	65%(11)	44% (8)
	c) Datas comemorativas: Semana do Meio Ambiente.	21%(4)	17%(3)	33% (6)
	d) Ações de um projeto e/ou programa.	-	18%(3)	6%(1)
	e) Ações comunitárias de enfrentamento dos problemas socioambientais da comunidade, como por exemplo: a intervenção sobre o lixo jogado nas ruas.	5%(1)	-	-

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Conforme relatos dos usuários, observou-se que a prática da Educação Ambiental das ONGs estava relacionada principalmente a atividades como: palestras sobre a preservação do Ambiente; nas datas comemorativas, na “Semana do Meio Ambiente”; e também nos cursos de reciclagem de materiais.

Isso resulta inevitavelmente em uma abordagem teórico/prática superficial, fragmentada e unilateral das questões socioambientais.

No quadro abaixo, os usuários relatam mais detalhes sobre as atividades relacionadas a temática “Meio Ambiente”.

Relatos dos usuários sobre as atividades de “Meio Ambiente” desenvolvidas pelas ONGs		
ONG1	ONG2	ONG3
* Plantar árvores; *Retiradas de lixo das ruas, rios e igarapés; *Coleta seletiva; *Palestras e Rodas de Conversas para falar sobre a preservação da natureza; *Reciclagem de lixo; *Não utilização de copos descartáveis;	*Atividades educativas; *Caminhadas com palestras sobre preservação da natureza e do meio ambiente; *Palestras; *Passeios e oficinas; *Conversas; *Passeios em lugares educativos;	*Limpeza do local onde são feitas as atividades; *Orientação dos monitores sobre o respeito ao meio ambiente; *Reciclagem e palestras; *Elaboração de cartazes; *Não uso de copos descartáveis, e sim o copo de casa; *Trabalhos com recursos retirados da natureza; *Combate ao Aedes Aegypti; *Confecção de instrumentos de materiais reciclados; *Irrigação de plantas; *Reciclagem, usando vários objetos para a nossa pintura.

Quadro 17 – As atividades relacionadas a temática Meio Ambiente que os usuários relataram ter participado.
 Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Observou-se, na descrição das atividades relatadas pelos usuários, *um predomínio de ações pontuais, fragmentadas e paliativas*. Portanto, o foco nas abordagens da Educação Ambiental nas ONGs eram circunstanciais e descontínuas.

Notou-se que essas atividades, em sua maioria, eram de caráter exclusivamente naturalista, ou seja, voltado para a conservação/preservação da natureza. São resultados de uma abordagem conservadora da Educação Ambiental, uma vez que eram permeadas pela seguintes características: compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental; visão comportamentalista e individualista de educação; abordagem despolitizada da questão socioambiental; banalização dos conceitos de cidadania e participação; e compreensão do ser

humano inserido no ambiente como ser abstrato, fora de um contexto sócio histórico, político e econômico (LOUREIRO, 2006; TOZONI-REIS, 2007; QUINTAS, 2009).

O foco nesse tipo de abordagem tem “fragilizado” a prática da Educação Ambiental no contexto da proteção social básica, já que suas ações são consideradas “incipientes”, visto que *as questões socioambientais eram explanadas de forma, improvisada e até mesmo imediatista*, estão relacionadas principalmente as comemorações da “Semana do Meio Ambiente”. Ou seja, as ações sugeriam pouco efeito na incorporação das problemáticas socioambientais no contexto dos serviços socioassistenciais ofertados pelas ONGs.

Na tabela 07 será enfatizada de que forma os usuários percebiam a inter-relação entre as questões sociais e ambientais, em outras palavras, buscou-se verificar se essa questão era abordada no contexto da prática da Educação Ambiental.

Tabela 07 – A ideia da inter-relação entre as questões sociais e ambientais, aspectos da dimensão socioambiental na prática da Educação Ambiental das ONGs.

Pergunta	Questões	ONG1	ONG2	ONG3
Das temáticas citadas, o que você considera ter relação com a Educação Ambiental?	Coleta seletiva (separar o plástico, papel, vidro e material orgânico);	17% (3)	13% (11)	27% (11)
	Saneamento básico;	10% (2)	3% (3)	2% (1)
	Cultura;	5% (1)	7% (6)	5% (2)
	Consumismo;	-	1% (1)	-
	Reciclagem;	20% (4)	14% (12)	22% (9)
	Qualidade de vida;	-	3% (3)	7% (3)
	Os problemas sociais da comunidade;	-	8% (7)	-
	Degradação ambiental;	38% (7)	14% (12)	-
	Poluição do ar, do solo e dos rios e igarapés;	10% (2)	14% (12)	20% (8)
	Sustentabilidade.	-	16% (13)	5% (2)

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Notou-se que a *maioria dos usuários das ONGs concentravam suas respostas nas alternativas que evidenciavam somente as questões ambientais*, sendo assim, as de maior expressividade citadas pelos usuários foram: coleta seletiva; reciclagem; degradação ambiental; poluição do ar, solo, rios e igarapés; e sustentabilidade.

Enquanto que as temáticas que demonstravam o conhecimento da interligação entre as demandas sociais e ambientais (configurações da questão socioambiental) ficaram em segundo plano, tais como: saneamento básico, cultura, consumismo, qualidade de vida e os problemas sociais. Essas categorias representavam uma análise crítica da complexidade da questão

socioambiental – como resultado do modo de produção e sua relação de exploração entre os homens e a natureza.

Percebeu-se que os usuários não compreendiam o entrelaçamento entre as questões ambientais, sociais e culturais e os aspectos que caracterizam sua influência no discernimento da complexidade da questão socioambiental.

O que vemos nessa postura dos usuários nos revela uma compreensão estritamente ecológica da crise ambiental, que se sustenta em uma análise “ingênua” da crise e de suas causas e efeitos. Concepção que baseia-se no entendimento do ser humano como um *ente genérico e abstrato*, reduzindo-o à *condição de causador e vítima da crise ambiental* (QUINTAS, 2009) e desconsiderando qualquer recorte social que o condiciona e/ou influencia, perdendo de vista as dimensões ambientais, sociais e culturais, indissociáveis de sua gênese e dinâmica (as estruturas do produção e reprodução do capitalismo).

Essa percepção dos usuários se sustenta em bases teóricas da prática pedagógica *conservadora* da Educação Ambiental, o que tem inviabilizado a ampliação de uma abordagem *crítica* da crise ambiental.

A tabela 08 evidencia as atitudes dos usuários para evitar/reverter o processo de degradação socioambiental.

Tabela 08 – O enfrentamento das questões socioambientais a partir da prática da Educação Ambiental nas ONGs

Pergunta:	Questões:	ONG1	ONG2	ONG3
Como podemos reverter ou evitar efetivamente o processo de degradação do ambiente?	a) Com ações individuais, ou seja, cada um fazendo a sua parte.	42%(8)	20%(3)	23%(3)
	b) Com ações coletivas, ou seja, é preciso a participação de todos os setores da sociedade (a comunidade, o governo, a escola, a ONG e outras instituições).	57%(11)	80%(12)	77%(10)

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

Constatou-se que a maioria dos usuários das ONGs, isto é, 57% (8) da ONG1, 80%(12) da ONG2 e 77% (10) da ONG3, responderam que para reverter/evitar efetivamente o processo de degradação ambiental seriam necessárias *ações coletivas*, ou seja, destacaram que as atividades em defesa do ambiente devem admitir a participação de todos os setores da sociedade: comunidade, governo, escolas, ONG e outras.

Essa postura dos usuários revela aspectos de uma abordagem da Educação Ambiental baseada em um viés crítico, emancipatório e transformador. Esse fato denotou “contradições”, já que essa pesquisa apontou, nas análises anteriores, as marcas de uma *prática conservadora da Educação Ambiental*, tanto no que tange a sua transversalidade nas ações das ONGs, quanto nas abordagens teórico/prática de seus monitores nas Oficinas (seja nos temas transversais ou nas atividades socioeducativas).

À vista disso, chegou-se à conclusão de que *as características que permeavam os discursos dos usuários estão relacionadas aos pressupostos que constituem a proteção social básica da PNAS (2004)*.

Isto é, acredita-se que *esses resultados estejam relacionados especificamente as relações de convívio e sociabilidade* desenvolvido nos “Grupos de Convivência” das ONGs⁴², uma aquisição prevista na Tipificação (2009) para o SCFV.

Haja vista que essa modalidade volta-se para o desenvolvimento das relações familiares e comunitárias, e, nesse sentido, estimula o sentimento de pertencer e participar, se identificar e integrar, compartilhando objetivos e interesses (BRASIL, 2004). Além disso, visam promover o diálogo, a troca de experiências e valores, bem como a discussão de situações externas que afetam a família e a comunidade (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, essas ações coletivas expõem a importância da comunicação, regras, responsabilidades, capacidade de encontrar soluções comuns e negociar conflitos, entre outros aspectos do vínculo social (BRASIL, 2004). Por isso favorece as discussões coletivas relacionadas as demandas da questão socioambiental.

A partir dessas observações, o estudo enfatiza que *a proteção social básica é um ambiente propício e capaz de potencializar a efetivação de práticas pedagógicas críticas, emancipatórias e transformadora da Educação Ambiental*.

Por outro lado, nessa mesma questão alguns usuários, sendo 42% (8) da ONG1, 20% (3) da ONG2 e 23% (3) da ONG3, disseram acreditar que as ações individuais são mais eficazes para evitar ou reverter a degradação do ambiente.

Esse discurso reflete uma prática da Educação Ambiental baseada em uma perspectiva conservadora, uma visão que concebe a crise e seus efeitos socioambientais a partir da culpabilização do indivíduo. Nessa lógica, o foco das ações da ONGs se concentravam no indivíduo e se voltavam para o discurso de que cada indivíduo precisa “fazer sua parte” no enfrentamento das questões socioambientais.

⁴² Mais detalhes sobre isso no Capítulo II dessa dissertação.

Considerando essas particularidades percebeu-se a fragilização e a falta de efetivação da prática da Educação Ambiental enquanto instrumento de intervenção na questão socioambiental no contexto da proteção social básica.

Ademais, sinaliza-se uma possível ineficácia em relação à operacionalização dos serviços socioassistenciais no que tange a efetivação dos “Grupos de Convivência”. Fato observado, por exemplo, de modo mais evidente na ONG1 (notou-se que essa ONG não desenvolvia efetivamente os grupos de convivência, suas ações eram descentralizadas e as vezes desconectadas entre si).

Na tabela 09 apresenta-se uma simulação feita com os usuários em que foi apresentada uma situação real de degradação socioambiental, visando analisar a prática da Educação Ambiental disseminada nas ações das ONGs, considerando a atitude dos usuários entrevistados frente à hipótese de “morar próximo a um igarapé poluído”.

Tabela 09 – Simulação sobre a postura dos usuários frente à hipótese de morar próximo a um igarapé poluído.

Pergunta:	Questões:	ONG1	ONG2	ONG3
Se você morasse próximo de um igarapé poluído, o que você faria?	a) Mobilizava os moradores da comunidade para juntos encontrarmos uma saída para resolver esse problema.	5% (1)	48%(14)	50%(10)
	b) Fazia contato com a prefeitura para remover o lixo do local.	10%(2)	24% (7)	35%(7)
	c) Fazia a minha parte e não jogaria lixo no igarapé.	69%(13)	24% (7)	15%(3)
	d) Não me importaria, pois o igarapé poluído não interfere em nada na minha vida.	16%(3)	4%(1)	-

Fonte: Elaboração da pesquisadora mediante a pesquisa de campo, 2016.

A maioria dos usuários da ONG2 com 48% e ONG3 com 50%, ao serem questionados sobre a possibilidade de “morar próximo a um igarapé poluído”, indicaram em suas respostas que “mobilizavam os moradores da comunidade para juntos encontrarem uma saída para a que o problema fosse resolvido”.

Verificou-se que os usuários optaram por soluções que envolviam ações coletivas (esses aspectos reforçam os resultados da questão anterior). Ou seja, partiam do princípio de que as soluções para o resolução das problemáticas socioambientais envolvia a participação de todos os comunitários nas tomada de decisões.

Enquanto que alguns usuários da ONG1 com 10% (2), da ONG 2 com 24%(7) e da ONG3 com 35% (7) optaram por “fazer contato com a prefeitura para remover o lixo do local”.

Percebeu-se que os usuários preferiram as soluções que incluíam ações de mobilização social, isto é o foco das ações para resolução da problemática estava na atuação do poder público.

Logo, as duas alternativas citadas acima, escolhidas majoritariamente pela maioria dos usuários das ONGs, evidenciaram perspectivas de “*empoderamento e protagonismo social*”, e tem seus pilares sustentados no exercício da cidadania e na participação cidadã dos usuários.

Observou-se que essas são características que permeiam os parâmetros impressos na PNAS (2004), no âmbito da proteção social básica, nas previsões definidas pela Tipificação (2009) para o SCFV, visto que estão associadas às ações de fortalecimento e desenvolvimento das potencialidades e capacidades (fato também constatado na questão anterior), aprofundados nas atividades voltadas para a “organização em grupos”, o qual visa ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade (BRASIL, 2009).

Por outro lado, alguns usuários, sendo a maioria da ONG1 com 69% (13) e nas outras ONGs sendo a minoria na ONG2 com 24% (7) e na ONG3 com 15%(3), *ao serem questionados sobre a questão, responderam que “fariam a sua parte e não jogaria mais lixo no igarapé”*.

Isto é, esses usuários deliberaram por uma saída “individual” como recurso para o enfrentamento dessa questão. Entende-se que essa ideia está fundamentada em uma percepção reducionista da relação homem-natureza, na qual o indivíduo é culpabilizado pelas problemáticas socioambientais. De acordo com Guimarães (2004, p.26) essa “é uma compreensão de mundo que tem dificuldades em pensar o junto, conjunto, totalidade complexa”.

Ou seja, o indivíduo focado na parte, vê o mundo fragmentado, considera o predomínio de si próprio sobre a natureza, estabelecendo uma diferença hierarquizada baseada na lógica da dominação (GUIMARÃES, 2004). Isso resulta na crença individualista de que a transformação social é consequência exclusiva da soma das mudanças individuais, da responsabilização individual, fruto da lógica de que, se “cada um fizer a sua parte” é possível reverter o processo de degradação socioambiental.

Essa postura dos usuários *confirma a prática da Educação Ambiental incipiente* nas ONGs (fato observado também na questão anterior), porque suas ações se baseiam em uma *perspectiva conservadora*, a qual faz uma leitura errônea das causas estruturais da crise ambiental e de suas consequências ambientais e sociais.

Nesse direcionamento, a prática da Educação Ambiental torna-se ineficaz e negligencia a compreensão dos impactos socioambientais na vida das pessoas. Essa falta de conhecimento

gera postura como as de alguns usuários da ONG 1 com 16% (3) e da ONG 2 com 4% (1), que ao serem indagados sobre a hipótese de “morar próximo a um igarapé poluído”, responderam que “não me importaria, pois o igarapé poluído não interfere em nada na minha vida”.

Essas atitudes impedem a organização e mobilização dos indivíduos e da coletividade nas ações de enfrentamento das causas/efeitos da crise ambiental, visando as soluções das demandas socioambientais da comunidade.

3.6. As potencialidades e fragilidades existentes na prática de Educação Ambiental das ONGs *locus* da pesquisa

Neste foram elencados alguns pontos relacionados às fragilidades e/ou potencialidades da prática da *Educação Ambiental não formal* no contexto dos serviços socioassistenciais prestados pelas ONGs, na proteção social básica. Para tanto, buscou-se evidenciar os aspectos relatados pelos sujeitos da pesquisa e, ainda, os que foram observados nas ONGs, por meio do registro realizado pela pesquisadora em seu caderno de campo (durante a pesquisa).

Quanto as fragilidades das ONGs na prática da Educação Ambiental observou-se as seguintes questões:

ONG1: A monitora enfatizou que a maior dificuldade da ONG era a *falta de recursos financeiros e de espaço físico adequado* para o desenvolvimento da prática da Educação Ambiental na ONG.

Sobre isso, a monitora destacou, por exemplo, a atual inviabilidade da coleta de materiais para a reciclagem, na qual argumenta: “antes nós fazíamos a coleta na comunidade, pois existia uma parceria com outra instituição, mas desde que essa parceria acabou não fazemos a coleta por falta de estrutura física adequada e falta de recursos financeiros, já que não temos para onde mandar o material da comunidade”.

ONG2: A monitora declarou haver algumas dificuldades da ONG em efetivar a *prática da Educação Ambiental*, em relação a isso cita as seguintes questões:

a) *A ONG desenvolvia poucas ações de Educação Ambiental no contexto de suas intervenções. Segundo a monitora, “poderia ter mais ações de Educação Ambiental, atividades*

como por exemplo: palestras, pontos de coleta de materiais para a reciclagem, eles poderiam ser mais ativistas nessa área, fazer uma intervenção mais efetiva na comunidade”;

b) Faltava mais interação da ONG com a comunidade no desenvolvimento de ações em defesa do Ambiente. Neste sentido a monitora destacou: “A ONG deveria ser mais ativa na defesa do meio ambiente, já que agora nesse momento eu não percebo tanto empenho em discutir a degradação ambiental com a comunidade”;

c) Faltava formação e capacitação profissional na área socioambiental para os monitores. Sobre isso, a monitora afirmou: “deveria ter um encontro, uma formação para expor a temática ambiental, teve apenas uma orientação, mas nada relacionado ao conhecimento específico da Educação Ambiental”.

ONG3: O monitor assegurou que as dificuldades em desenvolver a Educação Ambiental eram: “*a falta de formação e capacitação para os monitores e a falta de recursos didático/pedagógicos*”.

Outras questões em relação as fragilidades das ONGs na prática da Educação Ambiental:

Neste, destacou-se algumas características que são comuns a todas as ONGs pesquisadas e que denotam *fragilidades* na prática da Educação Ambiental.

✓ Verificou-se que *a transversalidade da Educação Ambiental era uma realidade nas ONGs, todavia essa prática não era efetivada na sua totalidade*, porquanto não estava presente em todas as ações desenvolvidas pelas ONGs na proteção social básica. Ou seja, observou-se que a abordagem da Educação Ambiental *se limitava aos temas transversais* e estava relacionada principalmente as atividades socioeducativas.

✓ *A Educação Ambiental era abordada de forma desconectada dos parâmetros da PNAS (2004).* Como consequência dessa postura observou-se que: **a) Não havia compreensão de que a questões socioambientais são expressões da questão social;** **b) Uma insignificante exploração das demandas socioambientais;** **c) Não faziam a identificação das desproteções socioambientais de cada território, visto que observou-se um diagnóstico social superficial, alheio as observâncias estabelecidas na PNAS (2004);**

É sabido que no contexto da PNAS (2004) as intervenções devem se basear nos riscos e vulnerabilidade sociais de cada território, ao que neste estudo acrescenta-se as expressões da questão socioambiental.

Portanto, *a forma como as ONGs abordam os temas transversais não leva à eficácia da Educação Ambiental*. Isso aumenta a probabilidade de inviabilidade do alcance universal de cobertura entre os usuários e suas famílias em situação de risco e vulnerabilidade, e também torna inoperante o princípio de prevenção e proteção proativa, principalmente ao que corresponde aos efeitos da questão socioambiental.

Diante disso, neste estudo se destaca a necessidade de traçar mudanças que promovam os princípios da *intersectorialidade (PNAS, 2004) e da transversalidade (PNEA, 1999)*, que podem ser implementadas a partir da remodelagem das estruturas organizacionais dentro do ente público ou pela construção e institucionalização de processos de articulação e atuação intersectorial de secretarias, sem necessariamente modificar a estrutura da organização (INOJOSA, 1998).

Em outras palavras, podem ser estimulados a partir de estruturas integradas ou de órgãos/secretarias responsáveis por uma função de articulação entre diversas políticas (destaca-se a conexão entre a PNAS, 2004 e PNEA, 1999) e pela articulação com outras instituições que agem de forma setorializada (JUNQUEIRA, 1998).

Outras questões sobre as fragilidades na prática pedagógica de Educação Ambiental dos monitores das ONGs observamos as seguintes questões:

✓ *Faltava conhecimento dos monitores sobre os dispositivos legais que norteiam a prática da Educação Ambiental*. Notou-se que os monitores desconheciam as leis nacionais e locais que regulamentam a Educação Ambiental no país e no Amazonas. Tampouco sabiam sobre os eventos socioambientais que protagonizaram o debate da Educação Ambiental e ensinaram a produção dos documentos oficiais que embasaram a prática da Educação Ambiental enquanto instrumento para a sustentabilidade;

✓ *Faltava embasamento teórico consistente dos monitores sobre a complexidade socioambiental e a prática da Educação Ambiental*. Ou seja, os monitores não compreendiam as configurações da crise ambientais seus impactos sociais e ambientais e também conheciam apenas superficialmente os parâmetros teórico/prático de abordagem da Educação Ambiental;

✓ *A prática pedagógica da Educação Ambiental dos monitores se limita ao processo ensino/aprendizagem*. Isto é, não observou-se efetivamente a atuação interventiva (na prática dos monitores) nas demandas das expressões da questão socioambiental a partir da prática da Educação Ambiental;

✓ Os monitores tinham a noção do que significava os temas transversais, *mas não compreendiam sua abordagem enquanto prática pedagógica*. Ou seja, a abordagem dos temas transversais era feita apenas porque estava previsto no planejamento das ONGs. Todavia, percebeu-se que isso não fazia sentido para os monitores enquanto *instrumento didático/pedagógico interdisciplinar*.

✓ *Os instrumentos utilizados pelos monitores nas suas práticas de Educação Ambiental possuíam baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares*.

✓ Faltava compreensão dos monitores sobre a articulação entre as demandas ambientais e sociais. Isso gera a incapacidade de conceber a prática da Educação Ambiental e impossibilita as intervenções nas demandas da questão socioambiental.

✓ A Educação Ambiental enquanto concepção de educação não formal foi desfigurada e reduzida a “conversas informais”, com escassos argumentos teóricos sobre a crise ambiental e seus agravantes socioambientais, fortalecendo a prática conservadora da Educação Ambiental;

✓ As ações de Educação Ambiental ocorriam de forma parcial e aleatória, ou seja, não havia uma constância em suas abordagens, já que eram trabalhadas de maneira fragmentada, improvisada e desarticulada das outras ações das ONGs.

✓ A prática pedagógica dos monitores *se baseava na concepção conservadora da Educação Ambiental*, já que *havia o predomínio de práticas educativas que investem em ações individuais e comportamentais*. Em outras palavras, eram voltadas para conscientização, sensibilização e preservação do ambiente, centrada na transmissão de conhecimentos técnico-científico para o alcance da sustentabilidade (QUINTAS, 2009);

Portanto, constatou-se na prática da Educação Ambiental dos monitores das ONGs vários elementos contraditórios, os quais podem interferir de forma negativa na efetivação da prática da Educação Ambiental e sua transversalidade no âmbito da proteção social básica.

Quanto as potencialidades das ONGs na prática da Educação Ambiental, destaca-se as seguintes questões:

ONG1: *Segundo a monitora, a maior contribuição da ONG está na “conscientização ambiental dos usuários”*. Quanto a isso destacou que: “nós orientamos os meninos a dar o destino correto ao lixo, falamos para que eles não utilizem utensílios descartáveis. Essas

orientações se estendem aos pais também, para aderirem essa consciência ambiental e não jogarem mais lixo na rua”.

ONG2: A monitora ressaltou que a ONG contribui no desenvolvimento de “cidadãos conscientes” na defesa do meio ambiente. Sobre essa questão afirma: “nós estamos na periferia e as pessoas não têm muita consciência de que existe a sustentabilidade e ela é próxima da realidade deles, então, a ONG traz essa consciência para eles”;

ONG3: O monitor enfatizou que o fato da ONG abordar a “preservação do meio ambiente” com os usuários *contribui para a formação de sujeitos conscientes*. Ressalta ainda que a ONG “*não impõe os conteúdos a serem abordados pelos monitores*”. Sobre isso destacou: “a instituição dar liberdade para trabalhar a Educação Ambiental com os usuários da forma como entendemos ser melhor”.

Portanto, é possível inferir que as ONGs, apesar de desenvolverem uma prática conservadora de Educação Ambiental, possuem um espaço privilegiado no âmbito da proteção básica, no desenvolvimento de estratégias interventivas para o enfrentamento das demandas da questão socioambiental.

Nesse contexto, a prática da Educação Ambiental se configura como fator de potencialidade, tanto para a sua efetivação enquanto instrumento para o alcance da sustentabilidade, quanto para a *ampliação da proteção social básica*, sobretudo se ela modificar suas referências teórico/prática e tomar como base a perspectiva crítica, emancipatória e transformadora da Educação ambiental. Visto que somente dessa forma poderá contribuir concretamente para a efetivação dos direitos sociais e ambientais – socioambientais.

Neste estudo, aceita-se que a *opção por uma prática crítica, emancipatória e transformadora da Educação Ambiental é necessária e urgente*:

Primeiro porque traz para a reflexão a importância do protagonismo e da participação cidadã dos usuários nas intervenções das demandas da questão socioambiental, já que de acordo com Quintas (2009), a participação de todos, dentro dos processos democráticos de tomadas de decisões é que pode garantir uma vida melhor dentro da sociedade e isso pode viabilizar o processo de transformação da realidade socioambiental dos usuários.

Segundo porque pode fortalecer o processo de inclusão social nos espaços coletivos das ONGs, visto que a “Educação Ambiental deve ser entendida como uma educação política, no sentido que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigirem justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 1995, p.10);

Terceiro porque entende o “processo educativo como ato político no sentido mais amplo, isto é, como prática social, cuja vocação é a formação de sujeitos políticos, capazes de

agir criticamente na sociedade” (CARVALHO, 2006, p. 186). Ou seja, repensar esta relação de forma mais justa, humanitária e igualitária por meio de mobilizações, interações, reflexão e ação sobre sua realidade socioambiental, levando em consideração a justiça social e necessidade de instauração de uma organização sociopolítica e econômica mais igualitária (CARVALHO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa destacou-se o novo formato de relação entre Estado e sociedade civil na gestão das políticas sociais, focalizou-se a Gestão Social em rede no âmbito da PNAS (2004). Considerando que as ONGs (enquanto parte da sociedade civil) vêm tendo acesso ao FEAS para operacionalizar ações, serviços e ou/projetos no âmbito da proteção básica e especial, fez-se a identificação das ONGs que atuavam na rede socioassistencial em Manaus, destacando as que desenvolviam ações no âmbito da proteção social básica.

O estudo trouxe à tona a forma como os projetos, submetidos à SEAS pelas ONGs, eram organizados e operacionalizados junto aos usuários. Os resultados demonstraram uma tendência por parte das ONGs de utilização parcial quanto a prática baseada na padronização dos serviços socioassistenciais previstos na Tipificação (2009) acerca dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Ou seja, as previsões estabelecidas nos Planos de Ações e Relatórios das ONGs disponíveis na SEAS não correspondiam com a realidade de sua atuação na prestação de serviços, no âmbito da proteção social básica, pois identificou-se várias fragilidades.

São condições que incidem de forma negativa na qualidade dos serviços (fato constatado na pesquisa de campo nas três ONGs pesquisadas), os quais estão relacionados a satisfação das necessidades de proteção social dos usuários e efetivação dos direitos socioassistenciais, sendo estes relacionados a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

Haja vista que o foco desse estudo centrou-se na prática da Educação Ambiental (não formal) desenvolvida pelas três ONGs *locus* da pesquisa que atuavam na proteção social básica, evidenciou-se que as ONGs mantinham um discurso contraditório em relação à *perspectiva da transversalidade da Educação Ambiental*, já que a abordagem do tema transversal “Meio ambiente”, não era efetivado integralmente em todas as suas ações.

Então, observou-se que a transversalidade da Educação Ambiental, no âmbito da proteção social básica, não permeava todas as ações das ONGs. Em linhas gerais, constatou-se uma maior concentração da prática da Educação Ambiental nas atividades socioeducativas. Nessas circunstâncias, os resultados desse estudo evidenciaram as seguintes questões:

- ✓ Percebeu-se uma tendência conservadora da Educação Ambiental nas referências interventivas para a seleção dos conteúdos e das estratégias operacionais didáticas/pedagógicas;
- ✓ Priorizavam uma visão fragmentadora e reducionista da questão socioambiental, isto é, não consideravam as implicações das estruturas capitalista no contexto da crise ambiental;
- ✓ Havia reforço e reprodução da ordem social vigente;

- ✓ As ações geralmente eram desenvolvidas a partir de atividades pontuais intensificadas nas datas comemorativas, principalmente na Semana do Meio Ambiente;
- ✓ A prática da Educação Ambiental não formal tornava-se sinônimo de “conversas informais” e “passeios ecológicos”.
- ✓ As referências para a prática da Educação Ambiental não se consolidavam enquanto instrumento didático/pedagógico interdisciplinar.

Esses aspectos inviabilizavam a transversalidade e interdisciplinaridade da prática da Educação Ambiental e isso contraria a perspectiva pedagógica de educação não formal orientada para a prática da Educação Ambiental. Concebe-se que os princípios orientadores para a transversalidade da Educação Ambiental devem permear não somente as ações socioeducativas, mas é preciso fundamentar todos os aspectos que caracterizam os serviços socioassistenciais, isto é, a seleção dos conceitos e conteúdos teóricos e procedimentos metodológicos.

Portanto, a abordagem da Educação Ambiental no contexto das ONGs deve superar o tratamento conteudista, mecânico, vazio de significados concretos, porquanto sabe-se que é necessária uma abordagem baseada na perspectiva crítica emancipatória e transformadora da prática da Educação Ambiental.

É preciso pensar na atuação conjunta entre os atores sociais vinculados aos equipamentos governamentais e não governamentais (rede complementar composta por ONGs), visando à prestação de serviços socioassistenciais de forma conjunta, seja na perspectiva interventiva e/ou preventiva, visando à transformação da realidade socioambiental a partir da efetivação da prática da Educação Ambiental.

Para tanto, destaca-se que a prática da Educação Ambiental pode ser fertilizada transversalmente no contexto das provisões protetivas da PNAS (2004), já que o estudo levantou indícios que possibilitam a realização de experiências concretas da efetivação de uma prática da Educação Ambiental de forma criativa e inovadora, baseada no viés crítico, emancipatório e transformador, no âmbito da proteção social básica.

Nessa perspectiva, a prática da Educação Ambiental é compreendida como um processo permanente, cotidiano e coletivo, pelo qual o sujeito constrói suas ações, refletindo, agindo para transformar o modo como vive em comunidade e se relaciona com o seu ambiente, seja ele o meio natural ou o meio construído (relações de pertencimento à própria comunidade no âmbito urbano).

E partindo desse pressuposto, acredita-se que a Educação Ambiental deve constituir-se em práticas sustentáveis de curto e a longo prazo, embasadas teoricamente pelas perspectivas

crítica, emancipatória e transformadora da prática social, tendo em vistas que essas concepções também embasam os *pressupostos da proteção social básica*, quanto ao desenvolvimento de *potencialidades e aquisições* e o *fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*.

Considerando os resultados desse estudo, defende-se a necessidade de se criar novas estratégias para a efetivação da prática da Educação Ambiental no âmbito da atuação de ONGs na proteção social básica da PNAS (2004) em Manaus, cuja aplicabilidade nos serviços socioassistenciais devem admitir as seguintes recomendações:

✓ *A prática da Educação Ambiental no contexto da proteção social básica da PNAS(2004), deve estar voltada para o enfrentamento das demandas da questão socioambiental* (expressões da questão social).

✓ *Priorizar a articulação entre a prática da Educação Ambiental e os serviços socioassistenciais das ONGs*. O que requer estudos das demandas sociais e dos níveis de desproteções sociais a que estão expostas as famílias (diagnóstico social) inclusive os agravantes da questão socioambiental, necessidades e coberturas dos serviços. Isto é, deve-se planejar, delimitando de modo crítico as intencionalidades das intervenções no contexto socioambiental;

✓ *Fazer o mapeamento dos riscos e vulnerabilidades a partir do diagnóstico social* (perspectiva da territorialidade), que no nosso ponto de vista, deve obrigatoriamente incluir a dimensão ambiental (as expressões socioambientais da questão social), e por esse ângulo deve ser compreendido como *diagnóstico socioambiental*, uma vez que é reconhecida a complexa interação entre os fatores ambientais e sociais.

✓ *O planejamento enquanto processo de consolidação da prática da Educação Ambiental, deve considerar a territorialização de demandas e da oferta de benefícios e serviços*, uma vez que “a proteção social básica se organiza pela oferta capilar de serviços nos territórios onde os indivíduos vivem e a proteção social se instala conforme incidências de demanda territorialmente definidas” (CAPACITA SUAS, CADERNO 2, 2013, p.82). Isto é, deve ser norteado pelo diagnóstico socioambiental, os qual faz o mapeamento das incidências de riscos e vulnerabilidades sociais e ambientais de cada território.

✓ *A prática da Educação Ambiental deve promover o desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*, prevendo o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, para responder as situações de vulnerabilidade social (BRASIL, 2004).

Todas essas características descritas acima compreendem a organização de ideias sobre a lógica da intervenção na proteção social básica da PNAS (2004) a partir da prática da Educação Ambiental (com o foco na articulação de ações voltadas para o enfrentamento das demandas da questão socioambiental). É nesse contexto que se insere a proposta de Educação Ambiental defendida neste estudo, entendida como um importante instrumento na busca por estratégias de sustentabilidade.

Cabe ressaltar que, é fundamental que o Estado e a sociedade civil organizada assumam o compromisso com a prática da Educação Ambiental nos espaços não formais, a qual deve estar empenhada na formação da cidadania socioambiental, na conquista pela garantia de direitos sociais e pela transformação socioambiental.

Em síntese, destaca-se que os resultados dessa pesquisa trouxeram várias contribuições para o debate da prática da Educação Ambiental no âmbito da proteção social básica da PNAS (2004) em Manaus, já que a nossa intenção era de que esse estudo pudesse gerar subsídios para a efetivação da prática da Educação Ambiental no Amazonas.

Sobre a relevância acadêmica, esse estudo contribuiu para o aprofundamento das discussões sobre a prática de Educação Ambiental enquanto mecanismo de enfrentamento das questões socioambientais, buscando caracterizar a sua transversalidade no contexto da PNAS (2004).

Quanto a relevância social, expôs a necessidade da implementação urgente da Vigilância Socioassistencial no Estado, já que identificou-se algumas fragilidades quanto a atuação das ONGs que compõem a rede complementar de Manaus, no âmbito da proteção social básica.

Do ponto de vista da relevância profissional, destaca-se que a presente investigação contribuiu para o alargamento do conhecimento do assistente social sobre a dinâmica de intervenção no contexto socioambiental, são compreensões essenciais para a atuação do serviço social em contexto amazônico.

Acredita-se também que o estudo deixa subsídios teóricos para o embasamento de novas técnicas operacionais e metodológicas direcionadas para o processo de intervenção dos assistentes sociais na área da proteção básica da PNAS (2004) frente às questões socioambientais, já que evidencia-se a prática da Educação Ambiental enquanto instrumento de intervenção do serviço social no enfrentamento das demandas socioambientais.

REFERÊNCIAS

ADAMS, B.G. A Importância da Lei 9.795/99 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental Para Docentes. Revista Monografias Ambientais. V (10), nº 10, p. 2148 – 2157, out/dez 2012.

BARROS, H. da P. R., MELO, M.S.A. de, RIBEIRO, M.C.S. Meio Ambiente Como Tema Transversal: Concepção e Práticas Pedagógicas e Professores e Vínculo com as Áreas do Conhecimento. Anais Fiped V (2013) - Volume 1, Número 2.

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BERING, Elaine Rossetti. O Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Suas: orientações técnicas. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Orientações Técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010b.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 março. 2015.

_____. Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB\SUAS). Brasília: MDS/SNAS/SUAS, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf>>. Acesso em: 15 março. 2015.

_____. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. NOB RH/ SUAS, 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 26 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-imprensa-em-grafica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas>>. Acesso em: 11 abril. 2015.

_____. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. MDS. Diário Oficial da União, Brasília, 25 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/arquivos/livro-tipificacao-nacional-internet.pdf/download>>. Acesso em: 16 março. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB SUAS 2010: aprimoramento da gestão e qualificação dos serviços socioassistenciais. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/.../nob-suas-2010-minuta-consulta-publicafinal.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2010.

_____. Capacita SUAS. Vol. 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

_____. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 2 de setembro de 1981.

_____. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 28 de abril de 1999.

_____. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, DF, 2005.

BRASIL. Desenvolvimento Social: Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Brasília, 2008.

BRONZO, C.; VEIGA, L. de. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n. 92, p. 5 –21, nov., 2007.
BRÜGGER, P. Educação ou Adestramento Ambiental? Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994 (coleção Teses).

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13-25.

_____. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão Social – uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999.p. 19-29.

CEPAL (2002). “Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas”. LC/G.2170 (SES.29/16). Brasília.

COELHO, Simone de Castro Tavares. Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de programas sociais. Petrópolis: Vozes, 2007.

COUTINHO, Joana. “ONG’s: caminhos e (des)caminhos”. In: Revista Lutas Sociais, nº 13/14 – 1º semestre. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), 2005.

COUTO, Berenice R. e SILVA, M.B. A política de assistência social e o SUAS: a trajetória da constituição da política pública. In: O SUAS: entre a fundamentação e os desafios da implantação, MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C.; AGUINSKI, Beatriz G. (orgs.), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 31 - 44.

_____, Berenice R., YAZBEK, M.C., SILVA, M.O.S. e RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento, COUTO, Berenice et al. (orgs.), São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 32-65.

CUTTER (1996). “Vulnerability to environmental hazards”. Progress in Human Geography, v.20, no 4. CUTTER (1994). (org.) Environmental risks and hazards. London: Prentice-Hall.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DOWBOR, Ladislau. A Gestão Social em busca de paradigma. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão social – uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definido Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, L. O. A controvertida atuação das ONGS de Assistência Social. 2001. Trabalho apresentado no 10º Congresso Brasileiro de Assistência Social. Rio de Janeiro. Outubro/2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 120p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 71).

_____. Os sem-terra, ONGs e cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleções questões da nossa época; v. 1).

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papirus, 2005.

_____. Educação ambiental: no consenso um embate? São Paulo: Papirus, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10ª Edição. São Paulo, Cortez, 2006.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. In Revista de Administração Pública, vol. 32 no 2. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

ISAIA, E. M. B. I. Reflexões e práticas para se desenvolver Educação Ambiental na escola.

JACCOUD, Luciana. Assistência Social e Filantropia: novo marco regulatório e tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Giz Editorial, 2009.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação: Ampliação da Cidadania e Participação. Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP, SP,: v. 26, n. 2, p. 11- 29, jul./dez., 2000.

_____. “Moradores e meio ambiente na cidade de São Paulo”. Cadernos CEDEC, no 43, 1995.

_____. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. Soc. estado. vol.18 no.1-2 Brasília Jan./Dec. 2003. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922003000100015&script=sci_arttext.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. In Revista de Administração Pública, vol. 32 nº 2. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. Revista FEA-PUC-SP. São Paulo, Vol. nº 1 p. 57-72, nov. 2006.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. A intersetorialidade do ponto de vista da Educação Ambiental: um estudo de caso. In Revista de Administração Pública, vol. 32 nº 2. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

KAUCHAKJE, S. Gestão pública de serviços sociais. 3.ed. ver., atual e ampl. – Curitiba: Ibpx, 2011.

LANDIM, Leilah. A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993.

LAYRARGUES, P. P. et al. A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA. G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. In: VI ENCONTRO DE PESQUISA EM

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2011, Ribeirão Preto-SP. Anais... Ribeirão Preto-SP, 2011. p. 1-15.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da Educação Ambiental? In: REIGOTA, M. (org.). Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Muito Além da Natureza: Educação Ambiental E Reprodução Social. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, p.P. & Castro, R.C. De (Orgs.) Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental. São Paulo: Cortez. p. 72-103. 2006.

_____. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da Educação Ambiental. In: REIGOTA, M. (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, p. 131-148, 1999.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

_____. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p.111-129).

_____. Saber Ambiental. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. (Coleção Educação Ambiental). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÉLIS, Úrsula Adelaide de. Políticas e práticas do terceiro setor para a educação no contexto de “(contra)reforma” do estado. Disponível em: Acesso em: 30 março de 2005.

LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, G. F. da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, Nepam, ano II, n. 5, p. 135-153. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a10.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educação Ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a. p. 65-86.

_____. Educar, participar e transformar em Educação Ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, n. 0, p. 13-20, 2004b.

_____. Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004c.

_____. Teoria crítica. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos jovens. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 225-232.

_____. O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

_____. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. (Orgs.). Sociedade e meio ambiente: a Educação Ambiental em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006b. 13-51 p.

_____. Pensamento crítico, tradição marxista e a gestão ambiental: ampliando debates. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). A questão ambiental no pensamento crítico natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 13-60.

_____. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Crítica ao tecnicismo e ao praticismo na Educação Ambiental. In: NETO, A. C.; MACEDO-FILHO, F. D.; BATISTA, M. S. S. (Orgs.). Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. Brasília: Líber Livro Editora, 2010. p. 136- 159.

_____. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73-103.

_____. Problematizando conceitos: contribuição às práxis em Educação Ambiental. In LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Et al.* Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. 2. ed. Rio de Janeiro: Ibase, 2002.

LUZZI, D. Educação Ambiental: Pedagogia, Política e Sociedade. In: PELICIONI, M.C.F; PHILIPPI JR, A. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005. p. 382-400.

MARCATTO, C. Educação Ambiental: Conceitos e Princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MATOS, Maria Izilda S. de. Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão de Políticas Públicas: Estratégias para Construção de uma Agenda. IX Congreso Nacional de Recreación Coldeportes / FUNLIBRE. Bogotá: 2006. Disponível em <http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html> Acesso em 18/04/2007.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, ano 20, n. 59, p. 47- 79, mar. 1999.

_____. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. Revista Lutas Sociais, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: Acesso em: 20 Abril 2015.

MOSER, C. (1998). “The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies”. World Development, New York, v.26, no 1.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 3. Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NUNES, C.; SILVA, E. Sexualidade e educação: elementos teórico e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, J. C. (org.). Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

OLIVEIRA NETO, Waldemar de. As ONGs e o fundo Público. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Cortez, ano XVII, nº 51, agosto de 1996.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. Educação Ambiental- Ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?!. In: Mello, Soraia Silva de; Trajber, Rachel. (Org.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. 1 ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2007, v.1, pp. 103-114.

PADUA, S; Tabanez, M. (org). Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

PETRAS, J. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Coleção sociedade e ambiente nº 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann [et al.]. Blumenau: FURB, 1999.

PEREIRA, Potyara A. Necessidades humanas: subsídios á crítica dos mínimos sociais. São Paulo : Cortez, 2007.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-79.

RAICHELIS, Raquel. A construção da esfera pública no âmbito da política de Assistência Social. Tese de Doutorado. PUC São Paulo s.n.1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

_____. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995.

SAUVÉ, L.; BERRYMAN, T.; BRUNELLE, R. International proposals for environmental education: analysing a ruling discourse. In: CONFÉRENCE INTERNATIONALE SUR L'ÉDUCATION RELATIVE À L'ENVIRONNEMENT: "Environmental Education in the Context of Education for the 21st Century: Prospects and Possibilities", 2002, Larisa, Grécia. Actes... Larisa, Grécia, 2002. p. 42-63.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limites. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a12v31n2.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. de M. (Orgs). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 17-44.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. IN: VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques (Orgs). Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª Ed.; São Paulo: Cortez, 2002.

SERRA, Albert. La gestión transversal. Expectativas y resultados. In Revista del CLAD Reforma y Democracia no 32. Caracas: CLAD, 2004.

SERRE, Agnes. A gestão ambiental urbana na Amazônia: Um investimento de longo prazo da política pública. IV Encontro nacional da ECOECO, Belém-PA, 2001.

SILVA, Maria das Graças. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Et al A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9º. ed.. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In: Serviço Social e Sociedade, nº 87, Ano XXVI, São Paulo: Cortez Editora, Setembro, p. 96-131, 2009.

TENORIO, Fernando. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v. 32, n. 5, set./out., 1998, pp. 7-23.

_____. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 5. ed. São Paulo: FGV, 2001.

TORRES, H. (1997). Desigualdade ambiental em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH: UNICAMP, Campinas.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. Formação Dos Educadores Ambientais e Paradigmas em Transição. Ciência & Educação, v.8, nº1, p.83 – 96, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n1/07.pdf>.

TREIN, E. Salto para o futuro: a perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental. Bol. TV Escola, v.1, p.41-45, 2008.

VIEIRA, Evaldo. Democracia e política social. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis, Brasília, ABEPESS, Grefline, ano 2, n. 3, p. 33-40, 2001.

_____. Classes Subalternas e assistência social. 7ª Ed., São Paulo: Editora Cortez, 2009.

_____. Estado e políticas sociais. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/39/24>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUADRO DE CATEGORIAS MACRO TEÓRICAS COM FOCO EM INDICADORES E VARIÁVEIS DA PESQUISA DOCUMENTAL E DE CAMPO: GUIA PARA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

<p>Síntese do objeto de pesquisa: O nosso objeto de estudo (as ações de Educação Ambiental na proteção social básica) está inserido nas contradições marcadas pelo sistema capitalista e a irracionalidade socioambiental que levaram a configuração da crise ambiental, e o surgimento da questão socioambiental, suscitando ações efetivas de sustentabilidade, colocando a Educação Ambiental como um importante instrumento nesse contexto, demandando ações concretas pelo o Estado por meio de políticas públicas. A pesquisa tem como foco a prática de Educação Ambiental, no âmbito da PNAS (2004), que é desenvolvida pelas Organizações Não Governamentais - ONGs em Manaus. Assim, o objeto de pesquisa está inserido na discussão sobre a Gestão Social em rede de políticas sociais na atualidade, qual traz à tona um novo formato de relação entre Estado e sociedade civil na gestão das políticas sociais. No contexto da PNAS (2004) verifica-se que as ONGs (enquanto parte da sociedade civil) vêm tendo acesso ao fundo público para operacionalizar ações, serviços e ou/projetos no âmbito da proteção básica e especial. Portanto, o foco do estudo centra-se nas ações das ONGs na proteção básica voltadas para a prática da Educação Ambiental, tendo como objetivo geral da pesquisa: Investigar a prática da Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da Assistência Social em Manaus.</p>		
CATEGORIA: GESTÃO SOCIAL EM REDE		
<p>Objetivo específico 1: Caracterizar a rede socioassistencial complementar composta por ONGs que acessaram o Fundo Público Estadual de Assistência Social em 2014.</p>		
Indicadores	Variáveis	Tipo de Levantamento
O Plano das ONGs cadastradas na SEAS, que funciona como instrumento legal para acesso ao recursos do Fundo Público de Assistência Social.	O serviço afiançado (básica ou especial) Os objetivos da proposta Atividades planejadas: serviço, programa e/ou projeto. Metodologia de execução.	Pesquisa Documental
Estatuto das ONGs levantadas no Conselho Municipal de Assistência Social.	Finalidades/Missão Indicações de ações voltadas a questão ambiental. Seleção de ações que diretamente incidem na prática de Educação Ambiental.	Pesquisa Documental
Estratégias operacionais da gestão em rede utilizadas pelas ONGs	Canais de divulgação; Instituições parceira (intersectorialidade); Financiamento das ações; Atores envolvidos nas ações;	Pesquisa de Campo/Documental
CATEGORIA: ASSISTÊNCIA SOCIAL		
<p>Objetivo específico 2: Identificar os objetivos, o público alvo e a metodologia dos serviços, programas e projetos de Educação Ambiental que são desenvolvidos pelas ONGs na proteção básica.</p>		

Dimensões /Indicadores	Variáveis	
Análise teórico/metodológico da prática da Educação Ambiental.	Os objetivos dos serviços, projetos e programas; As atividades desenvolvidas O público-alvo A metodologia utilizada na prática da Educação Ambiental com os usuários.	Pesquisa de Campo
CATEGORIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
Objetivo específico 3: Desvelar as perspectivas teórico/metodológicas da Educação Ambiental implícitas no formato documental e operacional que embasa as ações das ONGs.		
Dimensões/ Indicadores	Variáveis	
Operacionalização das ações de Educação Ambiental das ONGs	Os serviços, projetos e programas de Educação Ambiental que são desenvolvidos pelas ONGs; A transversalidade das ações com as outras atividades desenvolvidas pelas ONGs	Pesquisa de Campo
As perspectivas teórico/metodológica de abordagens da Educação Ambiental	Dispositivos legais que norteiam a Educação Ambiental; As correntes teóricas que embasam as ações de Educação Ambiental; Expressões da questão socioambiental que são foco das ações desenvolvidas; As estratégias de sustentabilidade; A concepção de ambiente disseminada nas ações de Educação Ambiental; A análise da abrangência da crise (social e ambiental).	Pesquisa Documental/Campo
Avaliação dos serviços, programas e/ou projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pelas ONGs;	Tipos de avaliações realizadas (processo, eficácia, impacto) As potencialidades visualizadas na prática da Educação Ambiental As dificuldades visualizadas na prática da Educação Ambiental Existência de processos de avaliação participativa com a comunidade ou público-alvo;	Pesquisa de Campo

APÊNDICE B
(ROTEIROS DE ENTREVISTAS)

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A ser realizada junto aos Agentes institucionais (Agentes de gestão das ONGs)

Informações do Entrevistado:

ONG _____

Cargo / Função: _____

Escolaridade: _____

Idade: _____

Sobre as estratégias operacionais da gestão em rede utilizadas pelas ONGs:

1) Quem são os atores da rede?

2) Quais instituições são parceiras da ONG na prestação de serviços socioassistenciais?

3) Como são formadas as parcerias?

4) Como esses atores se comunicam entre si?

5) Como a ONG se comunica com seu público? Quais os canais de divulgação?

6) Quais as ações entre os parceiros que estão voltadas para a prática da Educação Ambiental?

7) Como é feito o financiamento das ações da ONG?

Análise teórica/metodológica da prática da Educação Ambiental:

8) Quais ações são desenvolvidas como o foco na Educação Ambiental?

9) As ações desenvolvidas estão inseridas em programas e projetos?

10) Quais os objetivos dos serviços, projetos e programas?

11) Qual o público-alvo das ações de Educação Ambiental?

12) Qual a metodologia que a ONG utilizada na prática da Educação Ambiental com os usuários? Por que?

13) A as ações de Educação Ambiental é feita de forma transversal as outras atividades desenvolvidas pela ONG?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A ser realizada junto ao Agentes institucionais (Agentes técnico das ONGs)

Informações do Entrevistado:

ONG _____
Cargo / Função: _____
Escolaridade: _____
Idade: _____

Sobre as estratégias operacionais da gestão em rede utilizadas pelas ONGs:

- 1) Quem são os atores da rede?
- 2) Quais instituições são parceiras da ONG na prestação de serviços socioassistenciais?
- 3) Como são formadas as parcerias?
- 4) Como esses atores se comunicam entre si?
- 5) Como a ONG se comunica com seu público? Quais os canais de divulgação?
- 6) Quais as ações entre os parceiros que estão voltadas para a prática da Educação Ambiental?
- 7) Como é feito o financiamento das ações da ONG?

Análise teórica/metodológica da prática da educação ambiental:

- 8) Quais ações são desenvolvidas como o foco na Educação Ambiental?
- 9) As ações desenvolvidas estão inseridas em programas e projetos?
- 10) Quais os objetivos dos serviços, projetos e programas?
- 11) Qual o público-alvo das ações de Educação Ambiental?
- 12) Qual a metodologia que a ONG utilizada na prática da educação ambiental com os usuários?
Por que?

13) A as ações de educação ambiental é feita de forma transversal as outras atividades desenvolvidas pela ONG?

A perspectiva teórica/metodológica de abordagem da prática de educação ambiental da ONG:

14) Quais os dispositivos legais que norteiam a Educação Ambiental?

15) Quais as correntes teóricas que embasam as ações de Educação Ambiental?

16) Quais as expressões da questão socioambiental que são foco das ações desenvolvidas?

17) Quais as estratégias de sustentabilidade são implementadas nas atividades de Educação Ambiental?

18) De que modo a ONG realiza estudos para a elaboração de um *diagnóstico socioambiental*, ou seja, como é feito a identificação dos problemas socioambientais enfrentados pelas comunidades, e quais os instrumentos utilizados pela ONG a fim de identificar esses problemas?

19) Qual a sua concepção de ambiente?

20) Você considera que há relação entre os problemas sociais e os problemas ambientais?

Avaliação dos serviços, programas e/ou projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pelas ONGs:

21) Quais os instrumentos de avaliação são utilizados para medir a eficácia e o impacto das ações da ONG na transformação da realidade socioambiental do seu território?

22) O que você quais são as potencialidades na prática da Educação Ambiental desenvolvida por essa ONG?

23) Para você quais são as dificuldades que a ONG enfrenta para desenvolver a prática da Educação Ambiental?

24) Existe um mecanismo de avaliação participativa com a comunidade ou público-alvo, para que seja reformuladas as ações que não estejam atingindo seus objetivos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

(Aos usuários da ONG que participam das ações de Educação Ambiental)

<p>Informações do Entrevistado:</p> <p>ONG _____</p> <p>Atividade que participa: _____</p> <p>Escolaridade: _____</p> <p>Idade: _____</p>

<p>Relação Homem e Natureza – Conceito de Meio Ambiente e Sustentabilidade</p>
--

1) O que você entende por Meio Ambiente?

2) O que a natureza significa para você?

- a) Um lugar belo onde há muitas paisagens naturais que podemos observar, admirar e tirar fotografias ()
- b) Uma fonte de recursos inesgotáveis que devem ser explorados em nome do progresso e do desenvolvimento da região ()
- c) Um componente essencial a sobrevivência de todos nós, a nossa casa comum, pois todos nós dividimos os mesmos recursos, é onde estabelecemos nossas relações sociais seja em família e na sociedade como um todo ()

3) Você acredita que o homem faz parte da natureza?

- a) Sim, faz parte da natureza ()
- b) Não, a natureza é somente a fauna a flora, os recursos naturais, enfim tudo o que está na floresta. ()
- c) Outra _____

4) O que você entende por sustentabilidade?

5) Em sua opinião o homem pode usufruir dos recursos naturais sem destruir o ambiente?

- a) Sim, o homem pode tirar apenas o suficiente para a sua sobrevivência, pois a natureza precisa se reconstruir para se reproduzir novamente ()

- b) Não, o homem pode explorar os recursos da natureza sem limites, pois é preciso abastecer a indústria e o comércio com seus produtos ()
- c) Outra:-

A prática de Educação Ambiental da ONG
--

- 6) A ONG desenvolve atividades, projetos ou programas de Educação Ambiental?
- a) Sim ()
- b) Não ()

- 7) Você já participa de alguma dessas ações?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Se sim, qual?

- 8) De que forma a ONG desenvolve a Educação Ambiental?

- a) Cursos de reciclagem de materiais ()
- b) Palestras sobre a preservação do meio ambiente ()
- c) Datas comemorativas: Semana do Meio Ambiente ()
- d) Ações de um projeto e/ou programa ()
- e) Ações comunitárias de enfrentamento dos problemas socioambientais da comunidade, como por exemplo: a intervenção sobre o lixo jogado nas ruas ()
- f) Outras _____

- 9) A ONG faz alguma atividade para a identificação dos problemas socioambientais da comunidade?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Se sim, de que forma?

- 10) Você participou de alguma avaliação feita pela ONG sobre as atividades desenvolvidas?

Aspecto Teórico/Metodológico da Prática de Educação Ambiental DA ONG
--

11) Como podemos reverter ou evitar efetivamente o processo de degradação do ambiente?

- a) Com ações individuais, ou seja cada um fazendo sua parte ()
- b) Com ações coletivas, ou seja cada setor da sociedade (a população, o governo, as instituições etc) todos devem participar sociedade (a comunidade, o governo, a escola, a ONG e outras instituições) ()
- c) Outra: _____

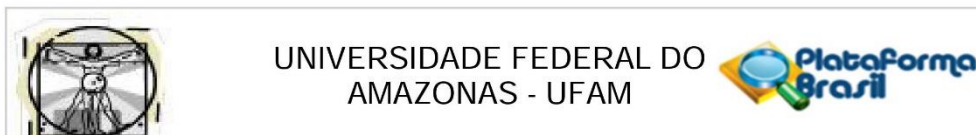
12) Se você mora ou morasse próximo a um igarapé e este se encontrasse degradado e cheio de lixo. O que você faria? Pode marcar mais de uma alternativa.

- a) Mobilizava os moradores da comunidade para juntos encontramos uma saída para resolver esse problema ()
- b) Fazia contato com a prefeitura para remover o lixo do local ()
- c) Fazia a minha parte e não jogaria lixo no igarapé ()
- d) Não me importaria, pois o igarapé poluído não infere em nada na minha vida ()
- e) Outra: _____

13) Das temáticas citadas, o que você considera ter relação com a Educação Ambiental?

- () Coleta seletiva (separar plástico, papel, vidro e orgânico);
 - () Saneamento básico;
 - () Cultura
 - () Consumismo;
 - () Reciclagem;
 - () Qualidade de vida;
 - () Os problemas sociais da comunidade;
 - () Degradação ambiental;
 - () Poluição do ar, do solo e dos rios e igarapés;
 - () Sustentabilidade.
- Outra: _____

ANEXO A
Autorização do Comitê de Ética.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO SOCIAL EM REDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PRÁTICA DAS ONGS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM MANAUS

Pesquisador: Ana Rafaela Gonçalves Ferreira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56225816.1.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.660.555

Apresentação do Projeto:

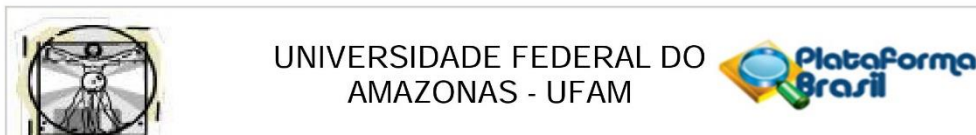
Resumo: O foco desse estudo centra-se nas ações das ONGs na proteção básica voltadas para a prática da educação ambiental, tendo como objetivo realizar uma avaliação das potencialidades e dificuldades existentes na prática da educação ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da assistência social em Manaus.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar a prática da educação ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da assistência social em Manaus.

Objetivo Secundário: 1. Caracterizar a rede socioassistencial complementar composta por ONGs que acessaram o Fundo Público Estadual de Assistência Social em 2014; 2. Desvelar os objetivos, o público alvo e a metodologia dos serviços, programas e projetos de educação ambiental que são desenvolvidos pelas ONGs na proteção básica; 3. Analisar as perspectivas teórico/metodológicas da educação ambiental implícitas no formato documental e operacional que embasa as ações das ONGs

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.660.555

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

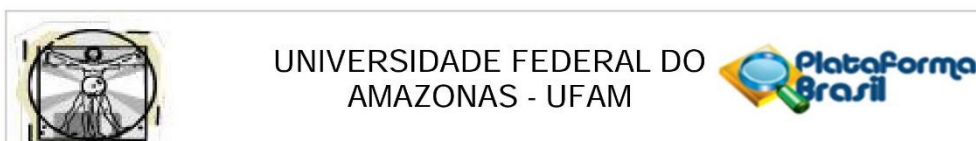
Riscos: A pesquisa a ser desenvolvida envolve riscos de possíveis manifestações de constrangimentos. Contudo, se isto vier a ocorrer tudo faremos para dissipá-los ou neutralizá-los, encaminhando a um profissional competente para que possa reverter a situação.

Benefícios: Os resultados do estudo que servirão para gerar subsídios para o planejamento de ações que fortaleçam a promoção da educação ambiental no Amazonas, por meio da discussão acerca da importância do papel da educação ambiental na compreensão da complexidade planetária e das questões que envolvem a sua aplicabilidade prática, como meio de garantir a sustentabilidade e a prática da cidadania.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta: No que se refere ao procedimento técnico a ser utilizado nessa pesquisa, destaca-se a entrevista semiestruturada (técnica a ser utilizada para a abordagem de todos os sujeitos da pesquisa). Para Triviños (1987, p. 146) "a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa". Nessa direção, os questionamentos permitirão criar novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes, por isso o foco principal das perguntas é direcionado pelo investigador/entrevistador (TRIVIÑOS, 1987). Desse modo, o autor afirma, que a entrevista semiestruturada "[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações" (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Com base nesse entendimento, para os sujeitos do Grupo 01 (agentes institucionais – gestores e técnicos das ONGs) as perguntas variam de acordo com os objetivos da pesquisa (ver instrumentais de pesquisa em anexo), que nesse caso são: caracterizar a rede socioassistencial complementar composta por ONGs que acessaram o Fundo Público de Assistência Social. Bem como fazer o mapeamento dos serviços, programas e projetos que materializam as ações de educação ambiental desenvolvido pelas ONGs, identificando seus objetivos, o público alvo e a metodologia dos serviços, programas e projetos de educação ambiental. Para os sujeitos do Grupo 02 (usuários das ONGs) as perguntas foram elaboradas com o intuito de desvelar as perspectivas teórico/metodológica de abordagens da educação ambiental abordadas nas atividades desenvolvidas pelas ONGs.

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.660.555

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Orçamento – ADEQUADO
2. Termo de Assentimento - ADEQUADO
3. TCLE - ADEQUADO

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1. Orçamento – ADEQUADO
2. Termo de Assentimento - ADEQUADO
3. TCLE - ADEQUADO

Em razão do exposto somos de parecer favorável para que o projeto seja APROVADO, já que atendeu as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer.

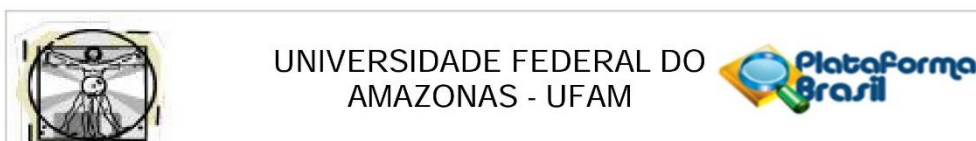
Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora deverá apenas redimensionar o cronograma de atividades no item pesquisa de campo, que deve ser alterada a data de início - 19.07.2016 e data final - 29.07.2016, pois o CEP não avalia projetos já realizados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_672484.pdf	21/07/2016 01:44:54		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ta_adolescente.doc	21/07/2016 01:43:34	Ana Rafaela Gonçalves Ferreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_agente_tecnico.docx	21/07/2016 01:41:53	Ana Rafaela Gonçalves Ferreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_agente_de_gestao.docx	21/07/2016 01:41:34	Ana Rafaela Gonçalves Ferreira	Aceito
Projeto Detalhado	ProjetoComitedeetica.docx	21/07/2016	Ana Rafaela	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.660.555

/ Brochura Investigador	ProjetoComitedeetica.docx	01:04:12	Gonçalves Ferreira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	03/05/2016 19:16:54	Ana Rafaela Gonçalves Ferreira	Aceito
Outros	Termo_anuencia_Mcve.pdf	03/05/2016 19:09:26	Ana Rafaela Gonçalves Ferreira	Aceito
Outros	Termo_anuencia_Adcam.pdf	03/05/2016 19:04:21	Ana Rafaela Gonçalves Ferreira	Aceito
Outros	Termo_anuencia_Oela.pdf	03/05/2016 19:00:49	Ana Rafaela Gonçalves Ferreira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 03 de Agosto de 2016

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)**

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO B

Os Termos de Anuência das ONGS que consentiram a realização da pesquisa

1. Termo de Anuência da ADCAM

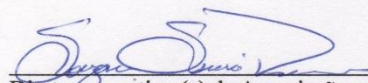
TERMO DE ANUÊNCIA

Eu Souzan Sami Ramos

Diretor executivo (a) da Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia – ADCAM, declaro para os devidos fins que concordo em apoiar o desenvolvimento da Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia- (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulado *Gestão social em rede e educação ambiental na política de assistência social: a prática das ONGs no âmbito da proteção social básica em Manaus*, a ser realizado pela mestranda Ana Rafaela Gonçalves de Lemos, sob orientação da Profª Drª Marinez Gil Nogueira. A referida pesquisa tem por objetivo: investigar a prática da educação ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da assistência social em Manaus.

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de pesquisa de campo, a partir de entrevistas junto aos agentes institucionais de gestão; Agentes institucionais técnico e os usuários da Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia – ADCAM

Fui informado que qualquer momento posso realizar contato para obter esclarecimento sobre o andamento da pesquisa com a pesquisadora Ana Rafaela Gonçalves de Lemos nos seguintes telefones: 36730745 e 92 981351977.

Manaus, 04, abril, 2016


Diretor executivo (a) da Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia – ADCAM
RG:

Testemunhas:

Christiane da S. Gomes
Nome completo

RG 1507926-0

Deborah V. Trindade

Nome completo

RG: 2110596-0

2. Termo de Anuência da OELA

TERMO DE ANUÊNCIA

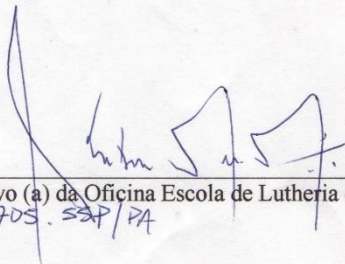
Eu Luiz Carlos Gomes

Diretor executivo (a) da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia – OELA, declaro para os devidos fins que concordo em apoiar o desenvolvimento da Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia- (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulado *Gestão social em rede e educação ambiental na política de assistência social: a prática das ONGs no âmbito da proteção social básica em Manaus*, a ser realizado pela mestranda Ana Rafaela Gonçalves de Lemos, sob orientação da Profª Drª Marinez Gil Nogueira. A referida pesquisa tem por objetivo: investigar a prática da educação ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da assistência social em Manaus.

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de pesquisa de campo, a partir de entrevista junto ao Oficina Escola de Lutheria da Amazônia – OELA

Fui informado que qualquer momento posso realizar contato para obter esclarecimento sobre o andamento da pesquisa com a pesquisadora Ana Rafaela Gonçalves de Lemos nos seguintes telefones: 36730745 e 92 981351977.

Manaus, 30 / 01 / 2016


 Diretor executivo (a) da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia – OELA
 RG: 1.256.705.537/PA

Testemunhas:

Rodrigo de Siqueira Cavalcanti Araújo
 Nome completo
 RG: 1587635-7

Elaine Mariz de Lima Costa
 Nome completo
 RG: 2296570

3- Termo de Anuência MCVE

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu Maria de Nazare S. G. Castro
 Coordenador (a) Movimento Comunitário Vida e Esperança" (MCVE), declaro para os devidos fins que concordo em apoiar o desenvolvimento da Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia- (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulado *Gestão social em rede e educação ambiental na política de assistência social: a prática das ONGs no âmbito da proteção social básica em Manaus*, a ser realizado pela mestrandia Ana Rafaela Gonçalves de Lemos, sob orientação da Profª Drª Marinez Gil Nogueira. A referida pesquisa tem por objetivo: investigar a prática da educação ambiental que vem sendo desenvolvida por ONGs na proteção básica da assistência social em Manaus.

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de pesquisa de campo, a partir de entrevistas junto aos agentes institucionais de gestão; Agentes institucionais técnico e os usuários da Movimento Comunitário Vida e Esperança" (MCVE).

Fui informado que qualquer momento posso realizar contato para obter esclarecimento sobre o andamento da pesquisa com a pesquisadora Ana Rafaela Gonçalves de Lemos nos seguintes telefones: 36730745 e 92 981351977.

Manaus, 24 / 10 / 2016

Maria de Nazare S. G. Castro
 Coordenador (a) do Movimento Comunitário Vida e Esperança" (MCVE)
 RG: 17 39 2 80 2 - 558

Testemunhas:

David O. Pereira
 Nome completo
 RG 1494686-0

Robson Sombra da Silva
 Nome completo
 RG: 1592132-8